

nar-
Soci
le Ij
tori
assi
lido
Ma
Am
edu
sou
con
po
man
enci
oqu

je
Cz
tode
um
ento
de-
onte
21,5
en-
de
rou
cas
ndo
nês
ano
pa-
por
ita
R-
tos
ci-

io
a-
ão
se
s-
s-
o
a-
a-

a
e
-
s
-
s



Jose Roberto Vasconcelos

Muitos dos açudes já secaram

A SECA NA CAMPANHA

Na região de Dom Pedrito, o rebanho bovino já acumula prejuízos. A seca levou 26,5 por cento da lavoura de arroz e 33 por cento da produção de soja prevista para este ano

Página 4

BACULOVÍRUS

Os resultados de quem usou a técnica na hora certa

Páginas centrais

PLANO VERÃO

Um pacote com muitas falhas e indefinições

Páginas 6, 7 e 8

ICMS

Roupa nova para taxar mais

Dia primeiro de março começou a vigorar o imposto que substitui o ICM. A sua aplicação integral só começa em primeiro de abril, quando os seus aumentos começarão a ser contabilizados

Página 5



Os produtores de soja esperam colher perto de 1.800 quilos por hectare

A boa safra deste verão

Página 9

Nesta edição, o Caderno de Balanço da Cotrijuí. Na página 17, o resultado das demonstrações financeiras da Credipel de Augusto Pestana

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111 Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
 Telex: 0552199
 CGC ICM 065/0007700
 Inscr. INCRA N. 248/73
 CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

Oswaldo Olmiro Meotti

Vice-presidente/Pioneira:

Celso Bolívar Sperotto

Superintendente/Pioneira:

Walter Frantz

Vice-presidente/Dom Pedrito:

Oscar Vicente Silva

Superintendente/Dom Pedrito:

Eduardo Augusto Perela de Menezes

Vice-presidente/MS:

Nedy Rodrigues Borges

Superintendente/MS:

Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):

Egon Eickhoff, Jorge Alberto Sperotto, João Santos da Luz, Félix Gotardo, José Atalides Conceição, José Jorge Riehl de Oliveira, Irani dos Santos Amaral, Deniz Espedito Serafini, Oscar Otto Hoerlle, Luiz Carlos Roos, Olívio Moraes, Frederico Antônio Stefanello, Paulino Stralio, Nilton Vieira de Souza, Leonildo Anor Pötter, Luiz Forcin e Edgar Severo.

Suplentes:

Onorildo Zangrolami, Carlos Leodoni Andrighetto, Arlindo Valk, Enor Carniel, Jorge Cleiton Gonzales, Hélio Antônio Weber, Jair Castro Rinaldi, Jaime Braz Sperotto, Pedro Gulotto, Sérgio Tesser, Cláudio Pradella, José Edmar do Nascimento, Noé da Silveira Pelxoto, Omar Cunegatti, Jorge Verardi Perez, Cândido de Godoy Dias e Florício Barreto.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Realdo Cervi, Pedro Afonso Perela e Jayme Wender.

Suplentes:

Ivo Vicente Basso, Antônio Carlos Xavier Hias e Amário Becker

Diretores contratados:

Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hendges e Léo José Gó.

LOJAS COTRIJUI

Regional Pioneira.....	26
Dom Pedrito.....	3
Mato Grosso do Sul.....	7
Total.....	36

CAPACIDADE DE AF.MAZENAGEM

Regional Pioneira.....	584.800 t
Rio Grande.....	220.000 t
Dom Pedrito.....	91.000 t
Mato Grosso do Sul.....	476.150 t
Total.....	1.371.950 t

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 15.000 exemplares

Associado da ABERJE

REDAÇÃO

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
 Carmem Rejane Pereira

REVISOR

Sérgio Corrêa

CORRESPONDENTE

Campo Grande: Rosane Hem
 Porto Alegre: Raul Quevedo
 Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

O Plano Verão e o ICMS

O tão esperado Plano Verão, anunciado no dia 16 de janeiro aos "brasileiros e brasileiras" e já beirando aos dois meses de implantação, não está sendo muito fiel às expectativas do seu grupo de criadores, que esperavam para fevereiro, um índice inflacionário por volta dos 2 por cento. Semelhante a uma febre alta, que, mesmo medicada, teima em voltar — sinal de que alguma coisa não está certa pelo corpo do doente — a taxa de variação do Índice de Preços ao Consumidor — que serve de referência para a projeção da inflação — foi de 3,6 por cento, segundo os cálculos do próprio IBGE. Sorrisos amarelos após o anúncio do índice inflacionário. Será que tudo está bem mesmo? Quem ainda lembra do Plano Cruzado, deve recordar que, no primeiro mês, a inflação apresentou um índice negativo de 0,11 por cento, só ultrapassando os 3 por cento em novembro. É bom lembrar que naquele ano também teve eleição. Os produtos alimentícios, os artigos de vestuário e escolares, foram os que mais contribuíram para o crescimento da inflação. Com os 3,6 por cento registrados em fevereiro, a inflação acumulada de 89 sobe para 76,41 por cento. O acumulado dos últimos três meses atingiu 127,20 por cento e a dos últimos 12 meses 1.227,74 por cento. De 86 para cá, foram mais de 10.000 por cento de inflação. Para um Plano que tem preços e salários congelados, 3,6 por cento de inflação é um índice alto demais para um período muito curto: 11 dias. O governo precisa, o quanto antes algumas medidas de ajustes da economia e tirar as indefinições de dentro da manga do casaco. Na agricultura, por exemplo, já às vésperas de uma nova safra de inverno, muitos produtores ainda não viram a cor do dinheiro do trigo colhido na safra passada e muito menos sabem como vão funcionar as regras do jogo para as próximas lavouras de inverno. Um balanço do Plano Verão e

suas indefinições para a área agrícola nas páginas 6, 7 e 8.

Muitos municípios da região da fronteira vivem momentos de calamidade pública. A seca que já se prolonga há quase três meses está deixando vários municípios sem água, as lavouras no chão e causando uma mortandade grande nos rebanhos que já não têm mais pastagens. As conseqüências sociais dos graves prejuízos econômicos causados pela longa estiagem para estes municípios estão fugindo do controle dos prefeitos, já prevendo aumento na taxa de desemprego, e debandada do campo. Sem outra saída, já que o gado está morrendo e a seca já colheu a lavoura, o pequeno agricultor, principalmente, já começa a abandonar suas terras. É o rastro da seca salgando mais uma vez o couro de quem trabalha de sol a sol e que, nem sempre consegue tirar da terra o suficiente para sobreviver. Matéria sobre a seca no município de Dom Pedrito na página 4.

No dia primeiro deste mês começou a funcionar um novo tributo, o ICMS, que resolveu trocar a roupa do antigo para taxar o contribuinte mais um pouquinho. Embora reduza as alíquotas de poucos produtos, ele taxou produtos essenciais a atividade agrícola, que antes eram isentos, fazendo às vezes um trabalho de bitributação. Como ele tem a mesma filosofia do extinto, quer dizer, não faz parte de uma política fiscal com objetivo de amenizar prejuízos inflacionários e incentivar o desenvolvimento da produção, ele se mantém alterado (não vigora com todos os seus índices originais) até o dia 1º de abril, para que os custos das mercadorias não sejam "altamente elevados" e para que o Plano Verão também dê certo". Depois não é somente Deus quem sabe. Página 5.

DO LEITOR



Adão Acosta é agrônomo da Cotrijui em Ijuí

A extraordinária velocidade com que a rapina da agricultura convencional vem destruindo os recursos naturais no nosso país e em todo o planeta, agravada pelo fato de outros componentes estarem associados perigosamente neste processo, inevitavelmente criou resistências e formas de organização de pessoas, de postura crítica e modos de produção "alternativos" a essa nova realidade.

Do isolamento relativo dos anos 70, o movimento da agricultura alternativa chega à beira de 1990 com um salto quantitativo que, se não chega a ser proporcional — e não pode — ao aparato que sustenta os monocultivos e suas supersafras (??), já consegue em seu 4º Encontro ter a perspectiva de reunir 3.500 pessoas.

A maturação deste processo tem se dado de forma não muito organizada e por vezes é até dramática quando se trata de preservar o ambiente natural — o caso Chico Mendes é um exemplo —. Isto tudo porque o aparato repressivo no país continua intacto e a reação bastante ativa. Na verdade, as diferenças entre as diversas correntes do movimento e o caráter um pouco difuso do que se considera alternativo, tem permitido colocar num mesmo barco todo o espectro de grupos de enfoques dentro do tema, na área técnico-científica, nos grupos sociais que o

A importância do 4º Encontro

compõe nas formas de enfrentamento e nas diretrizes políticas que o movimento deve tomar. Apesar de contraditório, este processo fortalece a estrutura incipiente que hoje existe, além de ser um importante segmento do pensamento e da atividade progressista do país.

Das categorias profissionais, indiscutivelmente tem sido a dos engenheiros agrônomos aquela que, inicialmente de forma individualizada — lembramos Sebastião Pinheiro e José Lutemberger — e mais tarde através de seus organismos de representatividade — Faeb e Sargs, por exemplo — têm levantado o véu do produtivismo a qualquer preço, acenando para a urgência de mudanças estruturais sérias na agricultura brasileira. Agregados a esta idéia, outros setores do conhecimento e outras categorias profissionais se incorporaram de forma definitiva ao movimento da agricultura alternativa nos seus mais diversos matizes: biológica, biodinâmica, ecológica, da pequena produção, entre outros.

Do 1º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizado em Curitiba, Paraná, no ano de 1981, passando para o segundo, realizado em Petrópolis, no Rio de Janeiro em 1984 e pelo terceiro, que aconteceu em Cuiabá, no Mato Grosso em 1987, foram gastas muitas idéias e aberto, para a sociedade em geral, um canal de discussão envolvendo a agricultura alternativa para a produção primária. Esse canal aberto não se restringiu apenas sob o ponto de vista dos agrônomos e das demais categorias que atuam no meio agrícola, mas também atingindo os produtores e consumidores, que, em última análise, são os componentes fundamentais das relações econômicas onde os novos modos de produção devem ser inseridos.

Neste 4º Encontro, além da

presença de um elevado número de pessoas, o que deverá marcar sem dúvida, será o grau de maturidade na busca político-organizativa do movimento, além de propiciar o intercâmbio e a troca de experiências na prática da agricultura alternativa. Ainda um ponto que julgamos importante é o local do evento. Por acontecer em Porto Alegre, vai permitir a participação de interessados no tema desta região e fomentar a discussão e os mecanismos de trabalho com a agricultura alternativa no noroeste do Rio Grande do Sul.

Após várias frustrações, características das monoculturas, a perspectiva de uma safra cheia movimentada toda a região dentro da lógica da economia de mercado. Mas sua excludência e seus enormes impactos no ambiente — mesmo tendo a soja estabilizado sua área na região há 20 anos —, pelo uso maciço de pesticidas, parece mais uma vez que vão passar despercebidos.

Na medida em que seja possível a presença de agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e produtores desta região num evento dessa magnitude, pelo menos estará assegurada uma tênue linha de contato entre esses segmentos na busca de uma intervenção mais concreta a nível regional.

Sabido é que existe produção científica, que existem produtores e suas organizações — sindicatos, cooperativas — interessados e que é possível, se tivermos extensão rural e mercado razoavelmente organizado, implantar esquemas de agricultura alternativa, concebendo, é claro, o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas na agricultura da região.

Existe urgência em queimar etapas na busca organizativa da agricultura alternativa na região e o 4º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa pode ser um centralizador neste sentido. Portanto, todos a ele.

Americana em Ijuí



Preparar uma excursão de norte-americanos ao Estado e retribuir a visita de alguns filhos de agricultores da região que no ano passado estiveram em Indiana, Estados Unidos. Estas foram as razões que trouxeram até Ijuí, onde permaneceu durante duas semanas, a vice-presidente da Organização Companheiros das Américas, a engenheira especialista em Urbanismo, Sallie Dell Lee.

O roteiro de visita dos norte-americanos, que chegam ao Estado em maio, inclui uma estadia de dois dias em Ijuí, onde deverão conhecer a Cotrijuí e Unijuí. A Sallie ainda está incluindo no roteiro visita a Gramado, Santa Maria, Passo Fundo e Porto Alegre. A visita dos norte-americanos ao Rio Grande do Sul tem como finalidade comemorar os 25 anos de existência dos Companheiros das Américas.

Em Ijuí, Sallie foi recepcionada pelo coordenador do comitê local da Organização Companheiros das Américas, Valmir Beck da Rosa e pelos jovens que estiveram nos Estados Unidos em junho passado. A vice-presidente da Organização hospedou-se nas residências das famílias destes jovens. Além da Cotrijuí — incluindo o Centro de Treinamento —, Unijuí, Fonte Ijuí, a Sallie visitou as Ruínas de São Miguel, onde assistiu o show "Som e Luz". Ela gostou da hospitalidade do povo ijuiense, destacando a grande semelhança entre os estados do Rio Grande do Sul e de Indiana.

Protesto contra Previdência

Dia 8 de março — Dia Internacional da Mulher —, as trabalhadoras de todo o Estado voltam a se reunir no Gigantinho em Porto Alegre. "para arregaçar as mangas mais uma vez e dar continuidade à luta pelos seus direitos". Este ano, além do protesto contra a política econômica e da discriminação que ainda persiste sobre a mulher no que diz respeito a legislação, elas vão discutir alguns benefícios conquistados com a nova Constituição, como a equiparação em direitos trabalhistas do agricultor ao trabalhador urbano e a aposentadoria para a mulher aos 55 anos e ao homem aos 60 anos de idade. As ressalvas e os alertas de mobilização, contudo, não são poucos, principalmente em relação a este último benefício que está na dependência da votação das Leis Complementares, e que já possui um anteprojeto do Ministério da Previdência Social. Pela sugestão do Ministério, toda a luta da categoria cairia por terra, uma vez que prevê, entre outros "casuísmos", um prazo de dez anos de carência para o agricultor usufruir do seu direito. Esperando a participação de aproximadamente 40 mil pessoas, entre mulheres, homens e jovens que estão na mesma luta, as trabalhadoras também vão dar destaque ao desvio de recursos do setor básico, gerado pela dívida externa, a ineficiência da política agrária e agrícola e, por isso mesmo, se preparar para a eleição presidencial que acontece este ano.

Agricultura alternativa em debate

No período de 19 a 24 do corrente mês de março, estará acontecendo em Porto Alegre o 4º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa — EBAA, promoção da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (SARGS) e Diretório Acadêmico "Leopoldo Cortez" (DALC). O objetivo do Encontro é discutir, em nível de plenária, os problemas da conjuntura atual e o modelo de desenvolvimento praticado no país, com os graves impactos sociais e ambientais decorrentes.

A previsão dos promotores é de uma presença em torno de três mil participantes entre os diversos segmentos envolvidos, que vão desde as comunidades indígenas até cientistas de destacada atuação em prol da vida e do meio ambiente. Dentre as presenças mais expressivas constam o ecólogo José Lutzenberger, Prêmio Nobel Alternativo de 1988; Horácio Martins de Carvalho, engenheiro agrônomo e mestre em ciências políticas e sociais; Luiz Fernando Victor, professor da Universidade do Brasil, graduado em sociologia política e bacharel em administração pública, e José Graziano da Silva, engenheiro agrônomo e doutorado em economia, entre outros.

O 4º EBAA tem o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Banrisul, Crea e Riocell, e vai ser instalado no Salão de Atos da UFRGS, dia 19.

Os trabalhos serão desenvolvidos a partir de estrutura montada em painéis e grupos de discussão, cursos e trocas de experiências em razão do caráter político ou técnico-científico de cada tema. Serão três grandes painéis, a saber: Crise e Tecnologia, Organização Social e Agricultura Brasileira Alternativa e Tecnologia e Recursos Naturais. E paralelamente, serão realizados 30 cursos, abordando temas relativos aos painéis, dentro das respectivas áreas.

São coordenadores do 4º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa o presidente e vice-presidente da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul — SARGS, agrônomos José Hermeto Hoffmann e Carlos Roberto Comassetto, e Gilson Bittencourt, da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil — FEAB.

O mundo discute a Amazônia

Elogiável a iniciativa da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional-Fase, em publicar já em janeiro passado uma extensa entrevista com Chico Mendes, o seringueiro e líder sindical assassinado em 22 de dezembro, em Xapuri, no Acre. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, o seringueiro também teve projeção internacional como ecologista, tornando-se até consultor de alguns bancos de investimentos estrangeiros. Mas se as suas denúncias de devastação da floresta e massacre do homem foram ouvidas lá fora, aqui nem chegaram a mobilizar as autoridades que sabiam inclusive, pelo próprio aviso do seringueiro, que ele estava para ser morto. Ainda mais, passado dois meses do alvoroço, a cabeça da cobra, por enquanto, continua escondida. Na entrevista organizada por Cândido Grzybowski, sociólogo e consultor da Fase, Chico Mendes fala da resistência dos seringueiros frente a imposição do latifúndio, sob o comando da UDR e dos órgãos e entidades que a ela representam em outras instâncias. Fala principalmente da perspectiva de uma política proposta pelos trabalhadores da floresta (seringueiros, castanheiros, etc. . .), que inicia com a criação das reservas extrativistas, como uma alternativa ecológica e econômica para a Amazônia. A análise de Chico Mendes portanto, cai muito bem neste momento em que trabalhadores, indígenas, ecologistas, nacionais e estrangeiros, banqueiros e governos discutem o futuro da Amazônia e dos homens que nela vivem.

Uma dessas discussões sobre a Amazônia, que bem pode ser entendida como uma extensa área de floresta, sem fronteiras culturais, onde a precipitação pluviométrica, em grande parte do seu território atinge cerca de três



mil milímetros anuais, aconteceu durante o primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado de 20 a 25 de fevereiro, em Altamira, no Pará. Totalmente contrários a construção de uma hidrelétrica no rio Xingu, projetada pela Eletronorte e apoiada pela UDR local, os índios não fizeram por menos para impedir a inundação das suas terras e a destruição da sua cultura. Contando com o apoio de índios estrangeiros, ecologistas do mundo inteiro, igreja e parlamentares, deram uma bela mostra de organização. Passando por cima de rivalidades culturais, eles se reuniram, e de arco, flecha, facão e até filmadoras desafiaram o dirigente da empresa e representantes do governo, mandando um aviso curto e grosso: se o governo brasileiro continuar permitindo a exploração irracional da floresta, eles vão abrir guerra contra exploradores e seus avalistas.

A briga, no entanto, entre índios e ecologistas e empresas concessionárias da Eletrobrás, como é a Eletronorte, não está terminada. Uma porção, como dizem alguns especialistas em impactos de grandes projetos energéticos, muitas das discussões somente acontecem quando parte dos investimentos já foram feitos. Por outro lado, é bem provável que o grupo ambientalista não descanse; já que a hidrelétrica do Xingu não é a primeira a causar briga e provavelmente não será a última. Ela faz parte do projeto chamado Complexo de Altamira, que prevê o funcionamento de outra usina no rio Xingu, a de Babaquara, e está inserido no Plano 2010, a Eletrobrás, que prevê a construção de 80 hidrelétricas na Amazônia.

CURTAS

Tão logo deixou de chamar Hospital Bom Pastor de Ijuí, a Sociedade Hospitalar Beneficente de Ijuí tratou de eleger sua nova diretoria. Ainda que provisória, ela ficou assim constituída: presidente Rui Polidoro Pinto; vice-presidente Euclides Marino Gabbi; secretário Gustavo Arn Drews; 2º secretário Jaime Ledu tesoureiro Alfredo Eberle; 2º tesoureiro Luiz Carlos Busanello. O conselho efetivo ficou constituído por Walter Frantz, Gertrudes Comman deur e Alcio Schneider. Na suplência foram escolhidos Líria Klein, Roque Dalla Rosa e Clarice Dallepiane.

A arrecadação tributária federal de dezembro/88 chegou a NCz\$ 2,1 bilhões, totalizando no ano todo NCz\$ 9,6 bilhões, significando um crescimento real de 5,59 por cento em relação a 87. Só no mês de dezembro, o Imposto retido na fonte gerou uma receita de NCz\$ 521,5 milhões, representando 64,3 por cento do IR arrecadado. O imposto de renda das pessoas físicas gerou NCz\$ 11,9 milhões e das jurídicas NCz\$ 277,3 milhões, totalizando NCz\$ 810,7 milhões apenas no mês de dezembro e NCz\$ 4 bilhões no ano todo. O crescimento real, se comparado com o de 87, foi de 23,86 por cento. Segundo a própria Receita Federal, esse crescimento do IR-Fonte foi causado pelos rendimentos do capital, que apresentou um crescimento real de 92,72 por cento.

Nos próximos 30 anos o Rio Grande do Sul terá 11 milhões de habitantes e 95 por cento da população estará morando nas cidades. Nesse mesmo período, 3,3 milhões de pessoas estarão deixando o campo. Esses dados foram levantados durante o curso para prefeitos e vereadores realizado em Porto Alegre no final de janeiro.

A austeridade tão alardeada pelo presidente Sarney parece que descarrilhou antes mesmo de ser levada a sério por algum brasileiro desavisado. Mesmo pregando ajustes na economia, cortes nos recursos para os agricultores — os triticultores que ainda não puderam receber o dinheiro da safra de 88 que o digam — e prometendo demitir funcionários para reduzir o déficit público, o presidente José Sarney continuou dando andamento ao seu projeto de ligar o "nada a coisa nenhuma" através da mal-afamada ferrovia Norte-Sul. 107 quilômetros ligando Açailândia e Imperatriz, no Maranhão, de um total de 1.570 quilômetros, já estão prontos, a um custo inicial de 150 milhões de dólares.

Mesmo com os respingos do crash de outubro de 87 e a seca do Meio-Oeste ocorrida ainda no ano passado, a economia norte-americana conseguiu crescer em 3,8 por cento em 88, o melhor resultado dos últimos quatro anos. Segundo o governo dos Estados Unidos, este crescimento do PIB — Produto Interno Bruto — foi causado pela queda no déficit comercial e pelo aumento de investimentos.

SECA

Prejuízos na Campanha

Repete-se o drama da estiagem em toda a região da Campanha gaúcha, levando preocupação à Fronteira Oeste, a esta altura já com prejuízos irreversíveis em todas as culturas de verão, inclusive no arroz, devido ao esgotamento da água, cujas reservas estão no fim. O clima em Dom Pedrito já é de desespero entre muitos agricultores, principalmente os de menor porte, conforme ficou evidenciado durante reunião convocada pela Associação dos Agricultores realizada na sede da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil, na noite de 22.

Com a presença de mais de 50 produtores, o presidente da Associação dos Agricultores de Dom Pedrito Ruy Adelino Raguzzoni, colocou para um plenário nervoso, as preocupações da entidade para com os efeitos da estiagem. Pediu aos técnicos da Cotrijuí, presentes à reunião, que apresentassem os levantamentos feitos nas regiões mais atingidas, a fim de que os presentes tomassem pé da situação, de uma maneira geral.

Pelo relato dos técnicos, as zonas agrícolas do Ponche Verde, Vacaiquá, Upacarái, Passo Fundo e Serrilhada, é onde a situação se revela mais dramática. Nessas áreas, precisamente onde se concentram as maiores áreas cultivadas do município — caso não chovesse nos dez dias seguintes, isto é, até dois de março — as perdas reveladas seriam contadas entre 30 por cento. Já no dia 22, na região de Campo Seco, 22 por cento já estavam perdidos, de forma irreversível.

A média de chuvas ocorridas neste ano — janeiro e fevereiro — foi de apenas 20 a 25 milímetros, quantidade insignificante para a época. E nem mesmo se constituíram em chuvas compactas, com abrangência em todo o território do município. Elas se precipitaram por manchas, ou nuvens, apenas "premiando" umas lavouras, enquanto castigavam outras, segundo a definição do agricultor Dinaldo José Dupont, produtor na localidade de Encruzilhada, no 1º distrito.

ÁÇUDES JÁ SECARAM

Nunca os açudes de Dom Pedrito estiveram tão secos como agora, afirmou o agropecuarista Valter José Pötter, da Estância Guatambu, uma empresa modelo em tecnologia, onde tudo é feito dentro de normas de maior racionalidade. "Quando até a Guatambu sofre, sem remédio, a fatalidade da estiagem, o que sobra prá nós?" queixou-se um pequeno produtor, presente à reunião.

Ademar Luiz Comin, tradicional arroteiro e criador em Dom Pedrito, com empresa também no Mato Grosso do Sul, está muito temeroso com as conseqüências "de mais essa tragédia que se abate sobre a produção".

"Mais uma vez a natureza nos castiga", queixa-se o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Florício Barreto. Ele considera a situação atual a mais dramática que tem conhecimento em toda a história de Dom Pedrito. Líder dos pequenos produtores e trabalhadores agregados, sabe,



A estiagem, abateu-se com maior intensidade nos municípios da Campanha. Dom Pedrito, já conta os metros cúbicos de água, cada vez mais escassa, em seus açudes. Os prejuízos na lavoura e no campo são significativos

pela experiência, que principalmente os pequenos serão chamados a viver ainda em maior sacrifício.

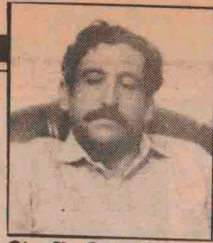
O diretor-geral do Sindicato dos Empregadores Rurais, Danúbio Mazzini Canarim, acha que se não houver alocação de recursos extraordinários, Dom Pedrito poderá viver a pior fase de sua existência.

PECUÁRIA TAMBÉM SOFRE

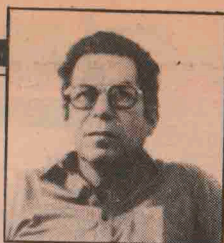
Mas não é só a lavoura que sofre. Os campos também escasseiam as pastagens. É mais do que a ausência da

pastagem, a falta de água nos mananciais, está sendo o maior castigo para os animais.

O pecuarista Otacílio Pereira Severo, presidente do Núcleo de Criadores de Gado Charolês, diz que as perdas já são grandes nos rebanhos do município. Disse que na região do Ponche Verde, a mais castigada pela seca, o gado já disputa espaço no interior dos açudes, a maioria deles com apenas um terço de água em seus leitões. Para Severo, a seca no momento é mais prejudicial à pecuária do que para a agri-



Otacílio Severo



Danúbio Mazzini

cultura. Esta, afirma o empresário, se refaz com a primeira chuva, naturalmente dependendo do estágio da planta, mas o gado, que naturalmente não bebe água diretamente da chuva, precisa encontrar um determinado nível nos bebedouros.

Face a extensão do drama da seca, que persiste até a data de encerrarmos a presente edição, havia se acentuado a corrida à Carteira Agrícola da agência local do Banco do Brasil. Os produtores passaram a encaminhar pedidos de vistoria nas lavouras para adquirirem direito ao seguro agrícola do Proagro.

CALAMIDADE PÚBLICA

Dados os efeitos da seca — e seguindo idêntica providência já adotada por municipalidades vizinhas — o prefeito Rui Favalli Bastide decretou "Estado de Calamidade Pública no Município". O decreto foi assinado no dia 23, e será por tempo indeterminado, ou até que cesse a estiagem e os efeitos dela.

Justificando a medida, o prefeito Bastide disse que os números reveladores dos prejuízos são parciais, mas mesmo assim já são muito preocupantes. O prejuízo real do arroz era de 26,5 por cento no dia 23, com a previsão que se ampliaria para 50 por cento, caso a estiagem permanecesse por mais dez dias. As lavouras de soja já sofriam uma queda de 33 por cento e a pecuária acusava 20 por cento, explicou o chefe do executivo pedritense.

Estiagem tem cura

Oswaldo Olmiro Meotti

Para um estado que tem o suporte de sua economia baseado na agropecuária e na agroindústria, o atual momento vivido pelo Rio Grande do Sul é de extrema preocupação. A estiagem, que se abateu por grande parte do território rio-grandense, em especial na região da Campanha, nos faz tremendamente angustiados pelo temor de uma perda que venha a inutilizar o esforço e os investimentos feitos por nossos agricultores e pecuaristas.

Impotentes ante a fatalidade da seca, cujos designios independem de qualquer ação direta do homem, só nos resta irradiar pensamentos positivos visando uma inversão climática que faça jorrar água nas lavouras e nos campos, hoje ressequidos pela duradoura estiagem.

Mas se nossa impotência é total face à realidade do presente, devemos, pelo menos, retirar lições do fato, preparando-nos para minimizar, ou até, erradicar esse problema no futuro. A natureza, imutável na inexorabilidade de seus elementos físicos, não tem como ser modificada. Haverá sempre estiagens seguidas de inundações; vendavais e granizo continuarão devastando colheitas em várias partes do mundo, em determinadas épocas do ano. A nós, compete preparação e cuidados para conviver, o melhor possível, com os efeitos desses elementos naturais.

Não podemos, é claro, evitar as estiagens. Mas podemos, perfeitamente, preservar os mananciais. Não podemos tornar mais ameno o sol nos meses quentes do verão, mas podemos conservar as florestas e ampliar os bosques, que nos protegerão do calor. A água, que falta agora em grande parte das lavouras, é água que escorreu, lançante abaixo, ou evaporou-se dos açudes e lagoas, devido a filtração solar.

Tivéssemos os rios sob maior proteção da mata ciliar, com as margens sombreadas, o sol não filtraria tanta massa líquida e seria bem reduzida a erosão.

O Rio Grande do Sul é um estado agropecuarista, tendo desenvolvido, por conseqüência, uma agroindústria de bom nível de qualidade. Infelizmente, não tem se desenvolvido entre nós uma cultura que assimile os meios e os elementos naturais que nos cercam, e dos quais, dependemos. Precisamos pensar muito nesses fatos e nas suas conseqüências, se quisermos inverter, pelo menos em parte, tragédias futuras.

Aliás, a esse respeito os Estados Unidos têm algo de muito importante a nos mostrar. Quem não conhece ou não ouviu falar da série de barragens do Vale do Tennessee? Pois até por volta do ano de 1940, os EUA viveram o drama constante das estiagens nos meses do verão e as inundações destruidoras dos meses de inverno. Eram resultantes dos rios Mississipi e Missouri e mais umas dezenas de rios tributários, que ou destruíam casas e arrasavam colheitas desde o Meio-Oeste ao Golfo do México, ou então crestavam o solo pelas estiagens, que se prolongavam por meses a cada ano.

Criada no ano de 1934, no governo de Franklin Roosevelt, sob a inspiração do New Deal, a Companhia do Vale do Tennessee, ou TVA — "Tennessee Valley Authority" — uma gigantesca organização de moldes e espírito cooperativo, passou a "domar" os caudalosos rios e todo gigantesco vale, incluindo na geografia econômica da já grande nação, milhões de hectares de solo fértil à agricultura e à pecuária. Hoje, todos sabem que os agricultores norte-americanos cultivam toda aquela vasta região incorporada,

sem nenhuma preocupação com secas ou inundações. Existe água no decorrer de todo o ano em quantidades suficientes, sendo que a agricultura irrigada é muito usada em culturas do verão. É precisamente daquela região, onde até há quarenta anos atrás era temeridade viver e trabalhar, que hoje se alcançam os maiores índices de produtividade do mundo.

A geografia hídrica da nossa Campanha tem uma semelhança física com a do Vale do Tennessee. É remota, mas tem. Não em volume de água — que muitos de nossos rios e arroios não passam de simples riachos ou sangas. Mas a abundância desses cursos de água e a geografia, formada de planícies entre pequenos relevos topográficos, é que as tornam muito semelhantes.

Os geógrafos afirmam que uma dúzia de pequenas barragens espalhadas em pontos estratégicos dos municípios de Dom Pedrito, Livramento, Rosário do Sul e Alegrete, seriam suficientes para regular os índices pluviométricos em nossa zona fronteira. O Plano Bourscheid, levantado há mais de 20 anos, a partir da geografia de Dom Pedrito, apresenta solução para esse grave problema que nos atinge, praticamente a cada nova safra de verão.

Achamos que é chegada a hora de sairmos das lamúrias, que se repetem a cada ano, e partirmos para um trabalho que, em definitivo, solucione esse problema para sempre. A estiagem tem cura, mas é preciso que haja uma conscientização em torno da solução.

Oswaldo Olmiro Meotti é economista e diretor presidente da Cotrijuí



Ruy Raguzzoni



Florício Barreto

Roupa nova para tributo elevado

O ICMS já está sendo aplicado. Ele até incluiu a suspensão do leite, das frutas e verduras, mas cai em muitos produtos da atividade primária, como uma bitributação. O produtor não gosta e diz que o governo, estadual ou federal, tira mais do que isenta

No dia 1º de março entrou em vigor, oficialmente, o ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que veio substituir o antigo ICM, o qual tinha por finalidade a geração de recursos fiscais para o estado. Apesar de ter sido implantado nesta data, o novo imposto somente vai ser aplicado integralmente a partir de 1º de abril, prazo acertado entre Ministério da Fazenda e governo do Estado para evitar pressões inflacionárias evidentes, durante a vigência do Plano Verão.

TROCA-TROCA

Criado a partir de um dispositivo constitucional que confere maior poder de cobrança aos estados, o ICMS, possui as mesmas características do antigo, sendo porém, mais abrangente. Ele agora tributa, em 12, 17 ou 25 por cento, todos os produtos que o outro taxava, além de incluir serviços de comunicação e transporte, antes tributados pela União.

Aprovado no Rio Grande do Sul, à base de muita polêmica, o novo imposto não teve apoio na sua primeira apresentação de entidades representativas dos contribuintes, principalmente dos produtores, que ficaram sujeitos a ver as atividades leiteiras e de hortigranjeiros corroídas pela taxa.



A pressão acabou dando resultado, ficando o leite e o hortigranjeiro, com taxa, pelo menos suspensa, (ela seria de 12 por cento), através de convênio fazendário.

ALTERAÇÕES

A isenção das frutas e verduras, no entanto, não terminou com a polêmica, e na avaliação do imposto pela Assembleia Legislativa até se tentou alterar uma série de alíquotas, mas isso não acabou ocorrendo, pelo menos de forma integral, porque o governador Pedro Simon vetou as emendas. Desta forma, tirando os isentados sem tempo determinado de vigência (como é o caso do sêmen bovino), a maioria permaneceu no projeto original, o qual estabelece tributação mais elevada, reduz em alguns casos, ou aplica naqueles produtos que tinham data de vigência determinada.

Um produto que entra neste último item, por exemplo, é o milho importado, utilizado na fabricação de ração ou mesmo como alimentação de animais. Este aliás, é um índice muito criticado pelo setor cooperativista, já que ele incide como uma bitributação, em cima de atividades de longo alcance social como a suinocultura e a avicultura. Além do produtor pagar, mesmo que indiretamente pela ração, ele paga também na comercialização da carne.

A sangria contra o setor primário é vista por entidades como a Fecotrijo, que aponta taxações como o caso dos 17 por cento incidentes sobre a vacina do boi, aves ou suínos, além dos 17 por cento na comercialização da carne. A tributação mais gritante, no entanto, parece ser mesmo a dos insumos e de energia, que incidem vir-

tiginosamente sobre o custo de produção.

TIRA MAIS DO QUE ISENTA

"Embora alguns produtos que não representam a massa da produção tenham seus índices reduzidos, o produtor na prática só perde com essa sobrecarga de impostos", afirma o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, Carlos Karlinski, dizendo que o governo vai tirar mais do que isentar. A sua avaliação é feita, principalmente em relação aos insumos, antes isentos, que passarão a ser taxados em 12 por cento, a partir de primeiro de abril e que causará, segundo ele, um grande impacto no custo da produção.

Além dos insumos, Karlinski cita ainda o serviço da energia elétrica, muito importante para qualquer atividade e que já é motivo de queixa por parte dos agricultores, há um bom tempo por causa dos seus elevados custos. Antes tributado em índices bastante variáveis, esse serviço passa agora a ser cobrado em duas taxas. Se o produtor gastar mais de 50 KW, ele pagará 25 por cento de ICMS. Abaixo dessa média ele paga 12 por cento. Como é muito difícil que o produtor gaste a quantia mínima, ele estará pagando mais caro pela energia, calcula o sindicalista, a menos que ele tenha em sua propriedade apenas umas três lâmpadas.

SOBRECARGA

"Estamos sobrecarregados", continua avaliando Karlinski ao combater o argumento de que muitas das tributações não atingem o produtor, pois embora não apareçam, na prática ele continua pagando por essas taxas que já vem incluídas no preço da mercadoria. Além disso, lembra ainda Karlinski, mais outra taxa está aí, e embora não seja da esfera estadual, vai onerar o produtor. A referência de Karlinski é quanto ao imposto cobrado através de selos, pelo DNER, do qual os produtores já estão fazendo uma sugestão: o de isentar as pequenas viagens feitas dentro do município, como é o caso do trajeto de Coronel Barros a Ijuí.

TAXAS AO INVÉS DE INCENTIVO

Analisando os novos tributos pelos efeitos que ele traz à pequena propriedade, o sindicalista diz também que, "desse jeito, o Brasil continua fazendo o inverso do que acontece em países mais desenvolvidos. Enquanto outros países jogam subsídios pesados na sua agricultura, aqui se taxa cada vez mais", diz ele, apontando problema de competição no mercado que isso traz ao produtor brasileiro.

Mais grave ainda, continua Karlinski, porque devido aos valores da nossa dívida externa, a exportação continua sendo prioritária para, a qualquer preço, mantermos a balança comercial. Por outro lado, continuamos a importar grandes volumes de matéria-prima. O que sobra para a pequena propriedade?, pergunta o sindicalista prevendo alterações significativas, somente quando houver uma mudança estrutural na economia que priorize a produção de alimentos básicos, além de melhorar os salários dos trabalhadores

O listão do ICMS

ALÍQUOTA DE 25 POR CENTO

- Veículos e motorhomes importados
- Motocicletas com mais de 250 cilindradas
- Bebidas, exceto vinho nacional, vinagre de vinho (vetado), suco natural produzido na ocasião do consumo e água mineral.
- Perfumaria e cosméticos
- Armas e munições
- Energia elétrica, exceto para consumo industrial, rural e até 50 KW residencial.
- Aparelhos de som, cinematográficos, fotográficos e seus acessórios
- Embarcações de recreação de esporte
- Artigos de antiquários
- Jóias, bijuterias e relógios
- Cigarros, cigarrilhas, cachimbos, charutos e fumos diversos
- Aviação de procedência estrangeira para uso não comercial
- Serviço de comunicação (vetado)

ALÍQUOTA DE 12 POR CENTO

- Feijão, exceto de soja
- Arroz
- Massas alimentícias derivadas de farinha de trigo, centeio ou de milho, exceto biscoitos
- Pães, cuca, bolos
- Carnes e produtos comestíveis de gado, aves, suínos, caprinos, resfriados ou congelados
- Pescados, exceto bacalhau, salmão, crustáceos, moluscos

- Amêndoas, nozes, avelã, castanhas
- Energia rural e residencial de até 50 KW por mês
- Serviço de radiofonia de emissora com até 10 KW
- Refeições fornecidas por bares, lanchonetes, restaurantes e cozinhas industriais
- Gás de cozinha
- Óleo diesel, gasolina e álcool carburante hidratado (vetado)
- Adubos, fertilizantes, sementes certificadas
- Medicamentos para uso veterinário (vetado)
- Rações
- Sal mineral desde que destinados à produção agropecuária e carvão mineral
- Ovos frescos, exceto quando destinados à industrialização
- Farinha de trigo, de centeio, de milho e de mandioca (vetado)
- Sal de cozinha (vetado)
- Remédios e medicamentos (vetado)
- Sabão comum refinado (vetado)
- Transporte de passageiros
- Cebola e batata
- Tijolos, telhas e cerâmicas vermelhas
- Serviço de aviação agrícola
- Produtos de informática (vetado)

ALÍQUOTA DE 17 POR CENTO
• Os produtos vetados ficam esta alíquota assim como os demais que não aparecem na lista.

Plano Verão adia efeitos

Por causa da necessidade do governo em esticar o máximo o seu Plano Verão, as medidas adotadas pelo decreto 2729809, que regulariza o ICMS, entraram em vigor no dia 1º de março de forma parcial. Muitas delas só serão cobradas, segundo a nova taxa, a partir de 1º de abril, como é o caso dos insumos que antes isentos, permanecem nessa faixa somente até a data de prorrogação.

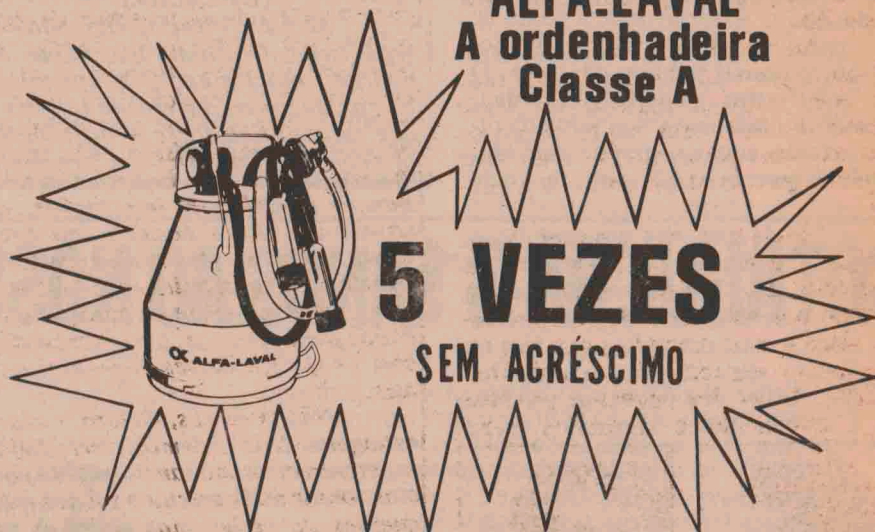
Quanto a tributação para transporte de cargas, a alíquota está em cinco por cento, mesmo percentual

válido para empresas de transporte de passageiros, intermunicipais e interestaduais. Pelo projeto original no entanto, este percentual é de 17 por cento, sendo que transporte urbano e metropolitano ficam isentos. Os combustíveis, lubrificantes e minerais, por sua vez, pagam a mesma alíquota do imposto federal vigente antes do ICMS, enquanto os serviços de telefonia sofrem alíquota de 17 por cento. O mesmo acontece com as mercadorias consideradas supérfluas pelo governo, que pagam em março 17 por cento.

**Tire a mão da Teta!!
com Alfa-Laval
você só coloca as
mãos no lucro.**

PROMOÇÃO
POR TEMPO LIMITADO

**Oferta de Ordenhadeira
ALFA-LAVAL
A ordenhadeira
Classe A**



**5 VEZES
SEM AGRÉSCIMO**

Aproveite esta SENSACIONAL PROMOÇÃO das
LOJAS COTRIJUI — IJUÍ/RS, fone 332-2400



FILIAIS: AJURICABA - CHIAPETTA - AUGUSTO PESTANA
- JÓIA - SANTO AUGUSTO - TENENTE PORTELA -
CORONEL BICACO

Muito mais para eleitoreiro

Dois professores do Departamento de Economia da Unijuí analisam o Plano Verão e dizem que ele não está atacando a inflação



Agenor Castoldi e Rogério Arthmar: não se atacou a inflação

"O problema do Plano Verão é não ter atacado o ponto crucial da inflação que é o pagamento da dívida externa". A constatação é do professor do Departamento de Economia da Unijuí, Rogério Arthmar ao fazer uma análise do Plano Verão que considera muito mais eleitoreiro do que econômico. A perspectiva de sucesso que se tem, diz ele ainda, é o mesmo que estão tendo todos os demais planos econômicos implantados em outros países da América Latina". E sendo uma réplica do Plano Primavera, implantado na Argentina, já nasceu fracassado", complementa o professor Agenor Castoldi, também professor do Departamento de Economia da mesma Universidade.

Além de não ter atacado a inflação, o Plano Verão começou a vazar em menos de um mês. "O Plano Cruzado, por exemplo, diz Castoldi fazendo uma comparação entre os dois, não foi realmente bom, mas dava indicativos que mostravam mudanças de direção, colocando novas perspectivas de vida pela frente". Diz que a questão da inflação está tanto na dívida externa como na interna "e nesse ponto, o governo nem mexeu, até porque primeiro ele negociou com o FMI para depois decretar o Plano", critica Rogério.

Para Agenor Castoldi, o Plano Cruzado, além de apresentar objetivos mais definidos, dava prioridade ao mercado interno e buscava desenvolver o setor produtivo. "As taxas de juro tiveram que baixar para fazer com que o dinheiro fosse colocado no setor produtivo e não no especulativo. Mas hoje, com o Plano Verão, quem é que vai querer aplicar dinheiro num setor de risco, podendo ganhar de 22 a 25 por cento no setor especulativo. "A questão, adianta Rogério Arthmar, não é ganhar ao povo, mas sim usar o Plano Verão como discurso de que, se não fosse ele, as perdas ainda seriam maiores. É como querer matar alguém com apenas um tiro em vez de cinco, usando o argumento de que a dor será menor".

O FUNCIONÁRIO PÚBLICO NA VITRINE

Um outro "bode expiatório" da inflação tem sido a questão do déficit público, onde o governo coloca a folha de pagamento do funcionalismo público. "Mas não é o funcionalismo público o grande problema da inflação", contesta Agenor Castoldi, dizendo que até existe um trabalho onde mostra que mesmo que o governo zere a folha de pagamento, demitindo todo o funcionalismo, o déficit público continua. O problema é outro, ajuda Rogério, identificando o pagamento dos juros da dívida externa como o grande culpado. "Como o governo não está preparado

para negociar a dívida externa, prefere colocar o funcionalismo público na vitrine, onde não se pode negar que existem distorções. Mas dizer que a dispensa de 20/30 mil funcionários pode resolver o problema, é até uma piada".

Tanto o Rogério como o Agenor concordam que o Plano Verão veio

apenas para fazer reajustes e dar continuidade ao processo de recessão econômica, de arrocho salarial, de redução no nível de vida dos brasileiros. "Em 88, exemplifica Castoldi, nós estávamos produzindo o mesmo nível de bens de serviço que em 78. Como a população cresceu, significa dizer, sem entrar em detalhes de distribuição de renda,

que a nível geral do país, nós empobrecemos 19 por cento nestes 10 anos. Entende que o que se procura desenvolver no Brasil, não são os setores que levam à soberania nacional, mas sim a um processo de integração com o exterior. "E também não vai ser um Plano destes que vai recuperar a nossa situação", diz Castoldi, defendendo, inclusive a volta de mecanismos de indexação.

A indexação, segundo Castoldi, era um mecanismo que servia para privilegiar aqueles setores menos fortes dentro da economia, que eram os trabalhadores assalariados, produtores pequenos e médios, "sem condições de impor seus preços". "Se a indexação foi eliminada, reforça, tem que se criar um outro mecanismo para que esse segmento da sociedade tenha condições de continuar se relacionando dentro deste conjunto social".

Bom para os produtos de exportação

Com o Plano Verão, o governo colocou um freio na correção monetária, mas também congelou os preços dos produtos agrícolas, o que na verdade pouco está ajudando, na medida em que os custos de produção não pararam no mesmo patamar. "Na verdade, observa Agenor Castoldi, os preços mínimos foram corrigidos pela OTN até o dia 16 de janeiro. Já os juros foram corrigidos até o final do mês e têm até um novo mecanismo de correção que se chama IPC". Ele entende que esse congelamento, tanto dos preços dos produtos agrícolas como dos salários, é mais uma medida importante na estratégia geral adotada pelo governo.

A desvalorização da moeda em 17 por cento, segundo o professor, é outro elemento importante e que favorece, principalmente, aqueles produtos ligados ao mercado externo. "A estratégia do governo é manter o nível de exportações de 88, que ficou em 19 bilhões de dólares, diz ele, prevendo outros mecanismos que possam estimular ainda mais estas exportações, apostando, inclusive, numa nova desvalorização da moeda. "É bem possível que o governo, buscando manter o nível de exportações, faça um reajustamento através de uma nova desvalorização da moeda".

REFLEXOS

Mas é a nível de mercado interno que Castoldi identifica os maiores problemas. "O agricultor que produz para o mercado interno é que vai sentir na carne os reflexos do arrocho salarial e cita como exemplo

o caso do leite. "Com os aumentos dados ao leite, relativos aos do salário do consumidor, o consumo vai ser cada vez menor. O arrocho salarial vai refletir diretamente na produção primária, o que é completamente diferente de um produto de oligopólio - setor de eletrodomésticos, automóveis, entre outros - onde é possível jogar com taxas de juros".

Na verdade, segundo Rogério Arthmar, hoje se observa uma situação inversa daquela que ocorria no país nos anos 70, quando a produção industrial quase sempre superava a agrícola em até duas vezes. "Hoje, enquanto a produção industrial vem caindo - ela cresceu em 88, 4 por cento - a produção agrícola continua crescendo sistematicamente, podendo alcançar 70 milhões de toneladas de grãos neste ano". Ele também reconhece que esse crescimento tem seus objetivos e é até impulsionado porque a prioridade do país é exportar, "pois dívida se paga com produção". Então, para que o governo possa alcançar seus objetivos, a queda no consumo realmente tem que ser violenta, por isso, o arrocho salarial e a elevação dos juros. Eles inibem ainda mais o poder de compra do consumidor".

SEM PODER

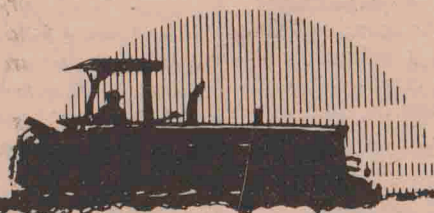
E infelizmente, retoca Castoldi, a agricultura não tem poder para determinar seus preços, que são determinados por outros setores, como o industrial. Cada aumento no custo de produção determinado pela própria indústria, leva a supor que, necessariamente também teria que

ocorrer um aumento nos preços dos produtos. "Mas como historicamente a agricultura não tem condições de influir de forma decisiva nas questões dos preços agrícolas, esta é a cota de sacrifício que os agricultores têm que dar para que o plano do governo dê certo", diz o professor, lembrando que no Brasil sempre tem acontecido assim. "Toda a vez que se faz um ajuste na economia, alguém tem que pagar a conta e, quem tem pago essa conta são os assalariados e os agricultores, que não têm meios de se defenderem. O setor financeiro e os exportadores, além dos privilégios do governo, estão protegidos", diz Castoldi, apontando a desvalorização do cruzado em 17 por cento como um estímulo às exportações.

No setor financeiro a situação também não é diferente "e por mais que o depósito compulsório tenha aumentado de 50 para 80 por cento, isso não vai reverter contra o setor, que vai se beneficiar com as altas taxas de juro". Vai sobrar mesmo é para o setor produtivo, que terá de conviver com juros mais altos e preços congelados. "Essa elevação nos juros sobre o dinheiro destinado a agricultura - até antes do Plano Verão o pequeno produtor pagava 7 por cento, mais a correção e o médio e o grande 9 por cento - para 12 por cento, vai representar um aumento significativo nos custos financeiros. Então, mais uma vez, o setor agrícola vai ser o sacrificado, principalmente aqueles produtos voltados para o mercado interno", lamenta.

COTRIJUI: HÁ 31 ANOS AO NOSSO LADO PARA O QUE DER E VIER.

Quem trabalha na agricultura sabe que pode contar com a Cotrijui para plantar, colher e comercializar porque ela está sempre ao seu lado, dando assistência técnica, facilitando crédito, insumos, armazenando seus grãos e mantendo lojas e supermercados, com preços acessíveis aos seus associados.

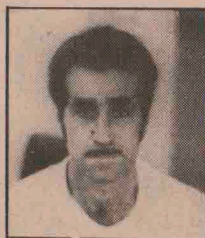


A correção dos financiamentos

A preocupação dos produtores



Carlos Daniels



Oldalbm Guarda Lara

No ano passado, o seu Carlos Luciano Daniels, de Barreiros, interior de Ijuí, foi um dos tantos pequenos e médios produtores que levou uma pequena fatia dos NCz\$ 3,3 bilhões tirados da Caderneta Verde de Poupança para financiar a lavoura de verão. Ele pegou um total de NCz\$ 197,00, recurso suficiente para plantar 4 hectares de lavoura de soja. "Quando assinei o contrato, nem me dei conta que esse dinheiro era da tal Caderneta Verde. Só sabia que tinha que devolver corrigido pela OTN, mais 7 por cento de juro", explica ele.

Do Plano Verão, seu Carlos só sabe que o governo congelou os salários, os preços dos produtos agrícolas e que desapareceu com a OTN. "Agora, como vou pagar esse dinheiro, ainda não sei", dizia ele, preocupado com as indefinições do governo. De repente, a minha dívida pode ficar tão grande, que nem a produção vai ser suficiente para terminar com ela. Mas acredito que qualquer outra forma de correção seja bem melhor que a OTN. Essa estava matando o agricultor", diz ele ainda, levando fé nas próximas eleições para presidente. "O governo está querendo puxar votos. Não acredito num arrocho maior".

UMA BOMBA

A impressão que eu tenho", dizia o seu Oldalbm Guarda Lara, de Rincão dos Pampas, Augusto Pestana, "é que o governo está querendo colocar alguma bomba nas nossas mãos". Ele isentou de qualquer correção os produtores que pegaram das cadernetas verdes, mas não vai deixar por isso". Seu Oldalbm pegou, através de repasse na cooperativa, NCz\$ 1.800,00, dinheiro necessário para plantar 20 hectares de soja. No ano passado ele foi mal de lavoura, pegou Proagro, mas mesmo assim ainda ficou cheio de dívidas, sendo obrigado a vender o carro. "Não gosto de plantar financiado, mas nesta safra não tinha dinheiro nem para comprar adubo e combustível. Não tinha outra saída", diz ele, garantindo que estava consciente do custo do financiamento.

Menos confiante no fator "eleições presidenciais", seu Oldalbm não acredita muito na "boa vontade do governo". "Por enquanto a nossa dívida está parada. Mas será que vai ficar nesse ponto?, pergunta ele preocupado com o congelamento dos preços dos produtos. "Se o governo colocar outro tipo de correção, com os preços congelados, estamos mortos", reclama, assinalando que tem uma lavoura de soja bonita, mas que já está se ressentindo da falta de chuvas.

Desde que o governo decretou o seu Plano Verão, congelando salários e preços, elevando as taxas de juros para dar um caráter ainda mais recessivo a economia brasileira e extinguiu a correção monetária, que as incertezas percorrem os campos. Cheios de dúvidas, os produtores não se encontram em meio a tantas indefinições que ainda persistem. Que a correção monetária não existe mais, todo o mundo já sabe. A grande indagação é como ficam os financiamentos contratados no final do ano passado. Eles vão ficar congelados ou serão corrigidos por algum outro mecanismo indexador da economia? Para corrigir algumas destas dívidas, veio o Índice de Preços ao Consumidor. Mas e como é que ficam aquelas dívidas contratadas com recursos da Poupança Verde? Aqui estão as maiores indefinições, motivo de muitas preocupações por parte dos agricultores. Para estas dívidas, ainda não existe um cálculo.

Os agricultores que contrataram empréstimos com recursos do crédito oficial — aqueles destinados para a formação de lavouras e originários da exigibilidade dos bancos, chamados MCR-8 — em termos de definições, estão podendo dormir sossegados. Os cálculos destas dívidas já estão definidos. Ou seja: se foram contratadas com encargos iguais a variação da OTN — plena ou fiscal — ou qualquer outro indexador e ainda mais os juros e devem vencer dentro do período de congela-

mento, terão seu saldo devedor atualizado até o dia 15 de janeiro pela variação da OTN, proporcional ao número de dias. A taxa de juro a ser paga deve ser aquela prevista no contrato — 7 a 9 por cento.

Os financiamentos que vencerem após o período de congelamento, ou que forem contratados dentro do período ou depois, terão um outro tratamento, sofrendo correção com base no Índice de Preços ao Consumidor, além dos juros normais fixados em no máximo 12 por cento", informa o gerente da Área Financeira da Cotrijuí, Júlio Feil. A correção, para estes casos, já vai acontecer a partir do dia primeiro de fevereiro.

OS PROBLEMAS

Até aqui tudo está muito claro. Mas e quem pegou dinheiro emprestado da Caderneta de Poupança Verde, como vai fazer para saldar sua dívida. Aqui é que começam os primeiros problemas. A grande preocupação dos agricultores é quanto a fixação dos reajustes dos empréstimos da Poupança Verde. Logo depois do Plano Verão, as primeiras notícias que chegaram até os agricultores diziam que estas dívidas cresceriam nos mesmos níveis da remuneração da caderneta de poupança, que em janeiro, por exemplo foi de 22,97 por cento e em fevereiro de 18,95 por cento. Mas antes que o alar-

de ficasse grande demais, o governo enviou ao Congresso Nacional a medida de número 37, isentando os produtores que contrataram financiamento da Poupança Verde do pagamento de taxas de correção com base na variação da LFT — Letra Financeira do Tesouro, da poupança ou do over. Para os produtores, é uma dívida pendente, ainda sem cálculo, "que deverá sofrer alguma correção, ressalta o Júlio Feil, mas não nos mesmos níveis em que se chegou a comentar logo do lançamento do Plano. Seria um ônus muito grande para a agricultura que está vivendo hoje com os preços de seus produtos congelados".

O Plano Verão também está trazendo problemas para aqueles associados da Cotrijuí que contrataram financiamentos para melhorar as condições do solo de suas propriedades — aplicação de calcário, por exemplo, entre outros tratamentos. Esta é uma dívida que continua pendente, que o dinheiro contratado era oriundo da Caderneta de Poupança e pelo qual os associados estavam — antes do Plano — se comprometendo a assumir reajustes mensais com base na OTN e taxa de juros de 7 a 9 por cento. É mais uma preocupação a martelar na cabeça do agricultor que neste ano decidiu apostar num aumento de produtividade via Programa de Recuperação de Solos da Cotrijuí. Resta, agora, esperar pelo bom senso do governo.

Momento de expectativa

Quando o país caminhava inevitavelmente para uma hiperinflação, com taxas mensais beirando os 30 por cento, o governo lançou mais um pacote na tentativa de pôr em ordem a caótica economia brasileira. Com o fracasso dos planos anteriores, o Cruzado e o Plano Bresser, a credibilidade destas medidas anda em baixa e a população não acredita muito que desta vez possa dar certo.

Já dizia o provérbio que gato escaldado tem medo de água fria, por isso todos os segmentos da sociedade têm visto com maiores ou menores reservas o Plano de Verão. Para o vice-presidente da Cotrijuí no Mato Grosso do Sul, Nedy Rodrigues Borges, o novo pacote é uma tentativa válida para se superar a grave crise que atinge o país. Ele considera como positivo o fato do governo ter a experiência dos pacotes anteriores na medida em que erros cometidos então possam ser corrigidos e vê o Plano de Verão como o mais abrangente de todos e por isso mesmo com maior chance de sucesso.

Apesar disto, continua Nedy Borges, o momento é de expectativa, pois muitas coisas ainda terão que ser definidas. A duração do plano, entretanto, não poderá ser muito prolongada, pois isto acarretaria enormes riscos, uma vez que o pacote é de caráter extremamente recessivo, principalmente para o assalariado brasileiro. Quem saiu ganhando com a decretação das novas medidas foram os exportadores

que se beneficiaram da desvalorização de 17 por cento do cruzado em relação ao dólar.

Quanto ao setor agropecuário, o vice-presidente lembra que o governo deve definir brevemente algumas questões primordiais como o pagamento dos juros bancários por parte do produtor rural, referentes ao custeio desta safra e também o polêmico item que trata sobre a privatização da compra do trigo, que deverá ser posta em prática já neste ano. Aliás, quanto ao trigo, cujo plantio inicia em março no Mato Grosso do Sul, outro fator que preocupa os agricultores que vão plantar o cereal diz respeito ao custo dos insumos para a lavoura. Atualmente os preços dos produtos agrícolas estão congelados mas será que os insumos que muitas vezes dependem de matéria-prima importada, vão também permanecer inalterados? Ainda não dá para responder agora esta questão porque o governo tem optado em resolver problemas como este na medida em que vão surgindo.

Nedy Borges lembra que no final do ano quando o agricultor foi preparar sua lavoura, o custo dos principais componentes como adubo, sementes e herbicidas já haviam disparado no mercado diante da expectativa de aumento de área a ser ocupada principalmente com a soja. Com isto o produtor teve que praticamente dobrar o dinheiro investido na lavoura e sua previsão de lucro líquido também dimi-

nuiu sensivelmente.

Apesar disto, a safra deverá ser boa para os sojicultores brasileiros uma vez que o mercado internacional tem apresentado boas perspectivas de comercialização, principalmente pela entrada da Rússia e da China no mercado comprador, e pelas notícias de quebra na safra argentina. Não se prevê, entretanto, grandes oscilações no preço do grão como aconteceu ano passado, quando os preços da soja dispararam graças a seca na região produtora dos Estados Unidos. Com isso o grande beneficiado será o setor industrial, que em 88 teve um péssimo ano porque os preços pagos ao setor primário estiveram constantemente acima de patamares reais.

A indústria de óleo não é culpada pelo desabastecimento do produto no mercado consumidor, continua o dirigente, que reconhece a especulação em alguns setores, mas a responsabilidade pela falta do óleo nas prateleiras de supermercados pode ser creditada à entressafra da agricultura brasileira e esta situação deverá ser normalizada em breve com a entrada da nova produção sojicultora.

Mesmo com todo o descrédito que o governo Sarney tem perante a opinião pública, é inegável que o Plano de Verão representa mais uma esperança para que a economia nacional volte a andar nos trilhos e devemos torcer para que este pacote seja bem sucedido, conclui Nedy Rodrigues Borges.

Poucas prioridades

Para o presidente da Cotrijuí, o governo precisa fazer acertos no seu plano econômico para que ele ganhe a credibilidade da sociedade

"Não há efetivamente como negar que o Plano Verão teve e está tendo seus aspectos positivos na medida em que conseguiu frear a inflação galopante de 30 por cento ao mês". A afirmação é do diretor presidente da Cotrijuí, o economista Oswaldo Meotti ao fazer um balanço dos primeiros 50 dias do Plano Verão, levantando questões como a do déficit público, do cerceamento do Congresso às idéias desestabilizantes dos ministros da área econômica, como pontos que ainda precisam ser consertados e levados mais a sério. "Muita coisa ainda precisa ser definida, diz ele, citando a necessidade de se eleger prioridades nos gastos, como um fato a ser considerado pelo governo. "Hoje não existem prioridades e o governo, que só gasta o que tem em caixa, deveria, em primeiro lugar informar o quanto tem em caixa e no que pretende aplicar".

Para Oswaldo Meotti, dois setores da economia estão pagando a conta: o operariado, com o achatamento salarial e o produtor rural, com o tabelamento por baixo do seu produto e que, ainda enfrenta as indefinições referentes às verbas para crédito rural. "O produtor rural sofre duplamente porque tem custos elevados e vê o poder de compra do consumidor cada vez mais reprimido".

O presidente da Cotrijuí espera que os problemas que ainda persistem e que são decisivos para o sucesso do Plano, sejam consertados, "ganhando a credibilidade da sociedade". O go-

verno tem uma tarefa muito difícil pela frente, que é a de fazer o Plano dar certo integralmente", diz, assinalando que isto só não está ocorrendo porque existem conflitos entre os poderes executivo e legislativo. "O próprio Congresso não está suficientemente conscientizado do volume de responsabilidade que assumiu a partir da Constituinte. É hora de saberem que, além de políticos, precisam entender um pouco de economia. Precisam ser, também, um pouco empresários".

Entende que muito antes de se falar em demissão de funcionários, de desativação de estatais, o governo precisa eleger suas prioridades. "O que é mais importante: consertar buracos das rodovias existentes ou abrir novas ferrovias e rodovias? Essa prioridade não existe", reclama lamentando os atos demagógicos e eleitoreiros.

NO MESMO BARCO

A agricultura, segundo Meotti, também está no mesmo barco de indefinições. Lamenta que a política do trigo, "algo que vinha funcionando bem", tenha sido desestruturada pelo governo. Considera essa atitude como um exemplo da falta de conscientização e de seriedade do político brasileiro. Reconhece que o momento é de transição, mas lamenta que a sociedade seja obrigada a pagar uma cota tão grande de sacrifício para poder entender o que está ocorrendo. "Temos ainda muito trigo para ser comercializado.

E o que o governo nos oferece? Dizem as notícias de jornais que o Ministério da Fazenda e o Conselho Monetário estariam gerenciando verbas do depósito compulsório do Banco do Brasil para fazer empréstimos aos produtores, crítica, lamentando esta atitude. "Isto significa que, além dos preços defasados, o produtor ainda vai ter que conviver com empréstimos a juros de 12 por cento ao ano. É uma atitude que depõe contra a seriedade do governo".

E aqueles produtores que contrataram financiamentos com correção pela poupança rural, como é que ficam?, pergunta o presidente da Cotrijuí. Os preços dos produtos estão congelados e, se os produtores tiverem que pagar efetivamente os custos pela poupança rural, simplesmente vão quebrar, porque não vão ter condições de pagar", observa sugerindo que o governo arque com a diferença.

Meotti também critica a "busca insaciável" por novos impostos, que diz só servirem para aumentar ainda mais o descrédito do governo junto ao povo. "O que está ocorrendo hoje é muito pior que a derrama de nossos antepassados e, até onde o povo vai agüentar, não sei, diz ele, questionando o destino destes recursos. Já tivemos compulsório sobre automóveis, o Fundo Nacional de Desenvolvimento, compulsório sobre passagens para o exterior, sobre o combustível. Eram recursos para serem aplicados em alguns



Oswaldo Meotti

setores da produção e quem recolheu, receberia suas cotas de investimentos, só que isto não está acontecendo".

Admite que o momento é de transição, mas que isto não significa que o governo onere os financiamentos da lavoura por um critério, enquanto os preços dos produtos continuam congelados. "Sabemos que vivemos momentos de transformação, quando, depois de muitos invernos, vamos ter eleições para presidente, mas nem por isso, precisamos ficar desatentos para o que está ocorrendo", finalizou Meotti, mostrando certeza de que 1989 servirá como divisor de água na história do Brasil.



Mercado muito calmo

Uma boa oferta poderá determinar preços estáveis — com poucas oscilações — para um produto que ainda nem começou a ser colhido

"Vamos viver este ano um mercado nervoso, mas sem oscilações violentas em termos de preços", observa José Carlos Treiguer, gerente de Comercialização da Cotriexport, citando as perspectivas de uma boa safra como responsável por esta certa estabilidade nos preços, devendo-se situar entre 7 a 8 dólares por bushell. A safra no Rio Grande do Sul está correndo bem, enquanto a do Paraná e Mato Grosso já se recuperam dos problemas enfrentados com a seca. A safra argentina não é tão boa como se esperava, com uma quebra que poderá reduzir as previsões iniciais de 11 milhões de toneladas para pouco mais de 7 milhões. "Mas esta é uma informação já absorvida pelo mercado", ressalta Treiguer.

Em função destas perspectivas de safra, a oferta deverá ser grande, "podendo inclusive, alerta Ênio Weber, gerente de Comercialização da Cotrijuí na Pioneira, a encharcar o mercado em termos de produto e isso é perigoso, pois pode derrubar o preço". Mas por enquanto a demanda não apresenta nada de especial, já que a safra ainda nem começou a ser colhida. Os negócios com os europeus estão calmos, até porque não existe mais aquele interesse pelo grão de soja, já que muitos dos países compradores encontraram outros grãos substitutivos. Como compradores mais agressivos, aparecem China, Japão e União Soviética.

tica.

DIFICULDADES

A possibilidade da América Latina colher uma boa safra, segundo Treiguer, está trazendo algumas dificuldades para o mercado fazer grandes subas nos preços. A quebra na safra Argentina já deu o suporte que poderia dar, elevando, em meados de fevereiro, o preço de 7,3 para 7,7 dólares por bushell. "Difícilmente, pelo menos em condições normais, embora esta seja a expectativa do produtor", o preço da soja possa subir até 9 dólares por bushell", alerta Treiguer assinalando que já a partir de abril, início de maio, o mercado entra numa nova fase. "O mercado, a partir destes meses passa a ser de tempo, trabalhando em cima da projeção das lavouras dos agricultores americanos". Até agora, o pouco que se ouviu, depois da seca do ano passado e da quebra na produção, é que os Estados Unidos estão pretendendo aumentar a área com soja em 6 por cento. "Esta informação, por enquanto, não passa de suposição. "É claro, diz ainda, que qualquer notícia relacionada com a lavoura de soja dos americanos, deverá influir numa queda ou até num aumento de preço".

Mas a curto prazo, a preocupação de Treiguer está ligada ao início da colheita e as primeiras vendas, que podem, dependendo do volume de negócios realizados, até influir nos pre-

ços. A sugestão do analista da Cotriexport é para que o produtor não se afobe, procurando fazer suas vendas lentamente, de acordo com o vencimento dos seus compromissos. "Diante desta situação indefinida, que o Plano Verão trouxe, o produtor pode fazer vendas escalonadas", aconselha Ênio Weber, sugerindo a formação de um preço médio. Para o Treiguer, os preços que vêm sendo praticados hoje, se comparados com preços praticados em anos anteriores, que não os do ano passado, são considerados até "elevados", frente a oferta de produção que poderá existir. "O produtor, em primeiro lugar, deve fazer vendas objetivando saldar suas dívidas. Num segundo momento, para dar andamento a algum investimento, deixando um saldo para especulação".

A nível de mercado interno, as coisas também não estão muito calmas. As indústrias sabem que existe produto e não têm pressa de efetuar compras, preferindo ficar na retranca. "Este ano o mercado interno vive uma situação diferente da do ano passado", diz o Ênio, prevendo algumas dificuldades a nível de comercialização interna por causa dos cortes que o governo fez nos financiamentos para EGFs — Empréstimos do Governo Federal. "Vamos ter que trabalhar com base no câmbio e, como este está congelado, a saída vai ser exportar".

Também não descarta a possibilidade de surgirem problemas com o transporte da produção, com a elevação nos valores do frete. Um detalhe que também pode influir na composição dos preços.

AS MODALIDADES

A novidade desta safra, principalmente na região, ainda é a possibilidade de se alcançar uma produtividade, no mínimo, 100 por cento superior a do ano passado. De resto, os produtores, associados da Cotrijuí, continuarão comercializando a sua safra nas modalidades preço do dia, preço médio, preço futuro, compra antecipada e permuta de soja indústria por semente. Pela modalidade compra antecipada, o associado vende a soja que vai colher daqui 60 dias, mas recebe o dinheiro no ato de fechamento do negócio. Outra opção é aquela em que o produtor pode entregar sua produção direto em Rio Grande, sendo, neste caso, indenizado pelo frete, recebendo, ainda, uma bonificação de 5 dólares por tonelada.

A modalidade soja futuro, que por uns tempos foi a preferida dos associados, não tem mais o mesmo ímpeto. As lições dos Planos Cruzados e Bresser, foram salgados demais e hoje, o produtor anda mais cauteloso, "optando por modalidades de vendas que não comprometem tanto os seus ganhos", finaliza Ênio Weber.

SOJA

Uma boa safra

Região pode colher a quinta melhor safra dos últimos anos. Produtividade pode chegar a 1.800 quilos, mas é apenas uma boa colheita

O Rio Grande do Sul está prestes a colher uma das melhores safras de soja dos últimos 10 anos. Pode parecer ainda meio cedo para se falar em números, mas se tudo correr dentro das perspectivas dos agricultores gaúchos, principalmente daqueles que, neste verão, estão longe da seca que já assola algumas regiões do Estado com prejuízos irreversíveis — ver matéria página 4 —, este pode ser o ano de tirar o pé do barro. Não com uma supersafra como já andaram exagerando alguns desconhecedores da realidade do campo, mas com uma bela safra, daquelas de “encher os olhos”. O bolso fica por conta do mercado e da habilidade do produtor em fechar seus negócios na hora apropriada, sem afobação.

Brasil afora, a produção nacional de soja deverá ficar ao redor dos 22 milhões de toneladas — pelo menos foi o número anunciado pela Companhia de Financiamento à Produção na primeira vez em que falou em estimativas de produção. Os 23,4 milhões anunciados dias mais tarde, fica por conta do otimismo exagerado e dos arranjos providenciais. Mas na verdade, esse número — 22,7 milhões de toneladas, só não é maior porque a lavoura do Paraná enfrentou sérios problemas de estiagem no início de formação. Os paranaenses, um tanto recuperados ainda estão computando os prejuízos. Também algumas regiões do Rio Grande do Sul e abrangendo municípios como Bagé, Dom Pedrito, Rosário do Sul, entre outros, já contam perdas violentas.

A BOA SAFRA

Na área de atuação da Cotrijuí, a soja ocupou, nesta safra, 337.500 hectares, 9 por cento maior que a lavoura plantada na safra 87/88 que ficou em 307.500 mil hectares. “Vivemos hoje, observa o diretor Técnico da Cotrijuí na Região Pioneira, o agrônomo Léo Goi, na perspectiva de colher uma boa safra, podendo alcançar 1.770 quilos por hectare. Ao fazer esta projeção, o Léo diz que este rendimento, se confirmado — que a soja ainda está na lavoura — ficaria entre os cinco melhores colhidos na região num período de 10 anos. “Tivemos neste período, assinala, apenas quatro safras com rendi-



A maior parte das lavouras está em fase de granação

mentos próximos aos 1.800 quilos por hectare”.

A tal de supersafra, já alardeada por alguns, fica por conta, segundo o Léo, dos exageros e do excesso de otimismo. O que os produtores vão colher, se as condições climáticas continuarem correndo favoráveis, “é uma boa safra. Nada mais do que isso”, diz ele rebatendo os defensores da supersafra. O que acontece na realidade, explica ainda, é que neste ano vamos colher melhor do que os 960 quilos por hectare colhidos no ano passado. É aí que estão as distorções”.

Para se falar em supersafra, o Léo diz que a produtividade teria que beirar os 3 mil quilos por hectare, uma condição, no estágio atual de empobrecimento dos solos da região — com problemas sérios de conservação e fertilidade — muito difícil de ser alcançado. “A prova disso é que nem mesmo as condições climáticas favoráveis observadas na região foram capazes de elevar tanto assim a produtividade”, observa, apontando, no entanto, para os excelentes resultados que aqueles agricultores que já começaram o trabalho de recuperação de seus solos, estão alcançando. “Nestas propriedades, realmente, os resultados são outros”, admite, prevendo para os próximos anos, melhores rendimentos. A questão solos, associado com condições climáticas favoráveis, realmente é fator determinante na elevação dos rendimentos de uma lavoura”.

PROBLEMA NO INÍCIO

Algumas lavouras de soja da região, a bem da verdade, não tiveram um bom começo. Problemas climáticos e com sementes — exigindo, inclusive

alguns replantios, meio que prejudicaram o stand das lavouras. As boas chuvas que caíram mais tarde, no entanto, ainda chegaram em tempo de compensar estes problemas iniciais. Um violento surto de lagartas em dezembro e mais dois em janeiro e fevereiro, também deixaram seus rastros, “podendo, inclusive, destaca o agrônomo, originar certas perdas em algumas lavouras”.

Mas enquanto o grão mais promissor do ano e que poderá render aos agricultores bons retornos, apesar do Plano Verão, das altas taxas de juros, não estiver dentro dos armazéns, nada é certo. “Uma boa safra ainda continua na dependência de boas condições climáticas”, diz o Léo, lembrando que a maior parte das lavouras recém está passando do estágio de floração para o de granação. Até a colheita, muita água ainda pode correr por debaixo da ponte. Cautela, nestes casos, é o melhor negócio.

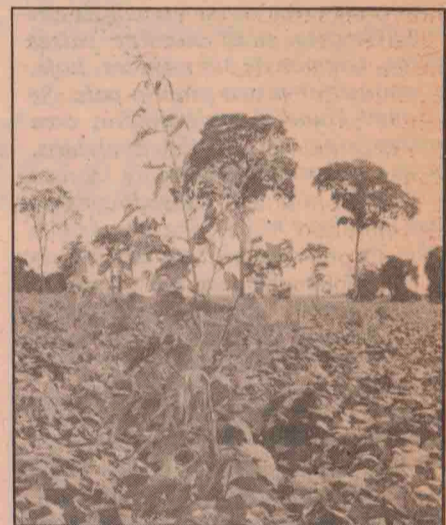
Começa a colheita

Começa este mês a colheita de mais uma safra de verão que neste ano teve um acréscimo de 120 mil hectares com a cultura da soja em relação ao ano passado. Este aumento de área pode ser creditado aos bons preços que a cultura teve em 88 devido à quebra na safra norte-americana. Ao todo, o Mato Grosso do Sul plantou 1.300.000 hectares da oleaginosa e a produção esperada está em torno de 2.730.000 toneladas.

Apesar da seca ocorrida no ano passado, o que causou um atraso no plantio, as lavouras de um modo geral vêm tendo um ótimo desempenho e mesmo com a grande infestação de lagartas quando a soja estava no período de granar, o clima no Centro-Oeste foi favorável e as intensas chuvas permitiram um bom desenvolvimento da planta. A produtividade média das lavouras na área de ação da Cotrijuí também deverá permanecer nos mesmos patamares do ano passado, situando-se em torno de 35 a 37 sacas por hectare.

A novidade desta safra fica por conta de uma erva daninha que tem infestado as lavouras de soja, e que apareceu principalmente na região da grande Dourados. Trata-se do Desmodium, também chamado de “carrapicho beijo de boi” ou “pega-pega”. O Desmodium, uma planta da família das leguminosas, é bastante agressivo e compete com a soja em água e luz, além de retirar os nutrientes do solo, acarretando uma diminuição na produtividade da lavoura.

O aparecimento do Desmodium no Estado se deu por volta de 84/85, na região de São Gabriel D'Oeste e Chapadão do Sul, conta o agrônomo Mauro Jochelavicius, mas em Dourados não havia sido detectado até agora. Por isso a maioria dos agricultores do município não o conhecem e ignoram os malefícios que a leguminosa pode trazer à lavoura.



O Desmodium invadiu as lavouras de soja

O Desmodium tem germinação escalonada, o que significa que ele germina juntamente com a soja e continua nesse processo até o fechamento da lavoura. Por causa disto o uso de herbicida só é eficiente no início do desenvolvimento da lavoura. Quando a soja já estiver fechada, a única maneira de controlá-lo é com a capina.

A recomendação técnica é para que o agricultor arranque a planta antes dela deixar cair a semente no solo ou mesmo antes de colher a soja, continua Mauro, pois este é o único método satisfatório para controlar o Desmodium e evitar o aumento de impureza na produção final da lavoura, e o embuchamento nas colheitadeiras. O agrônomo explica também que o Desmodium deve ter aparecido no MS misturado na semente de grãos que normalmente o Estado importa a cada safra, e que a planta tem ocorrido em qualquer tipo de solo e em qualquer variedade de soja.

Outra recomendação importante que ele dá se destina a produtores que tenham suas lavouras em lugares diferentes. Toda vez que for trocada a área a ser colhida, é preciso proceder a limpeza de todo o maquinário, inclusive das colheitadeiras, para impedir a sua proliferação, que poderá daqui a algum tempo causar muita dor de cabeça aos agricultores.

Quebra na produção

Seca na Argentina leva 19% da produção de grãos

Enquanto o Brasil se prepara para colher uma boa safra de soja, a Argentina, importante fornecedor de grãos para o resto do mundo, amarga uma seca que pode levar 19 por cento da sua produção de grãos. E já dizem as más línguas, que as perdas na produção dos principais grãos do país poderão ser bem maiores do que aquelas que vêm sendo anunciadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária da Argentina. Há quem diga ainda que as informações referentes a produção de soja estão sendo muito otimistas. Mas para a Junta Nacional de Granos, o volume final de soja deverá ficar entre 7,5 a no máximo 8,5 milhões de toneladas. Um milhão de toneladas a menos. Na safra 87/88, a produção de soja foi de 9,5 milhões de toneladas.

De acordo com informações da Bolsa de Cereais de Buenos Aires, a produção total de grãos desta safra deverá ficar abaixo de 29,8 milhões de toneladas. Se realmente se confirmar esta quebra, este será o menor volume de grãos já produzido pelos agricultores argentinos nestes últimos 10 anos.

A produção de trigo, segundo o próprio Ministério da Agricultura e Pecuária, também poderá ser afetada, reduzindo de 9,5 milhões de toneladas para 8,1 milhões de toneladas. A de aveia deverá baixar de 670 mil para 450 mil toneladas; a do milho de 9,2 milhões para 5,8 milhões de toneladas; a do sorgo de 3,2 milhões para 2,9 milhões de toneladas e a do girassol de 2,8 milhões de toneladas produzidos na safra 87/88 para 2,6 milhões de toneladas.

O que há por trás da crise do BRDE

Atrás da proposta do governo federal, existe a intenção de desarticular o bloco político do sul.

O técnico em Desenvolvimento do BRDE, engenheiro civil, com mestrado em Economia na UFRGS, Argus Ruy Guex de Oliveira, disse que a crise de liquidez que atingiu os sistemas financeiros estaduais após a liquidação do Banco do Estado de Alagoas, o Produban, foi contornada pela criação de uma linha especial de assistência de liquidez, cuja transitoriedade se manterá até que as condições normais de operação do mercado, se restabeleçam. Para ele, essa crise teve origem no ineditismo da ação do Banco Central, decretando a liquidação de um banco estatal, o que colocou sob imediata suspeição a garantia oferecida às aplicações efetuadas nessas instituições.

As seqüelas desse ato administrativo — que se revelou desproporcionado — se fizeram sentir com pronun-

ciada intensidade sobre o BRDE, que, desde o início da atual década, foi feito responsável pelo carregamento de parcelas expressivas das dívidas públicas dos três estados do Sul. E graças a isso, puderam os estados dar andamento a investimentos essenciais e inadiáveis, assegurou Argus.

O governo federal, através do Banco Central, colocou na mesa de negociação uma solução mais permanente para a questão da dívida dos estados do Sul. Uma proposta de "racionalização" dos sistemas financeiros estaduais que implica o desmembramento, ou seja, a extinção de um organismo regional, eliminando-se uma suposta dualidade com os bancos de desenvolvimento locais.

A julgar-se pela aparência, pelo que é imediatamente perceptível, trata-

se de medida correta e justificável. Em vista disso, poderíamos pensar: ótimo, estamos fazendo recuar a burocracia estatal, a quem se atribuem os males que assolam o país.

Mas será que não existe nada mais além dessa aparência? O assunto é bem mais complexo do que parece à primeira vista. Para que se entenda melhor estas indagações, devemos examinar o motivo pelo qual foi criado. Será o BRDE mais um mero aparato burocrático? Não é. Por trás dele surge, como fator relevante, a questão regional.

O BRDE, assim como o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul — Badesul, é a materialização de uma consciência política que percebeu que o processo de desenvolvimento não se distribui igualmente no espaço nacional. E que, se uma vontade política não se opusesse à tendência de concentração inerente ao processo de desenvolvimento no país, o resultado seria a maior desigualdade entre as regiões. A filosofia imperante no BRDE tem essa conotação.

Foi para deter essa desigualdade — afirma Argus de Oliveira, cujo resultado seria a nordestinização do Sul, que se criou um bloco político que se materializou no Codesul. Como foro político, e tendo como instrumento de ação o próprio BRDE.

O que se esconde por trás da proposta do governo federal é a intenção de desarticular o bloco político do Sul. É preciso observar, ainda, que es-

se procedimento dá-se exatamente num momento em que o bloco político do Nordeste chega ao topo de seu poder político, e em que outras regiões do país, como o Centro-Oeste, por exemplo, se articulam em blocos para defender seus interesses, ganhando, inclusive, respaldo constitucional.

O que está em jogo, portanto, assegura o engenheiro Argus, não é a sobrevivência de "mero aparato financeiro" — pois nem isso o BRDE é, ele é uma autarquia, é o Estado em sua "longa manus" — mas sim, a unidade política dos três estados sulinos na busca do melhor encaminhamento de uma problemática comum: a elevação de seus próprios níveis econômicos e financeiros, e, por extensão, de suas populações.

E essa unidade através do sistema Copesul/BRDE, tem dado frutos. Aí estão os exemplos do Pólo Petroquímico do Sul, do complexo soja, da indústria metal-mecânica, do complexo coureiro-calçadista, da rede de armazenagem e as origens da indústria de informática no Rio Grande do Sul; o complexo cerâmico, têxtil e agroindustrial em Santa Catarina e a pujança do sistema cooperativista do Paraná, bem como sua agroindústria. E finaliza o engenheiro Argus: a sociedade civil e empresarial da Região Sul tem que estar atenta. Abdicar da unidade na defesa de seus interesses gerais é perder espaço — e espaço já conquistado — no contexto da nação. É trilhar a contramão da história.

A luta dos funcionários

"Se os Estados Unidos foram capazes de criar vários bancos de desenvolvimento para auxiliar países pobres, teremos de ser capazes, hoje, de reconstruir nosso próprio país. Se o Banco Mundial pode ajudar, com sucesso, países subdesenvolvidos, por que o Banco Nacional de Desenvolvimento não pode fazer o mesmo pelas empresas norte-americanas que estão em dificuldade? O que há de tão horrível no fato de um banco de desenvolvimento fazer nossas indústrias voltarem a ser competitivas?" Essa frase, do conhecido empresário e consultor econômico Lee Iacocca, constante de sua autobiografia, escrita num dos momentos mais críticos da economia dos Estados Unidos, foi lembrada por Nede Vaz da Silva, auditor interno do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, durante entrevista concedida em Porto Alegre à reportagem do Cotrijornal, oportunidade em que situou o estágio atual da luta movida a partir do quadro funcional, no sentido de manter intato o estabelecimento.

Para o técnico, que é membro da Comissão Colegiada de Funcionários, o banco continua sendo viável em sua forma original, e a intenção de fusão com o Meridional — conforme foi aventada — não resolve o problema, uma vez que a dívida dos estados permanece, sendo esse o problema. Segundo esclareceu, os recursos que estão sendo bancados pela União, através do Banco do Brasil, poderiam ser transformados em participação do Governo Federal no BRDE. A participação da União no capital social do banco, em valores em torno de NCz\$ 400 milhões, cuja

proposição já se encontra na Câmara Federal, poderá ser votada para o orçamento federal de 1990.

MUDANÇA NA ESTRUTURA

Além da manutenção do BRDE em sua forma regional, os funcionários argumentam com a necessidade de uma transformação a nível administrativo, por entenderem que o banco precisa adaptar-se à nova realidade da dinâmica do presente. Defendem a reformulação da estrutura funcional, a começar pela presidência, cuja média de permanência tem sido de apenas um ano.

Outro problema que preocupa o quadro funcional, e segundo Nede Vaz da Silva, tem sido o gerador de alguns desacertos administrativos, é o que está sendo considerado como excessiva autonomia das diretorias regionais. Pretendem que haja uma diretoria centralizada, que pode ser sediada em uma das três capitais estaduais: Porto Alegre, Florianópolis ou Curitiba. Os funcionários desejam também a introdução de algumas normas que estabeleçam critérios para uma maior presença comunitária, principalmente a nível cooperativo, nos investimentos a serem feitos.

No mais, assegura o técnico, tudo se resume numa questão de fundamentação política. Portanto, com soluções fáceis desde que, realmente, haja boa vontade para chegar a bom termo. Tudo é negociável e está sujeito a debate. Só o que é inegociável, inaceitável sob qualquer aspecto, é o próprio BRDE. Nós, os funcionários, consideramos o BRDE intocável, finalizou Nede Vaz da Silva.

TRIGO

Política indefinida

O plantio de trigo inicia já no final de março no Mato Grosso do Sul — no Rio Grande do Sul ele começa no final de maio —, e, como nos anos anteriores, o produtor rural ainda não tem conhecimento das normas para o custeio agrícola, de quando vai receber o dinheiro do financiamento e muito menos de como vai funcionar a tão falada privatização da comercialização do cereal, comprado até a safra passada exclusivamente pelo Banco do Brasil.

De acordo com o Grupo de Trabalho do Trigo, composto por diversas entidades como a Secretaria Estadual da Agricultura, Organização das Cooperativas, Embrapa e outras, este atraso na liberação das normas para o setor triticola tem acumulado inúmeros prejuízos ao Estado e aos produtores rurais. Trabalhos de pesquisa já realizados comprovam que a prorrogação no período recomendado para o plantio pode provocar prejuízos de 13 quilos por hectare a cada dia que se afasta da época preferencial.

Esta situação, segundo a Comissão, foi responsável na última safra pela redução de 58,513 hectares de trigo e este ano as previsões também não são muito otimistas, calculando-se que o Estado reduzirá em torno de 30 por cento sua área plantada.

Para agilizar o processo de normatização, o Grupo de Trabalho do Trigo encaminhou no início do ano ao governo federal, um docu-

mento com as reivindicações do MS, onde sugeria que o VBC fosse na ordem de 34 OTNs e o preço de 218 dólares por tonelada do produto. As sugestões entretanto, não foram aceitas, pois o governo já divulgou que o VBC será igual ao da safra passada, ou seja, 30,95 OTNs por hectare para o trigo de sequeiro — NCz\$ 214,17 — para os agricultores que se utilizam de tecnologia e 18,29 OTNs — NCz\$ 112,84 — para os pequenos plantadores. Estes valores também são válidos para os agricultores gaúchos. A cotação da tonelada permanece em 155,51 dólares, considerando um dos preços mais baixos dos últimos anos.

A permanência deste preço poderá inviabilizar a triticultura na região, pois para pagar somente o financiamento bancário o produtor precisará de 23 sacas, isto sem considerar outras despesas como juros, mão-de-obra, depreciação de máquinas, entre outros. Esta produção, no entanto, está acima da média de produtividade do Estado, que nos últimos sete anos, conforme dados da CFP, ficou em 14 sacas por hectare. mesmo considerando-se que a produção deste ano seja tão boa como a da última safra, quando a média ficou em 22 sacas por hectare, dificilmente a cultura do trigo continuará sendo viável no Estado e a única esperança dos agricultores é de que o governo reajuste o preço do cereal em tempo hábil, que permita ao agricultor a continuidade da triticultura local.



COTRIEXPORT — CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

* Na realização de Seguro de Vida, Acidentes Pessoais, Incêndio, Automóveis e outros, procure orientação junto a nossa Corretora de Seguros.

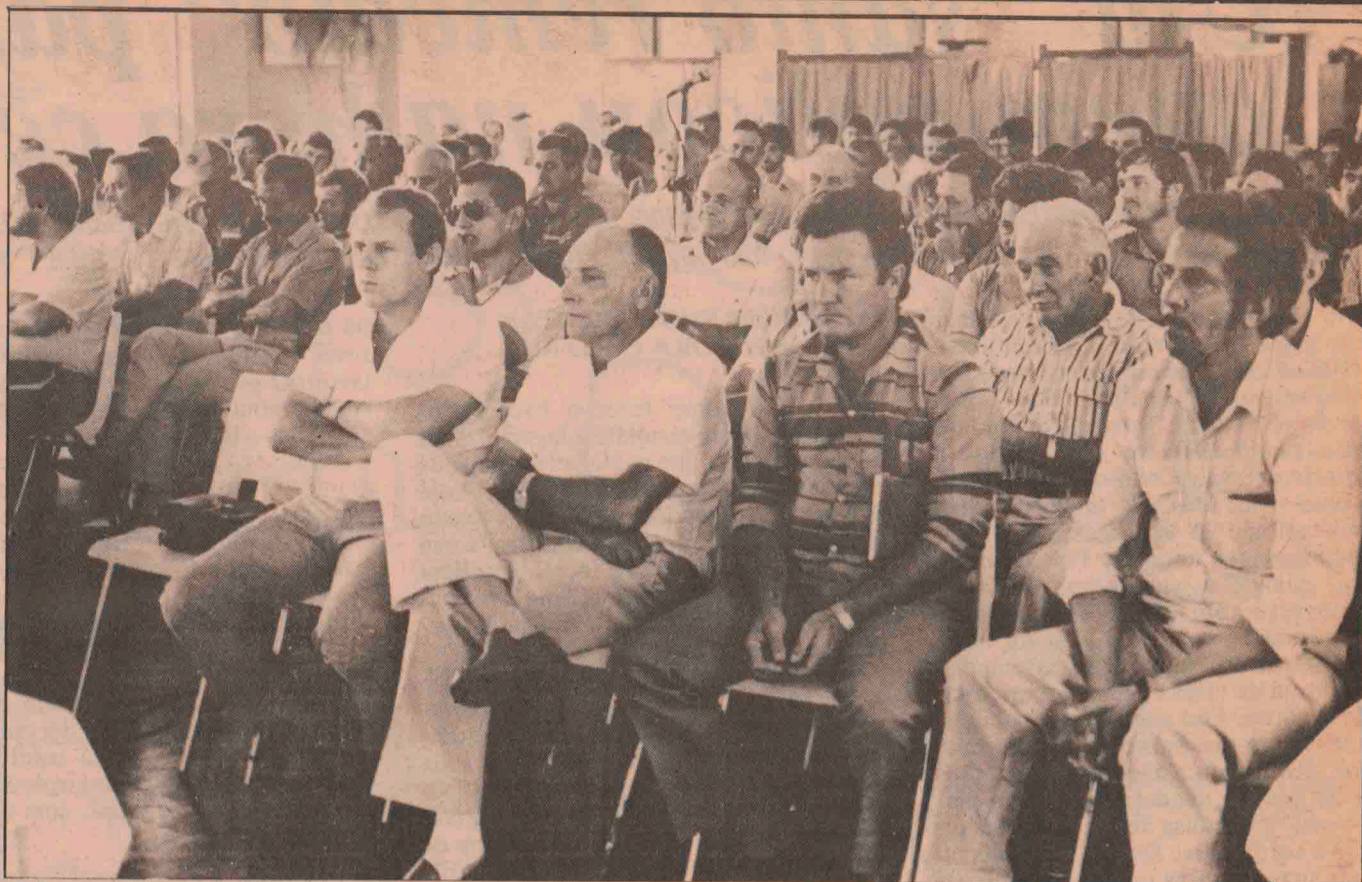
* Sem qualquer despesa adicional, prestaremos as informações para uma correta cobertura e taxa de seu seguro.

Em Ijuí: Rua das Chácaras, 1513 - Fone 332-2400 - ramal 364

Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342 - 5º andar - Fone 33-50-32

À convite da direção regional da Cotrijuí, esteve em Ijuí, no dia 27 de janeiro, o presidente da OCB — Organização das Cooperativas do Brasil — Roberto Rodrigues para conversar com prefeitos, presidentes de Câmaras de Vereadores, lideranças sindicais da região, conselheiros e representantes da cooperativa sobre "Lei Agrícola" e o Plano Verão.

Rodrigues voltou entusiasmado com os resultados dos programas das áreas animal e vegetal que a Cotrijuí vem conduzindo na Região Pioneira. Reconheceu, após explanação do diretor Agrotécnico da Cotrijuí na região, o agrônomo Léo Goi, que muitas das discussões que trazia ficavam prejudicadas pelo quadro de desenvolvimento que assistiu. O painel do dirigente da OCB foi também assistido pelos presidentes da Fecotriço Tarciso Rodrigues e da Ocergs, Adelar Cunha e pelo deputado Moeses Berlesi, membro da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa.



Mais de 200 agricultores da região assistiram a palestra do dirigente da OCB

Roberto Rodrigues diz que o agricultor precisa assumir uma nova responsabilidade perante o Estado e desfazer a imagem de "vilão da economia" que vive às custas dos cofres públicos e de subsídios

A espera da Lei Agrícola

Roberto Rodrigues iniciou a sua conversa com os agricultores, prefeitos e presidentes de Câmaras de Vereadores da região fazendo uma análise da "excessiva intervenção" do Estado na Agricultura e do modelo de desenvolvimento urbano-industrial adotado pelos governos dos últimos 30 anos. "Todos nós empobrecemos muito nos últimos anos, não obstante os esforços tecnológicos feitos para recuperar a renda perdida", disse o presidente da OCB identificando esta situação como um ponto a ser combatido. "Houve, nesse meio tempo, transferência de renda do setor rural para o setor urbano", complementou ainda, citando como exemplo dessa transferência de renda o caso do subsídio ao crédito rural. "Esse subsídio foi dado para que os agricultores pudessem comprar caminhões, tratores, adubos, sementes produzidos pela indústria".

"Na verdade, explicou, esse subsídio dado ao agricultor sempre esteve direcionado para o desenvolvimento industrial do país, mas foi o agricultor que pegou a fama de viver pendurado nos recursos públicos. Essa é a imagem que a sociedade tem do agricultor". Uma outra razão levantada pelo presidente da OCB, de caráter internacional e que tem contribuído para o empobrecimento dos agricultores, está relacionada com o subsídio que os países mais ricos dão aos seus produtores, "impedindo que os produtores brasileiros possam ampliar sua renda através da exportação. Tirando a soja, o suco de laranja, o açúcar e o café, o restante da nossa produção ficou restrita a um mercado interno atingido drasticamente pela queda do poder aquisitivo do brasileiro". Só os Estados Unidos gastaram no ano passado, 26 bilhões de dólares de subsídios diretos aos seus agricultores. Juntos, Estados Unidos, países da Comunidade Econômica Européia e o Tigres Asiáticos — comandados pelo Japão e Coreia — gastaram 130 bilhões de dólares em

subsídios aos agricultores.

COMBATER AS CAUSAS

A única forma de intervir nesse processo, segundo Rodrigues, é ir até a raiz dos problemas, combatendo as causas e não as conseqüências, assumindo funções de responsabilidades à margem do Estado. "Essa intervenção que já se transformou num vício tem, inclusive, nos levado a fazer considerações que nem sempre são verdadeiras", disse ele referindo-se a afirmação de que no Brasil não existe uma política agrícola. "Não é verdade quando se diz que o país não tem uma política agrícola. Nós temos sim, só que a intervenção do Estado muda o direcionamento dos objetivos da política agrícola do país a cada troca de governo. Isto não permite nenhuma condição de segurança e certeza de investimento de longo prazo para os agricultores. E o agricultor continua, perante a sociedade, numa posição de vilão, de explorador dos cofres públicos", lamentou.

Essa situação só vai ter um fim, segundo Rodrigues, quando a classe agrícola se organizar política e economicamente através de seus sindicatos fortes e cooperativas bem estruturadas. "É preciso que estes dois braços, o político e o econômico, caminhem harmoniosamente juntos. Na organização econômica, vamos ter que assumir responsabilidades que vocês, associados da Cotrijuí, já vêm assumindo", disse ainda. Ressaltou a nova postura que o setor rural vem assumindo nestes três últimos anos, no sentido de procurar reduzir o poder do Executivo, ampliando o poder do Legislativo. "Este foi o trabalho que a agricultura desenvolveu na Assembléia Nacional Constituinte, conseguindo obter o entendimento dos parlamentares para a necessidade de uma "Lei Agrícola". "Mais ainda, reclamou, estamos servindo a um modelo de desenvolvimento que irriga as cidades com o dinheiro gerado na agricultura

A "LEI AGRÍCOLA"

A "Lei Agrícola", ainda sujeita a uma análise de todo o sistema cooperativo brasileiro, segundo o presidente da OCB é o grande instrumento que os agricultores terão em mãos para fazer valer "as oportunidades em regime de igualdade com os demais setores que compõem a sociedade". Não queremos nenhum privilégio, mas vamos exigir a inversão dessa situação que temos vivido até agora. Vamos exigir um tratamento que permita um equilíbrio em relação aos riscos que temos.

A implantação da nova "Lei Agrícola", segundo Roberto Rodrigues, não deve acontecer em menos de um ano, pois o projeto ainda deverá passar pelo Congresso. Mas antes disso, ela será avaliada e discutida pelas cooperativas e seus associados.

PLANO VERÃO

Roberto Rodrigues disse que o Plano Verão apareceu como uma alternativa "para o vôo cego, tripulado pelo nosso governo". Do ponto de vista técnico, Rodrigues considerou o Plano Verão melhor elaborado que os Planos Cruzados e Bresser. "O governo deu um caráter recessivo ao Plano, enxugando o crédito e não permitindo o excesso de consumismo. Tanto os agricultores como os trabalhadores vão perder renda num primeiro momento".

O presidente da OCB destacou como medida mais importante do Plano Verão, a extinção da correção monetária. "Não temos mais a indexação da economia que era, na verdade, o grande problema para a atividade agrícola. É um Plano para se acreditar e para o qual vamos ter que contribuir dando alguma coisa em troca. Não podemos ficar apenas na condição de torcedor", disse ainda.

Mas apesar de considerar o Plano Verão, sob o ponto de vista técnico como viável, Rodrigues fez um alerta, dizendo que o setor agrícola não pode pagar mais caro que os demais setores



Roberto Rodrigues

da sociedade. Mostrou-se muito preocupado com as questões de crédito, congelamento, armazenagem e revisão de preços mínimos. "Quando vier o descongelamento, por exemplo, os preços mínimos serão corrigidos pela inflação do mês, que será menor que as taxas de juros. É nesse ponto que vamos pagar o grande preço. Os preços mínimos precisam ser corrigidos nos mesmos níveis dos custos de produção". Outra preocupação do dirigente da OCB está relacionada com as taxas de juros. "O produtor que pegou dinheiro da Caderneta de Poupança Verde ainda não sabe o quanto vai pagar de juro. Só o que ele sabe é que os preços dos produtos foram corrigidos pela OTN fiscal até 15 de janeiro em 12 por cento".

Para Roberto Rodrigues, o sistema cooperativa vai ter que se impor diante das negociações que o governo vai estabelecer nos próximos meses. "O governo, lembrou, não tem caixa e possui somente reservas para comprar 3 milhões de toneladas de grãos, direcionadas para o Centro-Oeste, onde não existem armazéns". Precisamos nos preparar para o que vai acontecer, pois a indústria não tem intenções de absorver os custos dos estoques. Ela vai querer nos pagar preços menores que os mínimos, concluiu, dizendo que é hora do produtor buscar mecanismos de defesa dos seus interesses, corrigindo os buracos do Plano Verão.

As prioridades da região

Ao completarem dois meses de governo, as novas prefeituras da região falam sobre os investimentos para os primeiros tempos de mandato e respondem às necessidades expostas pelos municípios

AJURICABA

Dívidas e estradas em primeira linha

Passado os primeiros dias de armarção da casa, as novas prefeituras da região começam a falar em pagamento de contas atrasadas, reformas administrativas e distribuição de recursos aos setores prioritários. As comunidades, por sua vez, querem ver os compromissos assumidos andando, principalmente em áreas como conservação de solos e saúde, que mais tem desenvolvido com a participação de produtores.

Com exceção de Ajuricaba, as quatro primeiras prefeituras que apresentaram os planos da administração — Augusto Pestana, Santo Augusto e Pia —, não chegam a ter dívidas comprometedoras do orçamento municipal este ano. Além disso, há uma tênue esperança com a reforma tributária a entrar em vigor a partir de abril, quando os municípios poderão ter um acréscimo no retorno proveniente de sua arrecadação.

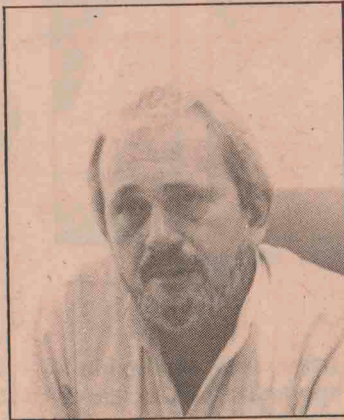
Antes da reforma tributária, no entanto, as prefeituras têm a seu favor a possibilidade de cobrança de dois tributos estabelecidos pela nova Consti-

tuição, o Imposto sobre Transferência de Bens e Imóveis, o ITBI e o Imposto sobre Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, o IVVC. Embora escassos, como afirmam os prefeitos, estas novas taxas poderão dar uma ajuda quando bem investidas.

NOVOS IMPOSTOS

O prefeito de Ajuricaba, Deniz Espedito Serafini, do PDS por exemplo, que também é conselheiro da Cotrijuí Pioneira, diz que a arrecadação do IVVC traz um retorno de, no máximo, dois mil cruzados novos, já que o município tem registrado apenas dois mil e 200 veículos passíveis de aplicação da taxa. Mesmo assim, ele já está incluído na receita orçamentária que chega a um milhão e 860 mil cruzados novos, embora o legislativo municipal não tenha aprovado a lei que o regulamente. Quanto ao ITBI, as previsões também são curtas, devendo atingir em "meses bons", o máximo de quatro mil cruzados.

Esse volume de arrecadação, no



Deniz Serafini: dívidas e carência de máquinas

entanto, pode até aumentar, diz o prefeito, fazendo uma boa previsão da safra de verão, através do ICMS, mais os recursos do Fundo de Participação do Município, o FPM. Todos eles, no entanto, poderiam ser melhor aproveitados, não fossem, segundo Serafini, as dívidas pendentes da gestão passada, de aproximadamente 700 mil cruzados novos. Os furos são tantos, que ao ini-



Saúde: prioridade eleita pelo município

ciar o seu mandato em janeiro, uma das primeiras medidas da administração foi a de cancelar a retenção do ICMS junto a Secretaria da Fazenda.

DÍVIDAS IMPAGÁVEIS

Mas, tirando as dívidas pagáveis (muitas outras já foram até sustadas pelo Tribunal de Contas) como os mais de 29 mil cruzados novos desviados do setor de saúde e que tiveram que ser ressarcidos em janeiro, a prefeitura, afirma Serafini, vai encaminhar, na medida do possível, as prioridades estabelecidas anteriormente.

A primeira delas lembrada pelo prefeito é quanto a conservação das estradas, a qual exige compra de equipamentos e a construção de uma oficina. Em seguida, Serafini cita o programa de municipalização da saúde, implantado em Ajuricaba, em dezembro de 87. Com o encargo de executar as decisões da comunidade, através da Cimis, a prefeitura tem a idéia de manter o plano, diz Serafini, ressaltando ainda a participação de 10 por cento do orçamento e as preocupações com o setor curativo solicitado por algumas localidades.

A atenção da prefeitura nesse setor também alcança o destino do Hospital Beneficente de Ajuricaba, atualmente sendo executado pelo Iapas, por uma dívida de 140 mil cruzados novos. Como poderia entrar em leilão, o município foi a negociação e obteve uma proposta, aceita tanto pela prefeitura, direção do hospital e Cimis, de pagar as dívidas em investimentos na própria casa de saúde.

SOLOS

Além da grande solicitação na área de saúde, a prefeitura de Ajuricaba também tem um outro setor eleito? como prioritário por produtores, departamento técnico e outros órgãos, que é o de conservação de solos, especialmente no que diz respeito ao projeto de microbacia do Arroio Mondachaia. Segundo Serafini, as conservações têm sido intensas, mas, lamenta, entretanto, a falta de equipamentos, o que lhe permite dizer que tudo será feito na medida do possível.

Os técnicos e produtores por sua vez, pensam em um comprometimento para o reinício das obras do Mondachaia, tão logo seja colhida a safra, já que existe um atraso de oito quilômetros de nivelamento de estradas previsto no projeto. Agora, por exemplo, eles já estão realizando uma rodada de reuniões para unificar a proposta de eleger como prioridade no Fundec, os trabalhos de conservação do solo. Como reforço desse setor, conta-se ainda, com a disponibilidade de pelo menos um trator de esteira cedido pelo convênio entre Cotrijuí e Secretaria da Agricultura do Estado. Através dele, cinco tratores poderão ser utilizados em toda área de atuação da Cooperativa para o trabalho de conservação do solo e construção de açudes.

Pensando ainda em outras prioridades nos seus primeiros tempos de mandato, Serafini aponta uma reforma administrativa com realização de concursos exigida pela Constituição e a criação de um colégio agrícola.

AUGUSTO PESTANA

Municipalização deve ser lenta e gradual

Na prefeitura de Augusto Pestana, as preocupações se concentram na agricultura, na educação, no pagamento de algumas dívidas e no enquadramento correto de funcionários mal alocados. "Como coisa pública só podemos ter problemas financeiros e organizacionais", comenta o prefeito Darci Sallet, eleito pelo PMDB e PDS que conta em pessoal administrativo e escolar, 280 funcionários, e tem como primeira meta a realização de uma reforma dos quadros. "Vamos até criar novos setores, mas operador terá que ser operador", afirma Sallet, ao anunciar a montagem da oficina municipal, para diminuir as despesas de manutenção de equipamentos.

Esta é apenas uma das saídas que o prefeito, veterinário, produtor e ex-funcionário da Cotrijuí de Augusto Pestana está vislumbrando para diminuir o déficit da contabilidade municipal. "Não vamos zerar as contas, mas sim torná-las menores", afirma Sallet, que encontrou 100 mil cruzados novos de dívidas para resgatar a curto prazo, além dos débitos em Justiça. Para saldar parte delas, o prefeito conta com uma receita oriunda de ICM, FPM e outras taxas novas, que em janeiro por

Darci Sallet não pretende terminar com as contas, mas amenizá-las



exemplo chegaram a 50 mil cruzados. Um volume escasso, considerando-se pelo menos o déficit da telefonia rural, hoje em aproximadamente três mil cruzados novos. "A saída, responde Sallet, é aumentar a taxa dos 236 assinantes".

MUNICIPALIZAÇÃO GRADUAL

Contando com um orçamento de um milhão e 500 mil cruzados novos, Darci fala sobre outras prioridades da administração, como saúde, educação e a produção primária, mas não chega a apontar nenhum envio de recursos para estes setores. Na saúde, por exemplo, o município, que já tem um plano junto ao governo estadual,

está passando pela discussão da viabilidade da sua implantação nos próximos meses. Contrário a esta idéia, Darci Sallet entende que a municipalização deva ser lenta e gradual, dando condições a população de se adaptar e receber as prioridades. Apesar de levar essa proposta, o próprio Sallet reconhece a necessidade de um atendimento mais amplo no Hospital São Francisco, o que somente poderia ser realizado com a municipalização.

Já quanto a área de educação, o prefeito se sente mais tranquilo, pois parece, segundo ele, que a municipalização está a caminho, embora de maneira parcial como acontece em outros municípios. De toda a rede escolar, três escolas que antes eram estaduais agora já são administradas pelo município, ressalta Sallet.

Mas se há um setor em que não existe realmente nem um centavo destinado é no da produção primária, embora conte com todo o apoio político e técnico, como diz o prefeito. "Para este setor, em especial a conservação do solo, o que existe é uma união de forças entre Prefeitura, Cotrijuí, Secretaria da Agricultura e iniciativa privada, para tornar o setor ainda mais forte",

Manutenção do sistema escolar e apoio à agricultura

Se algumas prefeituras têm poucas dívidas, Jóia, praticamente está zerada. Pelo menos é o que afirma o prefeito Jorge Miguel Vieira Leal, do PDS, que se sente um dos mais privilegiados da região. Ele até nem chega a colocar essa questão como a mais importante, pois mais relevante do que não ter dívidas é ter crédito, salienta o prefeito.

Além da boa situação das finanças, o também engenheiro civil Jorge Leal, conta com um orçamento de 874 mil cruzados novos, valor que poderá chegar até um milhão e meio em função do aumento de percentual do ICMS, a partir de primeiro de abril. Além disso, o prefeito também está contando com um reestudo do IVVC, que foi rejeitado pelo legislativo municipal. "Vamos tentar mostrar a importância desse tributo", diz, considerando a extensão de Jóia e a repetição do que aconteceu com o ITBI, antes rejeitado e hoje em vigor no município.

CONTINUAÇÃO

Ainda que a cobrança desses novos impostos signifique mais uma esvaziada no bolso do contribuinte, o prefeito argumenta a sua validade já destinando o seu retorno, caso ele venha a ser aprovado, numa área considerada de grande importância para o Executivo, como é a educação. Se o IVVC vigorar em Jóia, assegura o prefeito, o transporte escolar será gratuito. Do contrário o subsídio ao setor se mantém nos 70 por cento.

Mas é na ampliação de escolas e no aperfeiçoamento do sistema Polo

Jorge Leal: "sou um privilegiado"



que a prefeitura coloca os seus maiores objetivos, já que os resultados obtidos na administração passada foram bastante proveitosos. Segundo análise de Jorge Leal, a evasão escolar, com o sistema de escolas Polo, no meio rural diminuiu em até 30 por cento. Baseado nesses resultados, o prefeito quer então incrementar o sistema aumentando ao mesmo tempo o número de escolas. Para este ano, está previsto o funcionamento de 1º Grau na localidade de Cará, Carajá Grande e Silva Jardim.

Além dessas, o assentamento de colonos sem-terra de Botão do Ouro também pode ter o seu barracão escolar substituído por um outro estabelecimento. Próximo a cidade, numa área de 100 hectares, também deve funcionar o Colégio Agrícola de 1º Grau, que teve doação do terreno e tem projeto encaminhado ao Ministério da Educação.

MUNICIPALIZAÇÕES

Para melhor gerir o setor educacional, Jóia assumiu há pouco tempo a municipalização do ensino, qualificada pela administração como sendo parcial. Isso porque, afirma Jorge Leal, se por um lado o município ganhou mais auto-

nomia, por outro ainda arca com parte dos recursos financeiros necessários. "Há vantagens e problemas", diz ele, comentando o atraso do Estado no repasse de recursos e envio de recursos, reduzidos em relação aos programas e planos apresentados.

Em todo caso, o prefeito acredita ainda que com o passar do tempo a municipalização vai se encaminhar melhor, porque "o Estado vai ter que reconhecer quem tem proposta e cria alguma coisa na área".

No setor de saúde, a municipalização ainda está no compasso de espera. O município que possui um pré-plano, aguarda assim como outro município a sua aprovação pela Secretaria da Saúde e Meio Ambiente do Estado, e que teria um funcionamento experimental de alguns meses. Dessa forma, os gastos do setor seriam repartidos entre município e Estado, do previsto para três meses um valor de oito milhões de cruzados novos ao todo.

AGRICULTURA

Por fim, com relação ao setor primário, o prefeito diz que mesmo com as deficiências do parque de máquinas, a prefeitura vai tentar conciliar as carências e incrementar os serviços prioritários. O primeiro citado por ele é quanto ao projeto de microbacia que "deverá receber todo o apoio necessário e feito em colaboração com a Cotrijui". O segundo, é quanto a conservação e empedramento das estradas, principalmente na região da colônia. Está previsto, segundo Leal, o melhoramento de 100 quilômetros dessas estradas.

Mattos: construção de um patronato antes de concorrer a Assembléia



SANTO AUGUSTO

Investimentos em educação e indústria

Tendo como prioridade número um a educação, o prefeito de Santo Augusto, Darci Pompeo de Mattos, do PDT, quer investir firme no sistema de escolas Polo, que como ele acredita pode eliminar um bom número de escolas pequenas e alcançar um maior nível de ensino. É uma forma também, explica o prefeito, de melhorar os próprios salários dos professores, que hoje estão mal, mas ainda melhores do que as condições das escolas e portanto do nível de ensino.

Além da disseminação dessas escolas, Darci de Mattos, que já foi vereador e foi eleito deputado estadual em 86 (renunciou para assumir a prefeitura) vai aumentar a frota de micro ônibus escolares para quatro, ainda este ano, e instalar o ensino de 2º grau na localidade de São Valério. A menina dos olhos dessa administração, que deve durar somente até o próximo ano, (em noventa pode concorrer novamente ao Legislativo Estadual), é a construção de um Patronato, para as cercas de 500 crianças carentes do município. Para a construção da obra, o prefeito está apostando num bom nível de arrecadação que anda atualmente em 74 mil cruzados novos, entre tributos antigos e novos.

OUTROS PROJETOS

De um orçamento estipulado em um milhão e 780 mil cruzados novos, a prefeitura também já destinou 30 mil cruzados para a instalação de um distrito industrial, além de uma usina de lixo no mesmo valor, que deve ser implantado nos arredores da cidade. Com o equipamento já adquirido para esta última obra, a prefeitura espera dar início à construção nos próximos meses.

Nos planos imediatos da administração ainda constam a reforma administrativa, com concurso público para todos os funcionários e a criação da secretaria de Saúde, possivelmente quando for aprovado o plano de municipalização, um projeto tão recente quanto a própria organização do setor a nível de comunidade. "Vamos dar apoio necessário a municipalização", diz o chefe do executivo que integra junto a uma das secretarias, a do Bem Estar Social, a coordenação da Cimil local.

Por fim, deve ser criada também em Santo Augusto a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, com o objetivo de implementar a agricultura diversificada e o trabalho de conservação do solo; com projetos de microbacias.

DOM PEDRITO

Economia de guerra

Rui Favalli Bastide (PDT) queixa-se das dívidas assumidas e do precário estado do parque da máquinas

O município de Dom Pedrito vive desde o dia 1º de janeiro sob nova administração, agora liderada pelo PDT - Partido Democrático Trabalhista. O chefe do executivo é Rui Favalli Bastide, um político de linha popular, ou populista, identificado, principalmente, com as bases mais periféricas da sociedade. Antigo vereador do município e militante partidário desde os tempos do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, é conhecedor de velhos problemas sociais e conjunturais que continuam existindo e reclamando por soluções, segundo declarou ao Cotrijornal.

Sem usar de meias palavras, disse que recebeu o município em precárias condições financeiras e administrativas. Reclamou que a dívida é tão grande que a dotação orçamentária do ano não tem como cobrir as despesas. Ressaltou que a desorganização funcional era geral, com a existência de funcionários que não compareciam ao trabalho e só iam receber o dinheiro no final do mês.

Por isso - enfatizou - "determinei a aplicação de uma economia de guerra, princípio que será mantido por tempo indeterminado, até que as finanças do município sejam totalmente saneadas". Queixou-se de em seu primeiro mês de administração - janeiro, ter de pagar a Câmara de Vereadores e todo o funcionalismo, inclusive o secretariado do prefeito anterior, correspondente ao mês de dezembro de 1988. Teme que não tenha recursos para pagar o funcionalismo no mês de fevereiro, por ser um mês de arrecadação fraca. Isso o levou a suspender todas as contratações. E se isso não for suficiente, ainda vai ter que demitir, asseverou. Mas garantiu que as demissões não terão qualquer caráter político-partidário, sendo essencialmente técnicas, e ditadas pela insuficiência de caixa do município.

LENTIDÃO DOS SERVIÇOS

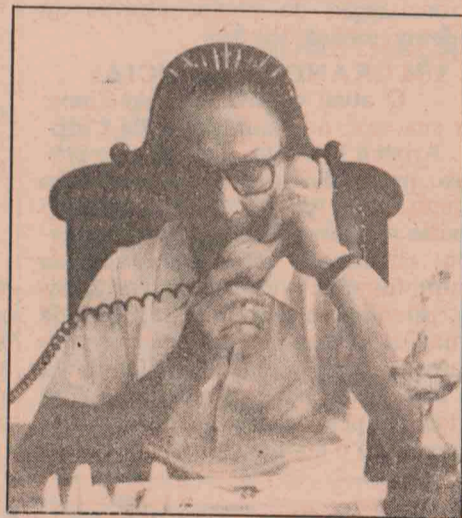
É inegável que teremos que reduzir os serviços, declarou em outro trecho da entrevista. Bastide antecipou que serviços essenciais, como a limpeza de valetas, calçamento urbano e as estradas do interior do município, enfrentarão problemas de conservação. É que o parque de máquinas está em péssimo estado de conservação e não há dinheiro para reposição de peças e nem para a manutenção mecânica, enfatizou Rui Bastide.

Confessa que chegou a pensar em renunciar o mandato, dadas as imensas dificuldades encontradas, só não adotando essa decisão por força do compromisso assumido com os eleitores e graças a solidariedade e prestígio que vem encontrando por parte do vice-prefeito, e de todo o seu secretariado.

UMA ADMINISTRAÇÃO SOCIALISTA

"Sabendo das obrigações que assumimos com o povo de Dom Pedrito, obrigação que vamos cumprir, como se propõe uma administração socialista, é que nos decidimos recuperar a prefeitura, financeiramente", prometeu Rui Bastide.

Como projetos de administração futura, o prefeito pedritense tem em mira a implantação de uma usina para transformação de lixo, a instalação de uma olaria para atender com tijolos mais baratos a demanda habitacional do município, melhorar atendimento à saúde da população - médico, hospitalar e dentário, e também cuidará de implantar indústrias em Dom Pedrito, para melhorar o nível de empregos. Numa segunda etapa, dentro das possibilidades financeiras do município, pretende ampliar a rede de esgotos.



Rui Bastide

Como obras imediatas, explicou Bastide, estamos construindo um novo prédio municipal, estando também nos nossos planos construir o quartel da Brigada Militar e a nova estação rodoviária.

PROBLEMAS DOS SEM TERRA

O prefeito pedritense colocou também como problema que causa real preocupação, a questão dos agricultores sem terra, acampados no município. Disse que o governo do Estado adquiriu terras para o assentamento, mas não deu os recursos necessários à manutenção dos acampados, que são mais de 100 famílias. Dentro de nossas possibilidades, que são bem reduzidas, também estamos atendendo essa herança que vem da administração do próprio governo do Estado, enfatizou.

Mas o que mais tira o sono do governo municipal, ressaltou Rui Favalli Bastide, é a dívida acumulada com vários órgãos dos governos estadual e federal. A dívida para com a CEE é de NCz\$ 17.394,80; com a Corsan; NCz\$ 3.555,86; com a CRT, NCz\$ 1.593,30; com o PASEP, NCz\$ 3.377,44; INPS, NCz\$ 135.573,92 (com correção) e mais NCz\$ 52.920,22 sem correção; FGTS, NCz\$ 105.005,95; além de compromissos de restos a pagar de NCz\$ 13.250,00.

Descentralizar para não recuar

Depois de mais um ano de municipalização da saúde, o município de Ajuricaba se vê à beira de uma sindicância, provocada pelo desvio de verbas na administração passada. A população, no entanto, assume o Plano, o que leva a Cimis a ser mais rigorosa e exigir um compromisso mais firme com as diretrizes de prevenção

No último dezembro, o município de Ajuricaba completou um ano de municipalização da saúde, um sistema montado através de uma política de descentralização do setor, com o objetivo de garantir autonomia aos municípios e fiscalização da população, com seqüente distribuição igualitária de recursos. No seu primeiro balanço, Ajuricaba registra os avanços conquistados, mas ainda discute muito o realimento do plano e as conseqüências do abandono das diretrizes por parte de gestores responsáveis pela sua execução.

A PRIMEIRA AVALIAÇÃO

A análise desses primeiros doze meses de municipalização foi realizada em um Seminário de Avaliação, em janeiro deste ano, que apontou as prioridades e os encaminhamentos que o plano deve seguir daqui para frente, para alcançar os objetivos propostos e evitar os saldos negativos do ano passado.

Realizado pela Cimis, que é a entidade responsável pelo planejamento e fiscalização do programa, o Seminário apresentou como prioridades principais a continuidade do projeto de municipalização, mantendo seus princípios através do Sistema Único e Descentralizado de Saúde, o Suds (atualmente muito atacado pela Associação Brasileira de Hospitais) uma maior autonomia para a Cimis, que deve ser mais rigorosa na fiscalização, e a contratação de profissionais necessários e atendam dois requisitos básicos: o custo de sua utilização no processo de prevenção e o de menor custo.

ABANDONO E DESVIO

Ainda que pareça apenas um resumo verbal, as conclusões do Seminário são mais um alerta a todos os responsáveis pela execução do plano, um pouco prejudicado pelo desvio de verbas ocorrido no final do ano passado, e que até agora é discutido pela Secretaria da Saúde Estadual, o órgão encarregado de repassar as verbas para o município.

"É preciso vincular ainda mais a população ao processo decisório da saúde", salienta o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Ajuricaba, Luis Ottoneli, que foi o coordenador

da Cimis até dezembro do ano passado. A sua avaliação parte da própria natureza do plano, que tem origens num trabalho comunitário e desemboca na atual exigência de aplicação em saúde, dos juros provenientes da verba destinada pelo estado.

A principal advertência do sindicalista, no entanto, vem do abuso do poder público, como aconteceu no ano passado, quando a administração de Victor Zanatta desviou dos 32 milhões enviados, 28 milhões de cruzados (hoje 28 mil novos). Como os recursos são encaminhados por trimestre, o furo de dezembro chegou a ser coberto com a verba de janeiro, porém os desdobramentos da prestação de contas ainda não estão resolvidos, deixando aberta, inclusive, a possibilidade de uma sindicância no município.

DESCENTRALIZAR AINDA MAIS

As ameaças que pairam sobre a municipalização, já avalizadas pelos usuários, que há mais de um ano têm consultas, internação e medicação gratuita e desburocratizada, faz a Cimis voltar as suas preocupações para a reativação da parte preventiva. "Se as decisões ficam um pouco centralizadas na prefeitura, diz Ottoneli, retomando o ocorrido na gestão passada, sempre existe o risco de se colher vantagens com a operacionalização do plano, através do modelo curativo".

UM GRANDE POTENCIAL

O atual coordenador da Cimis, por sua vez, o comunicador da Cotrijuí, Aristete Trevisol, diz que se o processo preventivo não for assumido, o projeto pode se inviabilizar, pois o usuário passará a buscar somente o médico, eliminando assim o restante da equipe formada por agentes, enfermeiras, psicólogo e nutricionista, além de tornar os custos do projeto bem mais onerosos. "Se a prevenção funciona, em sete meses pode se reduzir as consultas em pelo menos 30 por cento", exemplifica o coordenador.



Filas são grandes porque falta médico e o serviço é gratuito

A idéia exposta por Trevisol pode ser medida pelo baixo índice de doenças que o município de Ajuricaba apresenta, em função do sistema de municipalização, mesmo com os desfalques de técnicos e de trabalho. Ao todo são 15 profissionais, sendo 12 da rede hospitalar e três da rede básica.

Além desses, estão espalhados pelo interior, 36 agentes de saúde, os grandes responsáveis pelo trabalho de prevenção, e justamente o setor que foi mais prejudicado no ano passado pela falta de discussão e treinamento. O abandono dessa parte da equipe pode ser visto pelo alto número de intoxicações por agrotóxico registrado nesta safra.

REMUNERAÇÃO PARA O AGENTE

Com um orçamento de mais de 60 mil cruzados novos, previsto somente para o mês de abril, o plano de saúde de Ajuricaba, de uma maneira geral vai bem, como diz Trevisol. Mas, para que todo o seu potencial seja aproveitado, são necessários, segundo ele, alguns ajustes práticos. Um deles

seria a remuneração dos agentes, hoje exigida pela equipe, mas como forma de atar um compromisso maior às diretrizes preventivas do plano. Caso isso seja pouco, a Cimis entende como necessário, então, que os recursos sejam distribuídos de forma específica, garantindo-se assim, a inexistência de gastos excessivos na parte curativa.

Para acertar melhor os ponteiros, a Cimis, principalmente através do Sindicato, já está fazendo uma rodada de reuniões com os usuários para discutir o andamento do processo de saúde e os rumos que ele pode ter caso a prevenção não seja priorizada.



Ottoneli



Trevisol

Pressões externas

Com todo o enrosco do desvio de verbas, mais o descaso pela prevenção que ocorreu no ano passado, a população de Ajuricaba assumiu a municipalização. Afinal, para quem tinha que andar correndo com carteiras e pagando diferenças, ou pior ainda, nem mesmo ser atendido, a municipalização é uma grande

salda, pois basta ser residente no município para ter todo o atendimento necessário. "O pessoal assumiu tanto, que às vezes muitas das consultas são exageradas", diz o cirurgião Celso da Silva Mello, diretor clínico do Hospital Beneficente de Ajuricaba.



Celso Mello

Trabalhando pelo plano através de convênio com o Suds, o médico também se preocupa com a continuidade do plano e do sistema em todo o país, que embora atacado por parte da sua categoria, é segundo ele, a única forma de prestar os serviços de saúde básica à maioria da população. "Hoje estamos dando o máximo do nosso quadro técnico com 100 por cento de gratuidade", salienta o médico, explicando, que por causa disso são bombardeados, muitas vezes, sob o argumento de tentar exercer uma medicina socializante num país capitalista.

BOICOTE

"Nenhum plano de saúde dá certo, se trabalharmos por procedimento", rebate o médico, que por assumir este conceito de medicina se considera um idealista, consciente, no entanto, das pressões e das conseqüências que tem a enfrentar. "Tanto um plano pode se transformar num cabo eleitoral, como pode ser boicotado por operações tartaruga, através de pacientes que são encaminhados para outros municípios, quando se esgotam os recursos médicos em Ajuricaba".

Produtor assumiu o plano

Embora reclamem um pouco das filas grandes, os usuários da saúde em Ajuricaba, principalmente o pessoal que vem do interior satisfeito com o atendimento prestado através da municipalização. Eles até explicam que se as filas são extensas é "porque o pessoal está procurando os recursos", faltando quem sabe, mais médicos ou dentistas.

"Não tenho queixa nenhuma do hospital", diz o produtor Lino Dallabrida, proprietário de 5 hectares na Linha 22, e internado naquela casa por problemas de coluna. Ainda que as instalações sejam simples, o seu Dallabrida considera o atendimento muito bom, até porque ele precisava do tratamento há vários anos e só não pôde realizar "porque não tinha alcançado".

PROCURA MAIOR

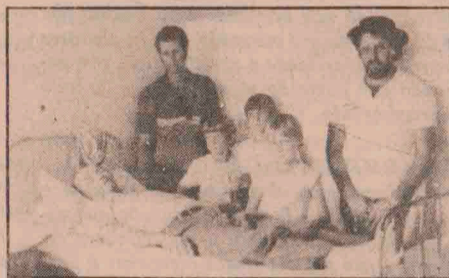
Um outro produtor, Gentil Corassa, em visita ao internado, também lembra do problema das filas dizendo que "o colono às vezes pensa até em trazer a cama". O seu Gentil Zangirolani, no entanto, completa dizendo que "se elas são grandes é porque o pessoal está se prevenindo".

Essa boa receptividade do plano por parte

do produtor tem uma causa bem concreta, que é a do retorno de um serviço pago com o seu trabalho, desde a criação do Funrural. "Esse serviço já veio com atraso, pois se paga a saúde desde sempre", afirmam os produtores, comparando a situação de hoje, com o tempo anterior a municipalização. "Se a gente precisava ficar deitado aqui um mês, ia toda a safra".

Mas não é somente no Hospital que se comentam as vantagens do serviço de saúde. No Centro de Saúde, onde hoje funciona a Secretaria de Saúde, um consultório odontológico, dois médicos, o posto de vacinação, a farmácia, entre outros órgãos públicos, a produtora Olga Sieppet, da Linha 30 também fala sobre o plano, confirmando as facilidades de atendimento. "Tenho um filho que vai ao dentista, desde os dois anos", conta a produtora, lembrando das dificuldades e do atraso dos tratamentos, em relação ao serviço prestado hoje com mais rapidez.

Nas consultas médicas, no entanto, a produtora concorda com outros agricultores. "Acho muito bom o plano, mas poderia melhorar se tivesse mais médicos", diz ela apontando para a fila



Dallabrida e os visitantes Zangirolani (E) e Corassa



Olga: o Plano melhorou muito o atendimento

de espera do consultório, de onde já foram embora várias pessoas que não conseguiram ficar.

O final dos anos 80 confirma que o ciclo expansionista europeu, no que tange a

produção e exportação da carne bovina, acusa uma reversão que poderá transformar novamente a CEE, em importante importadora desta carne no mundo

Produção em recuo

**Argemiro Luís Brum
Montpellier — França**

Diversos fatores estão em jogo e apontam para uma reversão. Neste artigo, nós daremos atenção aos fatos conjunturais, acontecidos no ano de 1988, relativos a este mercado. Os mesmos são extremamente significativos e nos oferecem algumas pistas importantes sobre o que poderá ser o futuro do mercado da carne bovina na CEE. Sobre este futuro, nós arriscamos algumas projeções no final deste artigo, tendo como base o documento do CNE-ITEB de Paris, publicado em novembro passado, intitulado "La production bovine en Europe: perspectives 1990-1992-1995".

FORTE REDUÇÃO NA PRODUÇÃO E ELEVAÇÃO NAS COTAÇÕES AO CRIADOR

Em análises anteriores sobre o assunto já colocávamos que a tendência do mercado europeu da carne bovina marchava para uma reversão do atual ciclo. Em outras palavras, a CEE tenderia, a partir de 1990, a se transformar novamente em forte importadora desta carne. Quatro fatos importantes acontecidos em 1988 confirmam esta tendência.

1 — Produção: 400 mil toneladas a menos em 1988

Segundo as estimativas dos serviços estatísticos dos seis países da Europa do Norte, membros da CEE (Reino Unido, Holanda, Dinamarca, Alemanha Ocidental, Irlanda e Bélgica) mais a França, a produção de bovinos, expressa em toneladas, foi em baixa na ordem de 7 por cento em 1988 em relação ao ano anterior. Isto significa uma produção menor em 400 mil toneladas.

Esta queda está ligada sobretudo a recuo da ordem de 14 por cento no abate de vacas e de 3 por cento no de machos. A redução nesta produção é significativa sobretudo na Holanda e no Reino Unido (veja a tabela nº 1).

Para 1989, a baixa na produção de carne bovina deverá continuar, po-

rém, numa amplitude menor. Prevê-se que a mesma fique em 200 mil toneladas, isto é, 4 por cento a menos do que em 1988.

Isto não impede uma confirmação significativa para o mercado: em dois anos, de 1987 a 1989, a queda na produção de carne bovina (excluindo a carne de bezerro) em sete países da Europa Ocidental que representam 80 por cento da produção total da CEE, atingirá 10 por cento, isto é, 600 mil toneladas.

Este recuo, por enquanto momentâneo, no abate de vacas leiteiras se deve ao fato de que a CEE aprendeu a controlar sua produção de leite e de derivados.

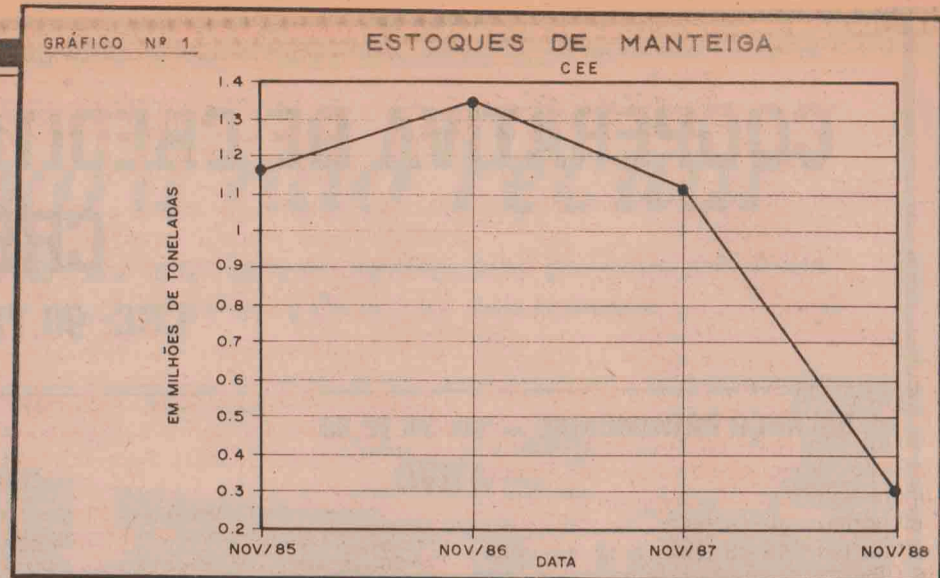
De fato, com a aplicação das quotas leiteiras, o saldo excedentário produção/consumo de produtos lácteos na CEE, entre 1984 e 1988, baixou de +25 por cento para +15 por cento. Assim, em 1988 os estoques de manteiga e de leite em pó acusam uma extraordinária redução. Os gráficos nºs 1 e 2 bem o comprovam!

Em se tratando da manteiga, os estoques caíram de 1 milhão e 350 mil toneladas em novembro de 1986 para apenas 297 mil toneladas em novembro de 1988. Isto significa dizer que em dois anos a CEE reduziu seus estoques de manteiga de mais de um milhão de toneladas. No que tange ao leite em pó, os estoques praticamente desapareceram neste final de 1988 (apenas 10 mil toneladas em novembro passado) contra 792 mil toneladas dois anos antes.

2 — Redução das compras oficiais

Em função da forte crise orçamentária que a CEE enfrenta há alguns anos, e da guerra comercial mundial no que tange às subvenções ao setor primário, o seu Conselho de Ministros vem efetivando uma reforma no mercado da carne bovina.

Entre os pontos propostos destacamos dois de extrema importância. O primeiro diz respeito a imposição de



um limite nas compras oficiais (chamadas de intervenção sobre o mercado), as quais ficam reduzidas a 200 mil toneladas (em 1986 e 1987 as compras oficiais foram de 572 mil toneladas). Um segundo ponto importante é a sugestão de que as compras públicas sejam autorizadas novamente caso os preços médios da carne na CEE desçam abaixo de 75 por cento do preço mínimo (preço de intervenção). As compras vinham sendo feitas atualmente tendo como gatilho o momento em que os preços do mercado atingiam 85 por cento do preço mínimo.

Ora, a redução do teto máximo nas compras públicas e do preço mínimo oficial para que estas compras se efetivem, colocam os criadores europeus em uma situação delicada, pois eles ficam mais expostos aos efeitos diretos do mercado. Caso estas medidas sejam aplicadas, fato que poderá sem dúvida acontecer, haverá um desestímulo maior sobre a produção comunitária a médio prazo, sobretudo junto àqueles criadores que são menos especializados e competitivos.

3 — Os estoques despencam e as cotações sobem

Se olharmos o caso francês especificamente, verificamos que nos 11 primeiros meses do ano de 1988 houve uma baixa de 8 por cento nos abates de vacas e de 7,4 por cento no dos bois, com relação ao mesmo período de 1987.

Esta situação está levando a uma elevação nos preços da carne bovina. Somente no mês de novembro passado, a alta do preço médio ponderado no mercado, para o criador de bovinos (exceção feita aos de bezerras), foi de 9,2 por cento com relação ao mesmo mês no ano de 1987. Um fenômeno que acontece praticamente em toda a CEE, embora as cifras sejam diferentes.

O gráfico nº 3 nos mostra, na página ao lado tendo como exemplo a França, que a cotação média dos bovinos passa em dois anos (novembro de 1986 a novembro de 1988) de 1.081 francos/100 quilos a 1.211 francos. Is-

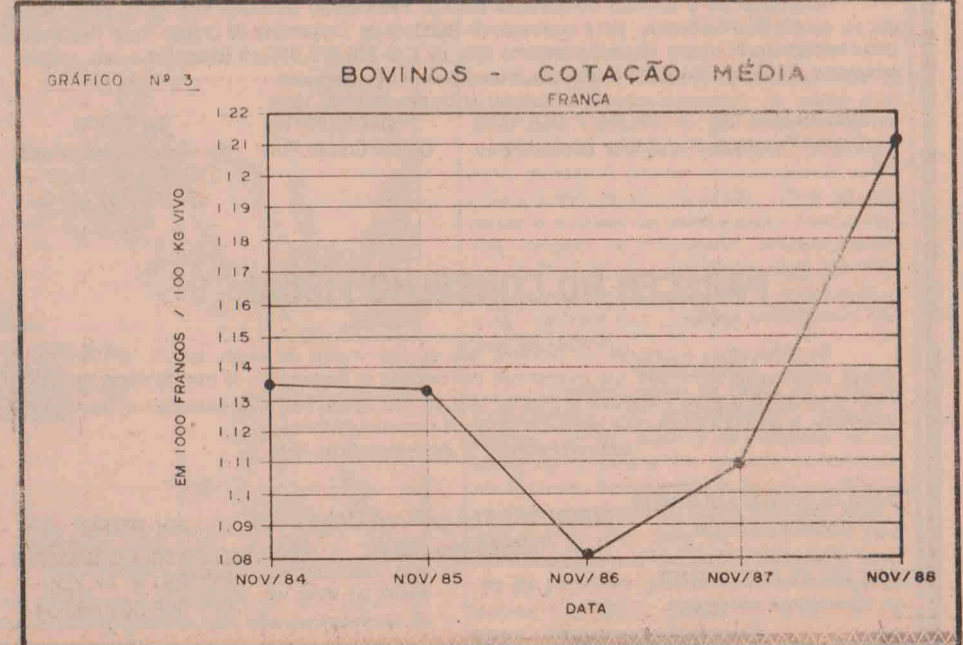
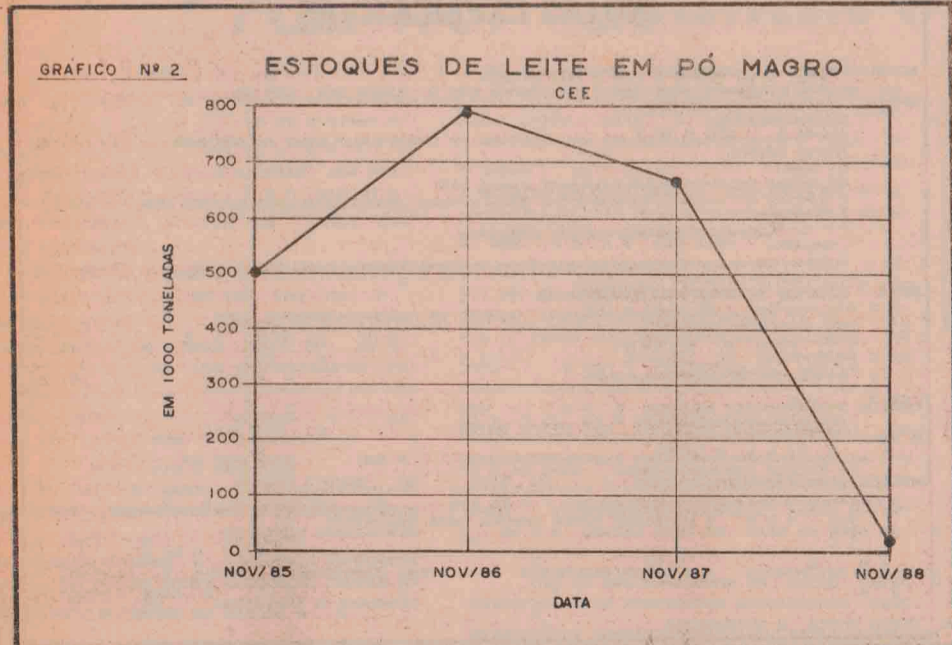
to significa um aumento de 12 por cento! Por sua vez, o gráfico nº 4 (página ao lado) nos confirma esta tendência altista para o conjunto da CEE. Em novembro de 1988 as cotações dos bovinos reencontram seu nível de três anos atrás, tendo alcançado no último ano uma elevação de 8,3 por cento, o que equivale a 11,20 ECU/100 quilos (1 ECU valendo em média 7,00 francos franceses).

Esta alta nos preços, o criador deverá continuar no futuro, segundo as análises do Instituto Técnico da Criação Bovina (ITEB) da França. Isto se deve ao fato de que os volumes disponíveis de carne bovina irão se reduzir progressivamente.

Uma confirmação desta nova tendência está expressa no gráfico nº 5. Nele observamos que a partir de 1987 os preços aos criadores são mais elevados do que os existentes no consumo. Em outras palavras, enquanto o consumo ainda se beneficia de uma oferta importante do produto, graças aos estoques existentes, a produção já sofre da falta de animais para reposição em função da falta de bezerras para reposição causada pelo forte abate de matrizes nos últimos quatro anos. A tendência futura, pelo lado do consumo, deverá ser o aumento dos preços da carne bovina, tendo como consequência um retorno possivelmente mais acentuado do consumidor em direção as carnes de aves e suínos.

Com a alta dos preços no mercado, as compras oficiais diminuíram significativamente. Elas atingiram seu mais baixo nível em outubro e novembro passados. Esta situação é tão excepcional que as compras oficiais (intervenção oficial que forma os estoques públicos da CEE), que existiam desde abril de 1982 (período em que a explosão na produção passou a ser uma realidade), foram suspensas no dia 23 de dezembro de 1988.

Ao mesmo tempo, as exportações continuam, sobretudo para os países do leste europeu (somente em outubro passado, 100 mil toneladas de car-



Situação excepcional

ne bovina foram exportadas para esta região).

A conjugação da diminuição das compras oficiais e do sucesso nas exportações deverá permitir uma sensível redução dos estoques no conjunto da CEE. Segundo estimativas do Oficial (organismo francês responsável pelas carnes), os mesmos, que foram de 400 mil toneladas no final de dezembro passado, deverão atingir apenas 50 mil toneladas (!) no mês de junho de 1989. Lembramos que estes estoques se situaram em 944 mil toneladas no final de 1987.

4 - As importações continuam

Enfim, um quarto ponto conjuntural importante é o fato de que a CEE continua a importar carne bovina, mesmo com uma auto-suficiência em carne bovina que atinge o índice de 116 em 1987, contra 100 em 1980 (a relação consumo/produção permite a construção de índices de auto-suficiência, os quais ao se situarem acima de 100 indicam que o país é auto-suficiente).

Assim, a CEE importa a cada ano cerca de 420 mil toneladas de carne bovina. Isto acontece em função de quotas consolidadas junto ao GATT, de quotas preferenciais dadas aos países das Antilhas, Caraíbas e do Pacífico (uma grande parte das ex-colônias dos países membros da CEE se situam nestas regiões do mundo), e de um programa interno que visa contrabalançar as necessidades da indústria de transformação com a oferta dos criadores de animais. Neste local estariam incluídos os lotes que entram na CEE com taxas reduzidas. Para 1989, o volume total de carne que entraria na CEE com estas vantagens seria dividido em 53 mil toneladas de carne bovina congelada, 34 mil e 300 toneladas de carne bovina tipo Hilton de alta qualidade, e 2 mil e 250 toneladas de carne de búfalo.

O fato das importações conti-

nuarem, permite vislumbrar a possibilidade de um aumento automático das mesmas para os próximos anos na medida em que a produção interna e os estoques baixem.

Diversas variáveis estão em jogo na definição do futuro do mercado da carne bovina na CEE. Nós iremos aqui analisar as tendências daquelas variáveis que julgamos mais relevantes.

A fora a evolução dos preços e a redução no abate de vacas leiteiras graças ao controle da produção de leite e de seus derivados, os especialistas franceses alertam para o fato de que haverá uma redução do rebanho europeu motivada pelo aumento da produtividade do rebanho leiteiro.

Este fato provocaria, a médio e longo prazo, uma carência de bezerros e por consequência de carne, embora a curto prazo possa jogar ainda mais carne no mercado da Comunidade.

Em outras palavras, a produtividade (litros/vaca/ano), segundo o estudo do ITEB citado acima, deverá crescer de 2,2 por cento ao ano até 1995. Com isto, o rebanho leiteiro da CEE (menos Espanha e Portugal) deverá cair das atuais 21,5 milhões de cabeças para 18,3 milhões em 1995, ou seja, uma redução de quase 15 por cento nos próximos sete anos, a fim de regular o aumento da produtividade, e por consequência da produção, com as quotas existentes.

Tal comportamento significa uma redução suplementar de 3,2 milhões de matrizes. Assim, a soma das matrizes abatidas entre 1984 e 1995 resultará em 6,5 milhões de bezerros que não serão mais disponíveis na CEE no espaço de dez anos. A Europa terá reduzido seu rebanho leiteiro de 30 por cento em doze anos.

Diante de tais tendências, pre-

vê-se que a produção de carne bovina começa a diminuir já em 1990. Em 1995, a produção desta carne, em número de cabeças, no conjunto da CEE seria inferior de 13 por cento a existente na véspera da aplicação das quotas (início de 1984) e inferior de 18 por cento a existente nestes quatro últimos anos.

Tal situação abre as portas para um aumento nas importações vindas do exterior da CEE. Entretanto, como ressaltam muito bem os técnicos do ITEB no artigo citado acima, "menos carne não quer dizer penúria".

Em todo o caso eles são unânimes em confirmar um cenário de redução da produção de carne bovina em 1995 da ordem de 15 por cento a 20 por cento em volume em relação ao recorde estabelecido entre 1985 e 1987. A partir de 1990 a queda na produção, com relação aos anos 1986-1987 será da ordem de 12 por cento. A produção europeia terá então alcançado um nível inferior ao existente antes das quotas lei-

teiras. Após 1990-1992, a continuidade do recuo na produção só poderá ser evitada ao preço de uma retomada rápida na produção daqui um ou dois anos, fato que, por enquanto, não parece ser possível.

Assim, com um consumo que tende a diminuir ligeiramente, a CEE estaria passando de uma situação excepcional para uma situação de equilíbrio, graças a manutenção de suas importações atuais.

Em outras palavras, para os exportadores de carne bovina como o Brasil, a década de 90 poderá oferecer uma perspectiva bem mais atraente, no que tange ao mercado europeu, do que foi a atual década.



A CEE pode voltar a ser a maior importadora de carne bovina

TABELA Nº 2: PREVISÃO DE PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA NA C.E.E.

	EM 1000 CABEÇAS	EM 1000 TONELADAS (*)
1987	22.080	6.650
1990	19.600	5.835
1992	19.130	5.700
1995	18.200	5.420
1995/1987	- 18%	- 18%

(*) Dentro da hipótese de um peso constante nos diferentes tipos de animais.
FONTE: GEB segundo publicação CNE-ITEB citada acima.

TABELA Nº 1: PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA (EXCLUINDO BEZERROS) NOS SETE PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DA C.E.E. - em porcentagem dos volumes de produção - (estimativa para 1988 e previsões para 1989)

	1988/1987	1989/1988
França.....	- 5	- 6
Reino Unido.....	- 14	- 3
Holanda.....	- 15	- 7
Dinamarca.....	- 7	- 6
Alemanha Ocidental.....	- 5	0
Irlanda.....	0	- 6
Bélgica.....	- 2	- 1
Total dos sete países.....	- 7	- 4
Baixa total na produção em milhares de ton.....	- 400	- 200

FONTE- G.E.B., segundo os serviços estatísticos dos diferentes países, citado em LA FRANCE AGRICOLE, 16/12/1988, p. 11.

GRÁFICO Nº 4 BOVINOS - PREÇO MÉDIO PONDERADO CEE

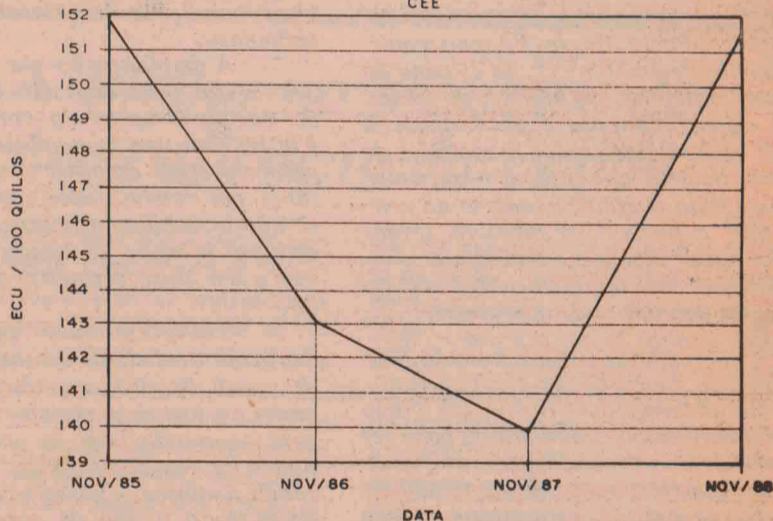
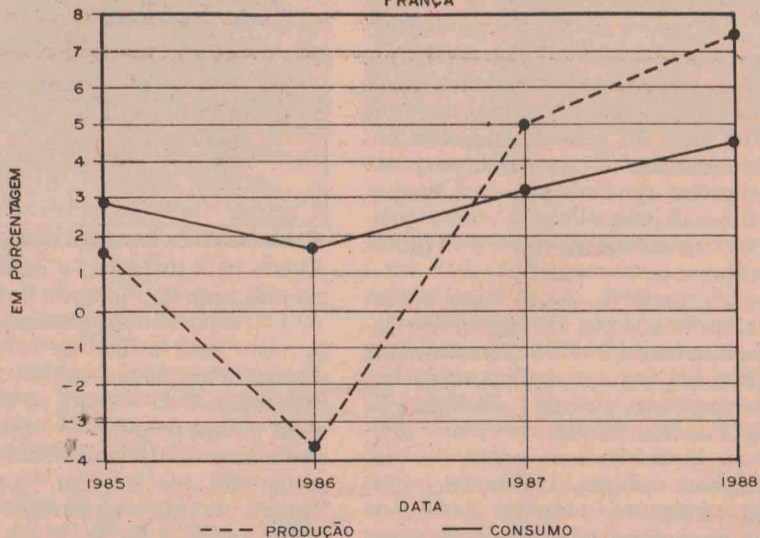


GRÁFICO Nº 5 BOVINOS - ÍNDICE DE PREÇOS FRANÇA



Eleição em Dom Pedrito

O Sindicato Rural de Dom Pedrito (dos empregadores) vai eleger nova diretoria em maio. A previsão é que concorra chapa única, devido a consenso já manifestado pelas lideranças rurais do município, cuja convergência recaiu no nome do empresário José Roberto Pires Weber, pecuarista e agricultor. Trata-se de uma liderança jovem, sobre quem está recaindo a expectativa da maioria para que seja realizada uma gestão dinâmica no sindicato.

A chapa, encabeçada por José Weber, que se eleita, substituirá a diretoria de Cândido de Godoy Dias, está constituída dos seguintes empresários rurais: efetivos - José Roberto Pires Weber, Lidio Dalla Nora Bastos, Quintilhano Machado Vieira, Antônio Carlos Xavier Hias, Ricardo Luiz Alves Bender, Anthero de Assis Meirelles e Waldomir Antônio Coradini.

Suplentes - Edegar Pereira Severo, Eleutério de Almeida Brum, Mário Ricardo da Silva Seabra, Edelci Carlos Comin, Ector Machado Rodrigues, Carlos Alberto Ruiz Severo e Luiz Afonso de Souza Severo. Conselho fiscal - efetivos - Cândido de Godoy Dias, Pascoal Marcelo Brandi e Ilso Menegás. Suplentes - Darci Ferreira Maciel, Abu Souto Bicca e Elbio Frantz Costa. Delegados representantes - efetivos - José Roberto Pires Weber e Quintilhano Machado Vieira. Suplentes - Elbio Galarza e Edmundo Torres Neto. A eleição está marcada para o dia 24 de maio.

Piqui: mais um posto de recebimento no MS

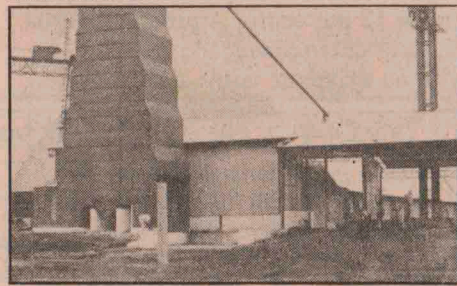
No Piqui, localizado a 45 quilômetros da sede do município de Sidrolândia, a Cotrijuí começará a operar nesta safra um de seus mais novos armazéns. O graneleiro construído com fundo semi-V, tem capacidade para receber nove mil toneladas de grãos e conta com um secador KW-40 e duas moegas que receberão 1.500 sacas cada uma. O investimento da obra ficou em 210 mil cruzados novos e os recursos foram antecipados pela própria cooperativa, diz o superintendente Lotário Beckert. Agora a Cotrijuí vai procurar financiamento bancário mas com condições compatíveis que não permite créditos a custo dos altos juros do mercado.

O superintendente explica que o local foi escolhido por diversas razões. Para atender a reivindicação dos associados na região, pela expressiva produção de soja, milho e trigo e pelo ponto estratégico que representa, uma vez que o escoamento da produção será feito por trem — a linha ferroviária passa ao lado do armazém — ou por rodovia, que fica a poucos quilômetros do local. Ele ressalta ainda que a nova estrutura do Piqui conta com alojamento e refeitório para seus funcionários e se localiza num ponto privilegiado, pois deverá receber grãos inclusive de associados de Maracaju, distante

também a 45 quilômetros do local.

Para Noé Peixoto, associado e conselheiro de Sidrolândia, o armazém do Piqui vem atender uma reivindicação antiga. Há mais de dois anos solicitávamos esta obra, diz ele, e enfim nossos planos foram concretizados. O associado afirma que todos os produtores da localidade estão muito satisfeitos, uma vez que terão mais facilidade para entregar sua produção e uma sensível redução do custo de transporte, porque grande parte das lavouras se localiza a quase 100 quilômetros da unidade de Sidrolândia. Ele salienta ainda que na região se concentra 50 por cento de toda a produção agrícola do município.

O novo graneleiro está em fase final de acabamento e a previsão para esta safra é que a Cotrijuí receba em torno de 12 mil toneladas de soja e milho no local.



O mais novo armazém da Cotrijuí no MS

O sucesso do novilho precoce

Came nobre de novilho jovem da fronteira gaúcha, tem novo endereço em Porto Alegre. Fica na avenida Nilo Peçanha nº 53, na esquina da rua Carazinho, no bairro Petrópolis. O empreendimento é da Cotrijuí, e foi uma iniciativa dos associados de Dom Pedrito, que entendem que a medida teria o efeito imediato de estimular o preparo de novilhos jovens em maior número, visando a conquista de um mercado nobre e cada vez de paladar mais apurado.

Segundo Luiz Fernando Riff Moreira, coordenador da área de comercialização da Cotrijuí em Porto Alegre, o empreendimento já pode ser considerado um sucesso. Trata-se de um estabelecimento diferenciado do açougue comum, pela maior higiene e qualidade das instalações, além de comercializar uma carne mais tenra e saborosa, já que a idade de abate dos animais é de, no máximo, dois anos e meio, ou quatro dentes.

A Casa de Carnes Cotrijuí em Porto Alegre é fruto de um programa conjunto com um grupo de criadores pedritenses, que formaram o Núcleo de Criadores de Novilho Jovem. O programa começa com a sanidade dos animais desde o nascimento, seguindo-se a desmama e criatório em pastagens melhoradas, e termina com o abate entre os dois e dois e meio anos, passando por uma seleção por tipificação do animal abatido. A cobertura de gordura não excede de três milímetros e o peso da carcaça com peso mínimo de 180 quilos.

A aceitação do produto em Porto Alegre é de causar entusiasmo, diz Luiz Fernando. Tanto, que já existe a intenção na Cotrijuí de expandir o projeto, abrindo outras casas, desde que se tenha certeza que

os produtores do novilho jovem tenham condições de garantir o abastecimento.

A implantação da Casa de Carnes foi feita em cima de estudo de comportamento do consumidor. Ele revelou que, por hábito, o comprador prefere escolher a carne, optando por determinados cortes. E isso não inviabiliza a "caixinha", que embora ofereça o mesmo padrão, busca um outro segmento de mercado.

Luiz Fernando prevê que dentro dos próximos dez anos, quando muito, surgirão supermercados de carne no Brasil, a exemplo do que já está ocorrendo hoje em grandes cidades de países europeus. Esses estabelecimentos — disse — comercializam todo o tipo de carne que se possa imaginar, indo do bovino ao coelho e do faisão ao javali, e tudo em cortes diferenciados, à vontade do comprador.

Disse que o passo seguinte da Cotrijuí será o Telecarne, onde entrará numa área um pouco mais sofisticada de atendimento. O freguês fará a compra por telefone, pedindo determinado corte, recebendo o produto a domicílio. Com isso as donas de casa terão maiores facilidades, na certeza de que receberão um produto especial sem necessidade de se deslocarem até ao açougue.

O serviço já foi estendido também a Dom Pedrito. O açougue localizado no supermercado junto ao armazém de lãs, está comercializando exclusivamente carne de novilho jovem, com excelente aceitação. O preço naturalmente é diferenciado, por se tratar de produto selecionado. A Sunab autorizou o preço especial, por se tratar de produto nobre, que custa mais caro para produzir.



Os diplomatas foram recebidos pela direção da Cotrijuí Pioneira

A visita dos diplomatas

Já há vários anos, durante o mês de fevereiro, a Cotrijuí recebe a visita de um grupo de alunos do Instituto Rio Branco, de Brasília. A comitiva deste ano estava integrada por 17 futuros diplomatas, sendo que destes, 10 eram brasileiros e sete estrangeiros, naturais de Angola, Moçambique, Cabo Verde, República da Guiné Bissau, Honduras e São Tomé e Príncipe. Acompanhavam o grupo de alunos a diretora do Instituto Rio Branco, a embaixadora Thereza Maria Machado Quintella e o assessor e secretário José Marcos Nogueira Vianna.

O Instituto Rio Branco é um órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores, responsável pela formação dos embaixadores brasileiros. "Desde a sua criação, em 1945, a diplomacia no Brasil passou a ser profissionalizada", explicou a embaixadora Thereza Quintella, assinalando que hoje, qualquer candidato que desejar ingressar na carreira diplomática deve, antes de tudo, passar pelo Instituto Rio Branco. O candidato se submete a uma seleção e, se aprovado realiza um curso de dois anos. Ao final deste curso, ele é nomeado terceiro secretário, o ponto de partida para a carreira diplomática no Brasil.

Na visita que realizaram a Cotrijuí, em Ijuí, os futuros diplomatas foram recebidos pelo diretor vice-presidente da cooperativa na Pioneira, Celso Bolívar Sperotto, homenageado com uma medalha do Instituto. Também receberam os visitantes os diretores Ari Zimpel e Léo Goi e o gerente de comercialização Ênio Weber. Depois de assistirem o vídeo da Cotrijuí, os alunos do Instituto Rio Branco conversaram com a direção, levantando questões referentes a estrutura organizacional de empresa, formas de representatividade do quadro social, sistema de armazenagem, produção da região, política agrícola, saúde, comercialização, questões agrárias, entre outros assuntos. Esta visita a Cotrijuí, realizada a cada dois anos, segundo a coordenadora, tem a finalidade de aproximar ainda mais os futuros diplomatas da realidade brasileira, mostrando a produção da região, os problemas dos monocultivos e até questões ligadas a mercado.

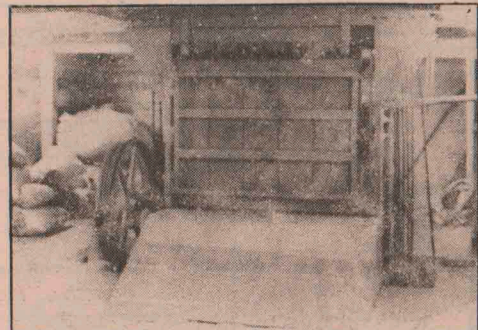
No Centro de Treinamento da Cotrijuí, os visitantes foram recepcionados pelo coordenador da área de Solos da cooperativa, o agrônomo Rivaldo Dhein que falou, de forma resumida, dos trabalhos de pesquisa que vem sendo realizados pelo CTC. Depois de uma rápida visita pelo CTC — com prioridade para o programa de suínos e a Estação de Piscicultura — os diplomatas se dirigiram ao novo município de São Miguel das Missões, onde pretendiam visitar as ruínas e assistir o show "Som e Luz".

LÃ

Acabaram os passeios

Acabou um dos velhos problemas de recebimento de lã no município de Jóia, causado pelos passeios que o produto fazia até a regional de Dom Pedrito para ser classificado. Em novembro passado, foram instalados junto ao armazém da Unidade da Cotrijuí, uma mesa de classificação e uma prensa com capacidade de mil e 500 quilos de enfiamento por dia.

A iniciativa da Cotrijuí em investir na área de lã, é, segundo o gerente da unidade Walter Colombo, uma resposta aos anseios do quadro social, que hoje pode assistir a classificação do seu produto e optar ao mesmo tempo pela liquidação ao preço do dia. Além disso, continua o gerente, o ovinocultor não só de Jóia mas também de outras unidades contam ainda com um suporte na comercialização da lã, for-



Prensa facilita a comercialização da lã

necido pela informação de mercado na própria sede da Pioneira, em Ijuí.

Com um encerramento de safra previsto para o final de março, a Unidade tem ainda um bom lote para receber, oriundo da tosquia do borrego que deve iniciar pelo dia 15 deste mês. Somada ao produto classificado em Jóia e comercializado na Val Uruguai, este lote de lã, traz uma perspectiva de fechamento da safra 88/89 em aproximadamente 40 toneladas do produto.



O encontro técnico realizado na Granja São Francisco reuniu mais de 70 produtores

A pecuária de leite em Santo Augusto

Agrupar os produtores com grande potencial para a produção de leite em uma propriedade com boa tecnologia e produtividade; reafirmar a idéia de que a pecuária leiteira é fundamental para o equilíbrio sócio-econômico na região; sedimentar o fato de que a pecuária leiteira só se faz com alimentação — silagem/feno/pastagem/ração — e acompanhar os trabalhos realizados nas áreas de genética, manejo, profilaxia e sanidade. Estes foram em resumo, segundo Antônio Weiller, veterinário da unidade de Santo Augusto, os objetivos que levaram produtores e técnicos da Cotrijuí na região a se reunirem num segundo dia-de-campo para falar especificamente de pecuária leiteira. O dia-de-campo, reunindo mais de 70 produtores, aconteceu no dia 13 de janeiro, na Granja São Francisco, localizada no interior do município de Santo Augusto e de propriedade do vice-presidente da Cotrijuí na Pioneira, Celso Sperotto.

O vice-presidente da Cotrijuí ressaltou, na oportunidade, a importância da pecuária leiteira na região e comentou as dificuldades encontradas pela cooperativa para sedimentar o processo de diversificação na região. "Esse processo é hoje uma realidade, graças a um grande esforço tanto da Cotrijuí como de seus associados", sintetizou Celso Sperotto. O veterinário João Carlos Schiffer, responsável pelo setor de pecuária leiteira na Cotri-

juí, falou dos progressos que a atividade tem alcançado na região, da elevação da produtividade por animal e por produtor, "devida a um programa de alimentação à base de feno, silagem e pastagem e que tem como suporte os incentivos que a cooperativa vem dando no setor". A veterinária Suzana Cardoso, que atua no Centro de Treinamento da Cotrijuí falou das pesquisas que vem sendo realizadas na área leiteira, citando o CTC como fonte de apoio permanente para o desenvolvimento da atividade na região.

Durante a visita, os produtores tiveram a oportunidade de observar que a produção de leite da propriedade está baseada em um programa de alimentação muito sólido. "Mais de 250 toneladas de silagem, 400 fardos de feno, pasto nativo e cultivado, resíduos de lavoura e ração, atendem as necessidades alimentares do rebanho, explicou o veterinário. Quando cada vaca recebe de 2 a 3 por cento de matéria seca em relação ao peso corporal ou 10 por cento de matéria verde, é possível produzir leite barato", garantiu ainda Weiller, mostrando aos produtores as vantagens de uma alimentação alternativa.

Ainda foram assuntos do dia de campo o uso — de forma correta — da inseminação artificial, o manejo da vaca seca e da teineira, considerados pelos técnicos como suportes importantes para uma atividade racional.



Os bolivianos na visita ao CTC convencional. "Pouquíssimas lavouras de soja são feitas pelo sistema de plantio direto", justificou Oscar, um agricultor proprietário de 200 hectares onde cultiva apenas a soja. Já o agricultor Horoshi é proprietário de 300 hectares onde planta, além da soja, também o arroz. Todos os agricultores visitantes integram o quadro sócio da Cooperativa Agropecuária Integral Colônia Okinawa, localizada na Colônia de Okinawa. A C.A.I.C.O como é mais conhecida na região, tem 150 associados e recebe soja, arroz, milho, sorgo e um pouco de trigo.

Bolivianos no CTC
Lavouras de soja em sistema de plantio direto. Esta foi a razão que trouxe até Ijuí um grupo de 12 filhos de agricultores bolivianos da região de Santa Cruz de La Sierra. Eles visitaram a Cotrijuí em Ijuí e o Centro de Treinamento em Augusto Pestana. A viagem que também incluiu visitas a Fundacep — Fecotriço de Cruz Alta, a Cotia em São Paulo e a Ceasa em Porto Alegre, foi organizada pela Japão Internacional Cooperação de Agricultura e coordenada por Hisao Yasui.

O interesse pelo sistema de plantio direto, segundo Oscar Gushiken e Horishi Chibana, dois dos agricultores visitantes, está fundamentada no fato de que na Bolívia, principalmente na região de Santa Cruz, por ser uma região plana, só se utiliza o plan-

Hidroponia: onde estão as vantagens tão faladas?

Texto traduzido por João Miguel de Souza

Periodicamente, procura-se exaltar os espetaculares méritos da hidroponia na produção de forragem para o gado leiteiro. A pesquisa aplicada e básica e os custos relativos, sempre demonstraram ser a hidroponia uma técnica dispendiosa para a produção de alimentos (Schmidt & Van Vleck 1974, Thomas & Reddy, 1962). A hidroponia na produção de pastos ou germinação de grãos é conhecida por vários nomes, implicando em vários procedimentos e equipamentos. Contudo, em essência, os procedimentos e os custos são similares para os vários modelos.

Fundamentalmente, grãos, frequentemente as aveias, germinam e crescem por alguns dias, em compartimento especial, com controles de temperatura, umidade e luz. Nutrientes minerais ou fertilizantes podem ou não serem adicionados. Sob estas condições de crescimento, os grãos absorvem grande quantidade de água e aumentam grandemente seu peso. Contudo, a quantidade de matéria seca e energia, decrescem, pois a energia produzida pela fotossíntese é menor do que a gasta pelo rápido metabolismo das plantas jovens.

Estudos realizados em Michigan, Estado Unidos, indicam que grãos de aveia hidroponizados continham apenas 77 por cento de NDT — Nutrientes Digestíveis Totais, contidos no grão antes do processo (Thomas & Reddy 1962). O conteúdo da matéria seca e o amido contido no grão são convertidos em fibra e outros produtos na planta jovem. Porém, se a planta jovem desenvolve uma coloração verde, a quantidade de caroteno precursor da vitamina A pode aumentar grandemente. Do mesmo modo, o líquido usado como meio de cultura contém os elementos nutritivos necessários e uma fonte de nitrogênio disponível, as percentagens de mineral e vitaminas na planta jovem geralmente aumentam.

Quando a germinação e/ou o período de crescimento é completado, o total de energia digestível produzida é menor que a quantidade contida no grão antes do processo hidropônico. Da mesma forma, devido ao substancial investimento em equipamentos, bem como ao emprego de mão-de-obra e outros custos, os nutrientes produzidos tornam-se muito caros. Os minerais, a proteína e a vitamina A produzidos pela hidroponia necessária ao rebanho leiteiro, podem ser produzidos por outros meios mais baratos que a hidroponia. Observa-se também que, aparentemente, a forragem produzida pela hidroponia não apresenta propriedade estimulante à produção de leite.

Fonte: Miller W.J. 1979. Sprouted Grains (Hidrofonic "Grass") In: Dairy Cattle Feeding And Nutrition. Academic Press, inc. Orlando, Florida. P. 263-64.

João Miguel de Souza é agrônomo e gerente da Área de Produção Vegetal da Cotrijuí na Pioneira.

A ovelha no processo de diversificação da região

Ovinocultura, produção de carne e forrageiras. Estes foram os assuntos de um dia-de-campo realizado na Fazenda Tapera, de propriedade do veterinário Carlos Sperotto e localizada no interior do município de Santo Augusto. O encontro entre técnicos, pesquisadores e produtores aconteceu no dia 12 de janeiro e serviu, segundo o Antônio Weiller, veterinário ligado ao departamento técnico da unidade de Santo Augusto, para reafirmar a presença da ovinocultura/forrageira dentro do processo de diversificação. "Nessa ocasião, complementa ainda, o pessoal que participou do encontro técnico, teve a oportunidade de aprofundar seu conhecimento em relação ao potencial das raças de carne encontradas na região, pode avaliar técnicas de manejo e controle profilático no rebanho ovino e promover a presença da pesquisa, extensão e de produtores".

A presença da direção da Cotrijuí, Regional Pioneira no dia-de-campo representou, na prática, a segurança de que a diversificação vem ocupando um espaço dentro do processo produtivo. Ficou claro que o setor primário — agropecuária —, só tem viabilidade via produtividade e industrialização de sua produção, observou Weiller.

O veterinário e proprietário da Fazenda Tapera, Carlos Sperotto, con-

tou um pouco da história da ovinocultura na região, falou das dificuldades encontradas e do atual sucesso na atividade. Lembrou que os índices de fertilidade e produtividade alcançados na propriedade se equivalem aos melhores do mundo, com resultados mostrando o potencial da ovelha de carne, principalmente em função da imensa capacidade de produção de pastagens que a região possui.

Durante a visita a campo, tanto os pesquisadores como os técnicos e produtores puderam observar ovinos e bovinos em pastoreio e os resultados desse trabalho. Numa área de 40 hectares, por exemplo, com lotação de 100 bovinos e 100 ovinos, mantidos durante 50 dias, conseguiu-se, para os ovinos, um ganho de peso de 300 gramas por dia. Para os bovinos, o ganho de peso diário chegou a 1 quilo.

Outro resultado observado esteve relacionado com a produção de leite. Após pastoreio dos animais. Neste trabalho, 400 ovinos em fase de parição e lactação permaneceram 70 dias sobre uma área de 18 hectares de trevo Yuchi. Após o deferimento — retirada dos animais do pasto —, esta área se destinou a produção de sementes. Resultados: foram colhidos 280 quilos de semente por hectare e ainda 1.400 fardos de feno.

As dúvidas deste inverno

Preocupados, produtores ainda não sabem o que plantar. O certo é que vai haver redução na área de trigo

Carlos Pittol

Todos os anos quando se chega neste período há uma preocupação generalizada entre os produtores sobre o que plantar após as culturas de verão. Em outros anos as causas principais eram as indefinições do Governo Federal, com relação a crédito agrícola e preço de trigo, principal atividade econômica no período de inverno, enquanto que este ano são as definições já tomadas pelo governo, que deixam o produtor preocupado sobre o que fazer se o governo não mudar as regras estabelecidas.

Na verdade podemos admitir uma redução na área de cultivo de trigo, mas não a idéia de abandono da cultura, que além de ser a principal atividade econômica que movimenta todos os setores da agricultura no Estado, é de grande importância social. Hoje está mais que provado que a ocupação dos solos no período de outono-inverno é um fator essencial para manter a produtividade das culturas de verão, além de diluirmos os custos fixos que ficariam somente com uma cultura anual.

Com esta situação, apesar de terem um potencial de expansão limitado, ganham força as culturas de aveia, ervilha e lentilha. Também há o cultivo da "safrinha" de milho, sorgo e feijão, este último sendo cultivado na sua melhor época do ano.

A CULTURA DE TRIGO

Depois de muito esforço da pesquisa e muito dinheiro público gasto na busca de soluções técnicas para a cultura de trigo, que aliado a outras medidas de apoio à triticultura contribuíram para tornar o país auto-suficiente em produção do cereal, o governo atendendo a interesses de indústrias, toma medidas de desincentivo ao plantio de trigo, contrariando os interesses da sociedade brasileira.

Nesta situação cabe ao produtor pensar bem e buscar uma boa orientação técnica para saber se lhe convém plantar trigo ou quanto plantar de trigo. Consideramos que para viabilizar a cultura, o produtor deve usar toda a tecnologia disponível para obter a melhor produtividade e racionalizar o uso de insumos. O solo é um dos fatores básicos para garantir uma boa produção. Por isso deve-se escolher as áreas com boa fertilidade, fazer uma correta amostragem do solo para que se possa fazer a recomendação adequada de fertilizantes. Lembramos que em áreas com mais de 120 ppm de potássio, o mesmo pode ser dispensado da adubação, assim como em áreas cultivadas com soja, em que esta apresentou boa fixação de nitrogênio, o uso do mesmo também é dispensado, porque a quantidade incorporada ao solo é suficiente para atender às necessidades da cultura. O uso do plantio direto do trigo contribui para a redução dos custos que se teria com o preparo do solo, ao mesmo tempo que garante melhor produtividade.

O plantio no melhor período dentro da época recomendada possibilita a cultura atingir melhor produtividade, assim como redução de custos, em função de que os problemas fitossanitários geralmente são menores. A época recomendada pela pesquisa dentro de cada região tritícola é a seguinte:



Trigo: possível redução na área de plantio

Região A: Grande Dourados — de 20.03 a 30.04 — com possibilidade de prorrogação de mais 10 dias. Época preferencial: 10.04 a 30.04.

Região B: Fronteira — 01.04 a 15.05.

Região C: Abaixo da Serra de Maracaju: de 20.03 a 30.04.

Região D: São Gabriel D'Oeste, Corguinho, Rochedo, Bandeirante e Jaguaru — de 20.03 a 15.04.

Quanto às cultivares recomendadas, é importante adequar a cultivar ao tipo de solo e aliar o potencial produtivo a uma boa tolerância às doenças, evitando-se gastos excessivos com fungicidas. Com relação a brusone, evitar o uso só de variedades suscetíveis, pois a mesma ainda não tem um meio eficiente de controle. Consideramos que uma boa orientação técnica é fundamental para redução de custos de produção, e com isto o trigo seja um negócio razoável para muitos produtores.

A CULTURA DA AVEIA

Sem dúvidas, é a cultura que pelos seus baixos custos, formas de aproveitamento e muitos benefícios, deverá merecer a maior atenção dos agricultores após o trigo. A aveia pode ser usada como forrageira para pastejo direto, produção de feno, silagem e produção de grãos. Como cultura de adubação verde, propicia uma boa proteção e melhoramento do solo e cobertura para o plantio direto. A semeadura da aveia vai muito bem em plantio direto. Quando o objetivo é uso para pastejo, o escalonamento da semeadura pode ser feito de 15 de março a 30 de maio, visando dispor de pasto num maior período. Para produção de grãos, a melhor época é o mês de abril. Das cultivares recomendadas a mais usada e mais indicada para melhoramento do solo e forragem é a aveia preta. Para produção de grãos especificamente, as cultivares recomendadas são: UPF-3, UPF-4, UPF-5, UFRGS-7, UFRGS-8 e CTC 78 B 207.

Como forrageira, o grande potencial da aveia está no seu uso em pastejo direto, visto que exige gastos mínimos e o seu manejo pode ser feito usando-se cerca elétrica. Com 40 a 50 dias a aveia já está em condições de pastejo, mas quando se quer o melhoramento do solo também é importante

iniciar o pastejo só após o florescimento, quando então o seu sistema radicular estará bem desenvolvido e contribuirá para a descompactação do solo.

Com relação ao melhoramento do solo, a aveia atua de várias formas. Primeiro protege o solo contra a insolação e os ventos. Em segundo lugar, o seu sistema radicular e a massa incorporada ao solo contribuem para descompactar o solo e evitar uma nova compactação do solo na época de preparo do solo, aumentando com isto a infiltração da água e reduzindo a possibilidade de enxurradas. Neste sentido, a aveia funciona melhor que a subsolagem mecânica, pois além de descompactar o solo, reduz a possibilidade de nova compactação.

Devido ao controle das invasoras durante o seu ciclo e o efeito de alelopatia (inibição da germinação de invasoras) contribui na redução do número de aradagens para preparo do solo, além de não haver a formação de torrões. A aveia é atualmente a cultura mais usada como adubação verde, funcionando como rotação de culturas, contribui para ativar a biologia do solo, reduzindo as doenças radiculares de outras culturas e também atua na redução dos nematóides que atacam principalmente a soja. Na formação da cobertura morta para o plantio direto, a aveia é importante porque além da boa cobertura, todas as culturas de verão se comportam bem em sucessão.

CULTURA DA ERVILHA

A ervilha é uma cultura de alto valor econômico, mas que tem sua área de expansão atingindo o limite para atender o mercado interno. Com o desincentivo do trigo, certamente será uma das culturas escolhidas para cultivo sob irrigação, reduzindo as perspectivas de um bom negócio para cultivo em condições de sequeiro. Mesmo assim ela é uma cultura que pode oferecer ganhos e que deve ser implantada em solos de boa fertilidade.

CULTURA DA LENTILHA

A lentilha é uma cultura que apresenta viabilidade econômica na região e com a vantagem de ainda não ter problemas de comercialização, pois a



A aveia deverá merecer maior atenção produção nacional está muito aquém do consumo.

A Cotrijuí vem desenvolvendo pesquisas com a cultura há quatro anos e neste período a cultivar Precoz foi a que tem se comportado melhor, apresentando potencial de 1.000 a 1.200 kg/ha. A melhor época de semeadura é a segunda quinzena de abril, devendo ser cultivada em solo de alta fertilidade. A Cotrijuí neste ano já dispõe de sementes desta cultura.

AS CULTURAS DA SAFRINHA

Para a safra de final de verão e outono, denominada "safrinha", três culturas de verão apresentam viabilidade técnica e o valor econômico varia de ano para ano. O milho é uma boa opção em solos de boa e alta fertilidade, devendo-se realizar o seu plantio até 10 a 15 de março. Plantios mais tardios ficam sujeitos a estiagem e geadas no final do ciclo. Neste tipo de cultivo deve-se tomar muito cuidado com as pragas e principalmente com os ataques de cigarrinhas.

O sorgo é uma cultura tecnicamente mais viável que o milho, por ser mais rústica e resistente a seca, mas no aspecto econômico leva desvantagem em relação ao milho, devido ao menor preço e menor procura. Uma boa opção é o seu aproveitamento como silagem, reduzindo a desvantagem econômica em relação ao milho. O sorgo deve ter preferência em relação ao milho nos solos de média e baixa fertilidade, e a época de semeadura pode se estender até início de abril.

A cultura do feijão, em função das frustrações das últimas safras apresenta uma perspectiva de preços bons. Nesta época é quando se cultiva em nosso Estado a principal safra de feijão. A melhor época de plantio é o mês de março, mas isto varia em função das microregiões, podendo estender-se ao mês de abril. As cultivares recomendadas são o Carioca, Carioca 80, Jalo, Engopa 201-Ouro, Rio Tibagi e FT 120.

Carlos Pittol é agrônomo na Unidade de Maracaju, no MS

Nova política para a atividade

Há poucos meses atrás, a Cotrijuí andou discutindo a sua disposição de promover algumas alterações no que se refere a produção e comercialização de hortigranjeiros. Entre as medidas propostas pela Cotrijuí, o João Agostinho Boaro, agrônomo e coordenador da área de Olericultura da Cooperativa na região, cita a necessidade de formação de um mercado atacadista, a produção de sementes de hortaliças, o desenvolvimento agroindustrial e o incremento na produção e armazenamento de cebola, entre outros produtos.

A justificativa da cooperativa em tentar promover um maior desenvolvimento no setor, segundo o agrônomo, está diretamente relacionada com a própria estrutura de produção que já existe na área de atuação da Cotrijuí, "além das boas perspectivas encontradas a nível de mercado regional".

Algumas medidas já estão em andamento no sentido de se buscar um novo caminho para a atividade na região. Entre estas, podem ser citados os contatos realizados com outras cooperativas da região que manifestaram interesse em adquirir hortigranjeiros produzidos pelos associados da Cotrijuí. "A produção de sementes de cebola, cenoura, salsa e de alguns cucurbitáceos que vem sendo implantados na Regional de Dom Pedrito é um exemplo do passo que a Cotrijuí está dando", assegura. Ele ainda garante que esta produção de sementes, somada ao volume a ser importado, atenderá as necessidades dos produtores da região já a partir do mês de agosto.

A produção de cebola também vem sendo melhorada e ampliada atra-

vés da introdução de novas variedades como a Aurora e a Petrolina. A primeira é uma variedade de produção mais precoce, enquanto que a Petrolina apresenta melhor resistência ao armazenamento. "Estas duas variedades vão nos levar, reafirma Boaro, a uma situação mais flexível inclusive a nível de mercado. Vamos poder trabalhar dentro de um período maior para a comercialização de nossos produtos, podendo chegar até a entressafra, quando o preço normalmente está mais elevado.

PRODUÇÃO DE QUALIDADE

Na verdade, a produção e a comercialização de hortigranjeiros são dois pontos muito complexos e, no caso da Cotrijuí, envolve um grande número de

Novas variedades de cebola estão sendo colocadas a campo

produtos que vão desde os mais perecíveis como as folhosas até o alho, a batata, entre outras. Mas apesar da complexidade relacionada com o grande número de produtos, a preocupação deve ser uma só: produzir qualidade. "Costuma-se dizer entre os produtores de hortigranjeiros, lembra o agrônomo, que o sucesso da atividade depende da oferta constante, da estrutura de comercialização existente e da qualidade do produto. Já temos estrutura e oferta. Agora devemos produzir qualidade".

A questão da qualidade do produto tem sido motivo de preocupações dentro da própria Cotrijuí. "O mercado para os produtos hortigranjeiros é exigente, nos levando, neste caso, a ade-

quações constantes para podermos fazer frente a competitividade, já que precisamos aproveitar o máximo a estrutura que temos em mãos", ressalta, enfatizando ao mesmo tempo a necessidade que o produtor tem de obter um retorno econômico satisfatório, principalmente aqueles que se especializam na atividade. Para o Boaro, produzir qualidade não significa necessariamente utilizar grandes quantidades de fertilizantes ou de adubos químicos. "Podemos muito bem produzir qualidade aumentando a quantidade de matéria orgânica na lavoura, fazendo rotação de culturas, utilizando variedades adequadas para a época, irrigação, bom preparo, manejo do solo e manejo adequado após a colheita.

A mastite que não aparece

Ivone Suffert

Um problema que se agrava nestes meses de verão e outono e que atinge a maioria dos produtores de leite é a **mastite**, também conhecida como **mamite**. A mamite conhecida como **subclínica** ou **escondida**, atinge aproximadamente 90 por cento dos rebanhos e, muitas vezes, não é detectada, pois não se observam alterações visíveis no leite e no úbere do animal. Mas este tipo de **mamite** é causadora de grandes prejuízos econômicos para o produtor, podendo, inclusive, reduzir a produção de leite em 10 a 30 por cento, sem se levar em conta uma diminuição na vida reprodutiva do rebanho. A **mastite clínica**, aquela em que ocorrem manifestações no leite, é mais fácil de ser detectada, embora o seu tratamento seja mais trabalhoso, já que, neste caso, a glândula mamária já está bem mais comprometida.

A intenção deste artigo é o de chamar a atenção do produtor para a **mastite subclínica**, quando ainda não há alteração no leite ou no úbere do animal. Pretende-se, também, citar alguns cuidados básicos de ordenha na intenção de prevenir este tipo de **mastite**, evitando danos maiores nos animais.

O produtor é o principal elemento na obtenção de um leite de boa qualidade higiênica e na manutenção de vacas sãs. Normalmente ele provoca, sem saber, condições para que a **mamite** se instale no animal. Se o produtor tiver consciência disto, poderá tomar diversas medidas simples para evitá-la.

Os primeiros cuidados para evitar a **mastite** dizem respeito à alimentação correta dos animais, com pastagens e mineralização adequadas. Também deve-se ter uma sanidade básica, com vacinações e everminações, que serão discutidas oportunamente em outros artigos.

A maneira de ordenar os animais é muito importante na prevenção da **mamite**, assim como o local de ordenha, que deve ser tanto quanto possível arejado, dotado de piso lavável, inclinado e, recebendo luz direta do sol, um bactericida muito eficiente e barato. Aliás, estes requi-

sitos devem ser levados em conta pelo produtor no momento em que planejar a construção de seu tambo ou estrebaria. As terneiras devem ficar separadas para evitar que umas mamem nas outras, provocando, como consequência, lesões nas glândulas mamárias ou até deformações nas mesmas.

O momento da ordenha deve ser calmo, pois o stress do animal influi na descida do leite e, neste caso, o leite residual que fica depositado no úbere pode ser o início de uma **mamite subclínica**. A pessoa encarregada de fazer a ordenha deve trabalhar com as mãos limpas, principalmente com as unhas curtas, pois elas são importante fonte de contaminação tanto para o úbere como para o leite que está sendo retirado. No momento da lavagem do úbere, pode-se apanhá-lo e verificar se ele está macio e flácido como deve ser. Caso apareçam nódulos ou esteja endurecido, deve-se comunicar o veterinário. A higiene com lavagem e desinfecção antes da ordenha deve ser feita com 20 ml de um desinfetante à base de iodo para cada 5 litros de água. O úbere deve ser secado com toalha de papel — também serve papel higiênico. Nunca deve ser usada toalha de tecido, pois ele acumula os germes que passam de um animal para outro, podendo transmitir a **mamite**.

As vacas de primeira cria devem ser ordenhadas primeira. Em seguida as vacas sãs e por último aquelas que apresentarem algum problema.

Pode-se observar alterações nas características e na consistência do leite proveniente de um úbere com **mastite** quando se tira os primeiros jatos de leite numa caneca com o fundo escuro. No caso de se notar grumos ou estrias nestes primeiros jatos, o leite deve ser separado.

Aconselha-se o produtor a fazer ainda outros testes para tratar o animal e assim evitar prejuízos maiores. Se for usada uma ordenhadeira, esta deve ser bem instalada, não apresentar vazamentos nem bolhas de ar. A borracha das teteiras deve ser trocada periodicamente. As teteiras também devem ser desinfe-

tadas entre uma ordenha e outra. Desta forma, o produtor estará evitando a transmissão de germes entre os animais.

Terminada a ordenha com o úbere totalmente esgotado, é preciso fazer nova desinfecção da teta usando iodo. Esta solução para a desinfecção após ordenha deve ser mais concentrada que a usada antes da ordenha. Esta prática é de extrema importância na prevenção da **mastite**, pois o iodo faz com que o músculo do orifício do teto se feche e fique limpo. Desta forma o produtor estará evitando que entrem germes no canal do teto logo após a ordenha.

Além da imersão dos tetos, recomenda-se que o produtor estimule os animais a permenecerem de pé após a ordenha, evitando que, ao deitar, as tetas com o canal ainda aberto, entrem em contato com solo contaminado. O produtor pode evitar que o animal deite, oferecendo alimentos. A sala de ordenha deve ser bem lavada e desinfetada, com o sol incidindo diretamente sobre o piso.

Outra medida muito eficaz para prevenir a **mamite** é o tratamento da vaca seca. Quando a vaca pára de produzir, fica uma sobra de leite no úbere. Esta sobra de leite, caso o animal não tenha ainda problemas de **mamite**, pode propiciar que germes patogênicos se multipliquem e instalem uma **mamite**. O tratamento feito numa vaca seca é também mais eficaz, pois o medicamento permanece agindo no úbere por vários dias. Também é uma maneira de manter o animal livre de infecções para uma nova lactação, podendo produzir, inclusive, mais leite.

Após todas estas considerações e levando-se em conta a importância deste problema, o produtor que tiver dúvidas deve procurar o veterinário de sua Unidade. No caso do leite ou até mesmo do úbere apresentar alterações, a orientação do veterinário é ainda mais importante, sob pena de comprometer toda a produção de leite da propriedade.

Ivone Suffert é médica veterinária da Cotrijuí, Unidade de Ijuí.

Produtores querem comissão

Todas as preocupações e dúvidas relacionadas com produtos hortigranjeiros perecíveis serão discutidas num encontro entre produtores que acontece no dia 7 de março. "Este encontro, observa João Boaro, tem o objetivo de levar o produtor a ter maior conhecimento da conjuntura que envolve o setor".

O encontro inicia às 9:00 horas, na Afucotri de Ijuí e conta também com a participação do diretor presidente da Ceasa, o engenheiro agrônomo Adoralvo Schio que vai falar sobre o funcionamento do mercado de hortigranjeiros, perspectivas e exigências do mercado, entre outros assuntos do interesse dos produtores.

A parte da tarde vai ficar reservada para assuntos da casa, mas relacionados com a produção de hortigranjeiros e, inclusive, a formação de uma comissão de produtores de hortigranjeiros. Esta comissão, que deverá funcionar nos mesmos moldes das do leite e dos produtores de sementes, será uma espécie de canal entre os produtores e a cooperativa, tanto na elaboração das propostas referentes a atividade, como no levantamento dos problemas que envolvem o setor dentro da própria cooperativa", esclarece Boaro.

A visita que veio da África

Filomena Langa, a moçambicana fala das suas surpresas, e conta um pouco da situação difícil do seu País

"Uma das maiores surpresas foi constatar que no Brasil existem brancos tão pobres como os negros". A afirmação é da Filomena Langa, jornalista moçambicana que esteve estagiando no **Cotrijornal** de 19 de dezembro a 7 de janeiro. Além do baixíssimo poder aquisitivo dos brasileiros de todas as cores, chamou atenção ainda de Filomena o grande número de feriados, a liberação das mulheres e o nível de raciocínio das crianças, que se alimentam todos os dias.

Residente em Maputo, capital do país sul-africano de Moçambique, Filomena atua no jornal "O Campo", numa publicação estatal dirigida aos camponeses, no qual trabalham vários brasileiros, que a exemplo de tantos outros estão no país desde 1975, ano em que Moçambique, ex-colônia portuguesa, se libertou da dominação política e econômica de Portugal.

INTERCÂMBIO

O estágio no **Cotrijornal** foi o último realizado por Filomena, que iniciou os seus contatos pelo extinto Diário do Sul, passando depois pelo O Interior em Porto Alegre. A sua estada no Brasil, no entanto, começou em agosto do ano passado, numa viagem patrocinada pelo próprio governo moçambicano, interessado em ampliar o intercâmbio cultural e, ao mesmo tempo, buscar "know-how" para área de comunicação, que como muitas outras ainda não possui estrutura de formação superior.

A editora de "O Campo", acostumada a um padrão único do jornalismo estatal, observou particularmente os vários estilos daqui, e surpreendeu-se muito com a ausência da cobertura a campo em jornais destinados ao público rural. As impressões de Filomena, contudo, já transmitem um pouco da realidade de lá, tanto no setor de infor-

mação como em outros, muito limitados pelas tensões da guerra interna.

Um exemplo das dificuldades de incrementação da área de informação pode ser visto pelo reduzido número de veículos que o país apresenta até hoje. Com aproximadamente 13 milhões e meio de habitantes, Moçambique possui atualmente, um pequeno número de jornais e revistas, apenas um canal de televisão experimental e cerca de 300 emissoras de rádio distribuídos em um território de 799 mil e 380 metros quadrados.

DIFERENÇAS SOCIAIS

Mas não foi somente as diferenças na estrutura de comunicação que surpreendeu a moçambicana. Os aspectos culturais também foram registrados pela jornalista, principalmente em relação a participação das mulheres. Filomena achou as brasileiras em boa situação, já que a mulher moçambicana, apesar dos grandes avanços que conseguiu durante e depois da guerra da independência ainda se encontra atrelada a alguns velhos costumes, que embora possam ser considerados insignificantes diante das grandes questões nacionais, como o enfrentamento das tropas de reação da Resistência Nacional Moçambicana, a Renamo, trazem um resquício da condição escrava a que as mulheres estavam submetidas.

"Houve épocas em que uma mulher, caso usasse calça comprida, podia ter suas roupas rasgadas em público", conta a jornalista, lembrando do tempo em que as mulheres não podiam comer carne e ainda eram obrigadas a carregar as bagagens. A discriminação era tanta que numa fábrica de preparação de castanhas (o principal produto de exportação), por exemplo, havia um grande número de mulheres, mas que só faziam o trabalho manual de quebrar a casca.

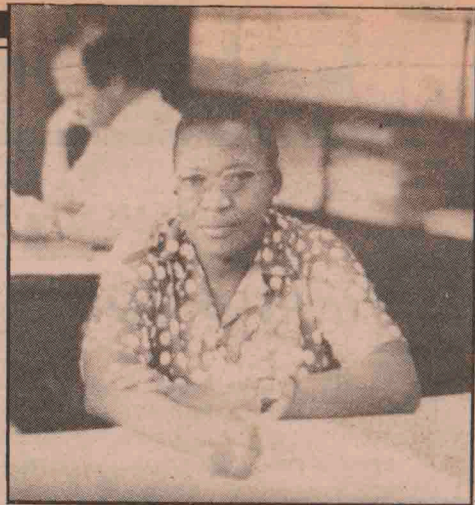
A amenização de todos estes hábitos conservadores e a conquista da igualdade social se deu, como explica Filomena, com o surgimento da Organização da Mulher Moçambicana, a OMM, a primeira entidade criada durante a luta armada que trouxe a independência do país, com a vitória da Frente de Libertação de Moçambique, a Frelimo. Até hoje a OMM se encarrega da discussão de problemas sociais mais ligados a mulheres e mesmo a família, que desde a Colônia reduz a moçambicana a uma situação de opressão e exploração através da prática de poligamia.

ECONOMIA

Com um reduzido número de indústrias que foram ainda mais enfraquecidas após a independência, Moçambique possui até hoje uma economia essencialmente agrícola, tendo como principais produtos de exportação a castanha de caju, a copra (polpa seca do coco), a torange (espécie de laranja) e o algodão. No mercado interno, o grande destaque é o arroz, cultivado em larga escala na região do Chocoe, considerado o Celeiro da Produção moçambicana.

Além de levar essa denominação, o Chocoe é conhecido também como a primeira unidade de produção organizada pelo governo, após a independência, com o objetivo de coletivizar a produção. Como a saúde e o ensino, acentua Filomena, tudo é estatal em Moçambique, excetuando poucos agricultores que ainda mantêm propriedades privadas. "A maioria dos camponeses trabalha nas unidades de produção, que estão associadas em pequenas cooperativas de comercialização".

Por causa justamente dessa estrutura de produção, Filomena também surpreendeu-se com o tamanho e a potencialidade das cooperativas brasilei-



Filomena Langa; editora de um jornal criado por brasileiros

ras, as quais comparou, como no caso da Cotrijuí, a uma multinacional.

ADVERSIDADES POLÍTICAS E NATURAIS

Com sérios problemas de analfabetismo e carência alimentar provocada em grande parte pela ação das tropas da Renamo, Moçambique, que possui como moeda oficial o metical, desvalorizado até agora somente em 86, enfrenta ainda muitas catástrofes naturais como seca e invasões de gafanhotos, ciclones e inundações. Somados às sabotagens sistemáticas da Renamo, estas catástrofes tem contribuído para uma queda na produção nacional e também para um aumento de êxodo rural.

Apesar disso tudo, afirma Filomena, o moçambicano vivendo a estrutura política bem diferente da colonial, baseada na administração conjunta de governo e assembleias populares, espera melhorar as coisas em todos os setores, inclusive para outros países vizinhos que ainda nem se libertaram do jugo colonialista, como é o caso da África do Sul, ora inimigo declarado, ora não, de Moçambique, devido a acordos de cúpula, sustentando às vezes pela ligação econômica das minas sul-africanas que utilizam a mão-de-obra moçambicana.

Desafios de ser livre

"Khanimambo Frelimo". Mais do que uma expressão popular, o cumprimento utilizado pelos moçambicanos desde a sua independência de Portugal, traduz um pouco da história desse país colonizado durante quase cinco séculos pelos portugueses. Originado de um dos vários dialetos africanos que ainda permanecem na cultura, apesar da língua oficial ser o português, a palavra "khanimambo" significa simplesmente obrigado, que juntada a sigla do hoje partido da Frelimo, representa uma fase da história de Moçambique.

"A história recente do país se confunde com a própria história da Frelimo", afirma Filomena Langa lembrando que o primeiro passo para a independência surgiu com a organização da Frelimo, em 1962, através da unificação de três movimentos populares. A partir daí tentou-se negociar algumas reformas com o governo colonial, sem obtenção de nenhuma resposta, o que levou ao desencadeamento da luta armada por mais de dez anos, até a época do tratado de cessar-fogo entre moçambicanos e portugueses, em 1974.

TAREFAS DIFÍCEIS

Após este primeiro tratado formou-se um governo de transição que deveria "arrumar a casa" para o próximo governo, responsável pela emancipação do país oficialmente

independente em 25 de junho de 1975. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a de criar grupos de dinamização popular, que em outras palavras deveriam mobilizar a população para a difícil tarefa de reconstruir o País ou mesmo de avisar alguns de que muitos portugueses estavam indo embora, devendo os negros assumir o trabalho que antes lhes era negado. A orientação desse trabalho era também da Frelimo, que dois anos depois se torna o partido, sendo o seu chefe, Samora Machel, o primeiro presidente da República Popular de Moçambique, morto em polêmico acidente, em outubro de 86.

A virada política nesta pequena parte do sul africano foi apenas um começo de um outro conflito, desta vez interno, provocado pelas forças contrárias a orientação do governo popular, a Renamo, alimentada pela África do Sul e até pelos Estados Unidos. Até os primeiros anos da independência, no entanto, Moçambique não chegava a sentir tanto os ataques da Renamo, porque estava envolvido em outros conflitos de países vizinhos como o Zimbábue (antiga Rodésia).

OS ESTRAGOS DA RENAMO

"Sentia-se bem mais a guerra do Ian Smith, do que a própria Renamo", pois a ex-colônia britânica atacava freqüentemente Moçambique em reação ao apoio político que

este prestava às forças de libertação do vizinho. Tão logo o Zimbábue se libertou, Moçambique passou a defender-se do ataque da Renamo, num confronto mais direto e que tem causado muitos prejuízos materiais e políticos.

"Embora não conte com o apoio voluntário da população, a Renamo, diz Filomena, tem feito muitos estragos através de bloqueios ou roubo de produtos, que depois são repassados a população". Além disso, continua a jornalista, não são poucas as escolas destruídas pela força de reação, as quais custam uma soma bem significativa aos cofres do governo. A pior das ações da Renamo, no entanto, pode ser analisada pelo trabalho de coação que ela realiza com as crianças, principalmente filhos de camponeses, que depois de aprisionados, são forçosamente treinados como guerrilheiros da entidade.

Com uma economia basicamente agrícola, poucos recursos financeiros e técnicos, Moçambique vai tentando, mesmo com adversidades, reestruturar uma produção frágil e uma sociedade que até 86 apresentava um índice de alfabetização de 62 por cento. Para amaciar estes distúrbios, o país vem contando desde a independência com o apoio de vários países como a União Soviética, que através de recursos humanos

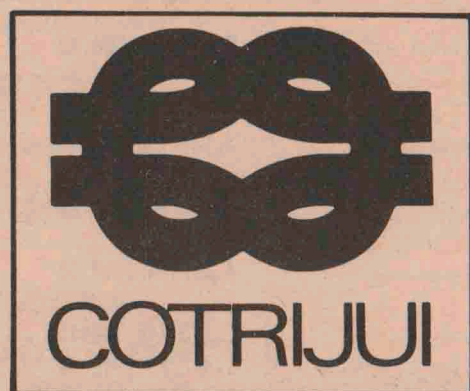


mantiveram, pelo menos num primeiro momento, o funcionamento de empresas que estavam à deriva.

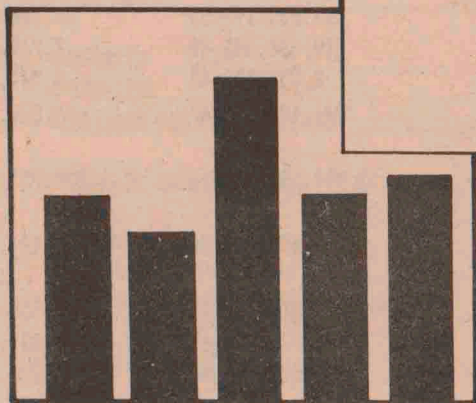
Anos mais tarde estes técnicos passaram a dar formação em serviço. A guerra, no entanto, tem sido uma concorrente muito forte inclusive para o cumprimento das linhas políticas que a Frelimo, sob orientação marxista e de cunho socialista, se propõe. "O socialismo funciona aos empurrões", finaliza Filomena, lamentando a ação da Renamo e o "muito de dinheiro que vai embora".

A situação de Moçambique remete a um conflito já conhecido em outros países, onde a libertação de uma oligarquia colonial ou não, se sucede à necessidade de uma briga ainda maior. Para explicar todas estas dificuldades, a jornalista aproveita um velho provérbio para dizer que "não há regra sem exceção", já que não ocorre "bem sem mal".

Caderno de Balanço



DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EXERCÍCIO
ENCERRADO EM
31.12.88



**COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO

CONTAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	31 / 12 / 88	31 / 12 / 87
	CZ\$	CZ\$
CIRCULANTE	38,273,044,009.45	2,175,509,037.42
DISPONIBILIDADES	1,527,017,674.28	179,023,566.13
BENS NUMERARIOS	116,715,228.61	2,471,751.06
DEPOSITOS BANCARIOS A VISTA	306,365,288.07	35,454,034.35
TITULOS VINCULADOS AO MERCADO ABERTO	1,103,937,157.60	141,097,780.72
CLIENTES	5,436,742,298.47	193,415,799.28
DUPLICATAS	6,124,813,995.69	246,655,951.74
(-) TITULOS DESCONTADOS	628,233,968.35	50,899,154.46
(-) PROVISAO PARA CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA	59,837,728.87	2,340,998.00
ASSOCIADOS	7,452,151,526.42	338,407,924.02
CONTA MOVIMENTO	3,587,595,495.01	254,396,899.89
CONTA FINANCIAMENTO REPASSE	3,139,936,479.56	49,395,577.59
CONTA NOTAS PROMISSORIAS	672,093,446.15	8,700,717.85
NOTAS PROMISSORIAS - INSUMOS E SACARIA	52,526,105.70	25,914,728.69
OUTROS CREDITOS	4,201,447,109.82	145,999,092.81
BANCO CONTA VINCULADA	115,748,945.15	0.00
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	1,417,784,312.44	17,343,993.15
NOTAS PROMISSORIAS	3,565,004.86	2,439,515.36
ANTECIPACAO A FORNECEDORES	1,771,907,722.93	51,118,117.74
CHEQUES EM COBRANCA	118,283,896.61	2,868,248.20
ADIANTAMENTO DE VIAGEM	4,059,289.79	415,789.79
CREDITOS DE FUNCIONARIOS	213,436,378.54	11,855,524.81
CREDITOS COM COOPERATIVAS E CENTRAIS	113,235,197.55	34,600,516.87
CREDITOS DE ARMAZENAGEM	219,366,446.80	7,769,501.39
CREDITOS FISCAIS	2,957,083.48	2,761,816.67
OUTROS	221,102,831.67	14,826,068.83
ESTOQUES	19,400,507,550.16	1,294,757,978.81
(NOTA 4)		
DESPESAS DIFERIDAS	255,177,850.30	23,104,676.37
DESPESAS FINANCEIRAS	17,814,730.10	1,352,952.38
SAFRA DE LA EM ANDAMENTO	198,273,362.18	17,831,087.50
OUTRAS	39,089,758.02	3,920,636.49
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1,540,098,438.58	58,817,456.53
ASSOCIADOS	929,205,053.14	19,352,069.19
CONTA FINANCIAMENTO	965,301,030.61	27,011,269.44
(-) PROVISAO PARA CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA	36,095,977.47	7,659,200.25
OUTROS CREDITOS	610,893,385.44	39,465,387.34
EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS	566,212,226.03	20,962,908.52
INVESTIMENTOS A REALIZAR	44,199,781.02	16,225,818.53
DEPOSITOS RESTITUIVEIS	481,378.39	2,276,660.29
PERMANENTE	84,817,145,033.27	9,176,564,239.15
INVESTIMENTOS	2,094,204,587.71	180,010,254.54
IMOBILIZADO	82,722,940,445.56	8,996,553,984.61
(NOTA 5)		
(NOTA 6)		
TOTAL DO ATIVO	124,630,287,481.30	11,410,890,733.10

PASSIVO

CONTAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	31 / 12 / 88	31 / 12 / 87
	CZ\$	CZ\$
CIRCULANTE	34,087,029,988.50	1,989,242,748.82
ASSOCIADOS	12,529,013,249.82	748,513,899.12
SAFRAS A LIQUIDAR	5,781,814,917.50	266,173,605.17
SAFRAS A PAGAR	578,216,971.24	70,678,417.99
CONTA MOVIMENTO	6,168,981,361.08	411,661,875.96
FINANCIAMENTOS (NOTA 7)	17,239,598,540.83	852,928,875.96
OBRIGACOES	923,861,663.60	91,947,427.06
TRIBUTARIAS	409,405,133.06	55,432,558.21
SOCIAIS	270,544,831.26	18,511,210.35
COM PESSOAL	243,911,699.28	18,003,658.50
OUTROS DEBITOS	3,394,556,534.25	295,852,546.68
FORNECEDORES	2,195,681,337.33	216,196,425.75
COMPROMISSOS APROPRIADOS	774,853,868.77	50,032,603.18
ANTECIPACAO DE CLIENTES	128,917,166.49	17,065,601.73
MERCADORIAS A ENTREGAR	294,952,479.89	11,588,791.82
COOPERATIVAS CENTRAIS	151,681.77	969,124.20
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	6,832,824,821.24	723,983,465.97
FINANCIAMENTOS (NOTA 7)	5,844,739,067.93	644,152,129.97
ASSOCIADOS	0.00	15,461,054.55
EMPRESAS CONTROLADAS/COLIGADAS	837,965,309.08	63,190,416.33
OUTROS	150,120,444.23	1,179,865.12
RECEITAS EXERCICIO SEGUINTE	176,405,976.00	44,022,788.05
SAFRAS DE LA EM ANDAMENTO	175,563,431.00	38,796,781.76
ENCARGOS FINANCEIROS	842,545.00	842,545.00
OUTROS	0.00	4,383,461.29
PATRIMONIO LIQUIDO	83,534,026,695.56	8,653,641,730.26
CAPITAL SOCIAL	12,014,191,475.37	1,005,846,522.35
SUBSCRITO	14,922,030,362.82	1,270,245,376.63
A REALIZAR	(3,024,704,155.56)	(264,398,854.28)
REALIZADO POR FINANCIAMENTO	116,865,268.11	0.00
RESERVAS DE CAPITAL	69,690,415,512.19	7,341,200,546.95
CORRECAO MONETARIA CAPITAL	619,193,600.25	55,404,227.45
RESERVAS DE EQUALIZACAO	50,738,487,507.59	5,462,259,854.12
RESERVAS DE SOBRAS INFLACIONARIAS	18,332,734,404.35	1,823,536,465.38
RESERVAS DE SOBRAS	1,755,528,512.12	229,671,615.74
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO	744,170,125.61	81,236,165.72
FATES	288,160,151.84	79,765,804.63
FUNDO DE RESERVA	723,198,234.67	68,669,645.39
SOBRAS ACUMULADAS	73,891,195.88	76,923,045.22
SOBRAS LIQUIDAS DO EXERCICIO	73,891,195.88	76,923,045.22
TOTAL DO PASSIVO	124,630,287,481.30	11,410,890,733.10

1 JUL - RS - 31 DE DEZEMBRO DE 1988

[Signature]
OSWALDO OLMIRO MEOTTI
PRESIDENTE
CPF. 020504780-91

[Signature]
CELSO BOLIVAR SPEROTTO
VICE-PRES.REG.PIONEIRA
CPF. 012998670-49

[Signature]
NEDY RODRIGUES BORGES
VICE-PRES.REG.MATO GROSSO DO SUL
CPF. 005427730-21

[Signature]
OSCAR VICENTE SILVA
VICE-PRES.REG.D.PEDRITO
CPF. 008548670-15

[Signature]
WALTER FRANTZ
SUPERINT.REG.PIONEIRA
CPF. 078976040-20

[Signature]
LOTARIO BECKERT
SUPERINT.REG.MATO GROSSO
CPF. 065308690-34


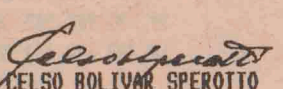

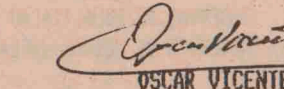
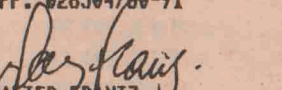
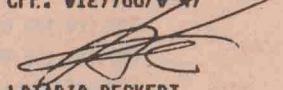
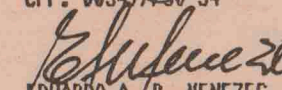
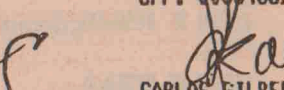
[Signature]
EDUARDO A. P. NENEZES
SUPERINT.REG.D.PEDRITO
CPF. 096023200-82

[Signature]
CARLOS GILBERTO KRAUSE
TECNICO CONTABIL
CPF. 093483010-04
CRC RS 31357

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS — GERAL

	31.12.88 CZ\$	31.12.87 CZ\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	82,367,551,617.86	11,108,609,514.45
(-) IMPOSTO FATURADO	2,336,173,158.52	393,542,335.61
(-) DEVOLUCOES	1,819,680,265.73	151,391,134.05
RECEITA LIQUIDA	78,211,698,193.61	10,563,676,044.79
(-) CUSTO DE VENDAS	61,601,363,571.19	8,873,051,713.56
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	16,610,334,622.42	1,690,624,331.23
(-) DESPESAS COM VENDAS	821,782,076.03	88,936,918.99
(-) DESPESAS COM PESSOAL	2,681,702,635.23	392,948,223.12
(-) DESPESAS GERAIS	3,426,078,535.74	518,783,234.57
(-) RESULTADO EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	62,661,737.54	8,747,744.75
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS E EFEITOS INFLACIONARIOS	9,618,109,637.88	681,208,209.80
(-) ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS	7,643,945,567.15	259,287,017.07
(-) JUROS E VARIACOES MONETARIAS PASSIVAS	22,008,697,552.52	1,615,466,839.22
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	10,527,104,080.52	536,320,702.87
(+) SALDO CREDOR CORRECAO MONETARIA	3,837,647,904.85	819,859,119.28
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUICAO SOCIAL	1,974,164,070.73	421,921,192.73
PROVISAO CONTRIBUICAO SOCIAL	2,655,774.00	0.00
PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA	9,959,152.49	366,413.00
RESULTADO DO EXERCICIO	1,961,549,144.24	421,554,779.73
DESTINACAO DO RESULTADO		
RESERVAS DE SOBRAS INFLACIONARIAS	1,628,088,779.70	258,839,591.16
FATES - OPERACOES COM TERCEIROS	24,207,463.97	8,869,098.14
RESERVAS DE SOBRAS		
FUNDO DE RESERVA (ART. 66 -A- 20 %)	94,144,681.88	30,769,218.08
FATES (ART. 66 -A- 30 %)	141,217,022.81	46,153,827.13
SOBRAS A DISPOSICAO DA A G D	73,891,195.88	76,923,045.22

1 JUI - RS - 31 DE DEZEMBRO DE 1988

 OSWALDO OLMIRO MEOTTI PRESIDENTE CPF. 028504780-91	 CELSO BOLIVAR SPEROTTO VICE-PRES.REG.PIONEIRA CPF. 012998670-49	 NEDY RODRIGUES BORGES VICE-PRES.REG.MATO GROSSO DO SUL CPF. 005497730-34	 OSCAR VICENTE SILVA VICE-PRES.REG.D.PEDRITO CPF. 008348670-15
 WALTER FRANTZ SUPERINT.REG.PIONEIRA CPF. 078976040-20	 LOTARIO BECKERT SUPERINT.REG.MATO GROSSO CPF. 065308690-34	 EDUARDO A. P. HENEZES SUPERINT.REG.D.PEDRITO CPF. 096023300-82	 CARLOS GILBERTO KRAUSE TECNICO CONTABIL CPF. 093483010-04 CRC RS 31357

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS EXERCÍCIO 1988 - SETORIAL

01 — REGIÃO PIONEIRA

01.01 - TRIGO INDUSTRIA	
RECEITAS	14,732,475,413.39
VENDAS	14,486,370,445.69
ARMAZENAGEM	246,104,967.70
CUSTOS E DESPESAS	14,719,728,400.91
CUSTOS DE VENDAS	14,310,276,661.96
DESPESAS GERAIS	98,249,724.79
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	311,202,014.16
R E D I T O	12,747,012.48

01.02 - TRIGO SEMENTE	
RECEITAS	500,951,990.18
VENDAS	330,149,767.27
TRANSFERENCIAS	170,802,222.91
CUSTOS E DESPESAS	500,028,327.08
CUSTOS DE VENDAS	308,355,430.24
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	140,624,558.96
DESPESAS GERAIS	21,659,952.06
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	29,388,385.82
R E D I T O	923,663.10



01.03 - SOJA INDUSTRIA	
RECEITAS	10,234,416,636.21
VENDAS	5,722,408,965.00
TRANSFERENCIAS	4,512,007,671.21
CUSTOS E DESPESAS	10,206,925,504.72
CUSTOS DE VENDAS	5,397,043,552.02
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	3,703,398,910.33
DESPESAS GERAIS	447,343,531.78
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	659,139,510.59
R E D I T O	27,491,131.49
01.04 - SOJA SEMENTE	
RECEITAS	4,876,481,764.85
VENDAS	2,795,776,735.46
TRANSFERENCIAS	2,080,705,029.39
CUSTOS E DESPESAS	4,842,945,679.87
CUSTOS DE VENDAS	2,351,550,615.42
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	1,522,707,611.80
DESPESAS GERAIS	369,899,091.51
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	598,708,361.14
R E D I T O	33,536,084.98
01.05 - MILHO INDUSTRIA	
RECEITAS	807,420,851.70
VENDAS	269,050,109.37
TRANSFERENCIAS	538,369,942.33
CUSTOS E DESPESAS	801,784,034.00
CUSTOS DE VENDAS	182,199,575.89
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	216,409,644.56
DESPESAS GERAIS	102,993,444.88
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	300,101,369.47
R E D I T O	5,636,016.90
01.06 - FEIJAO PRETO	
RECEITAS	100,968,171.47
VENDAS	3,463,216.22
TRANSFERENCIAS	97,504,955.25
CUSTOS E DESPESAS	100,921,239.85
CUSTOS DE VENDAS	3,771,528.09
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	86,400,290.90
DESPESAS GERAIS	6,551,080.03
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	4,198,340.83
R E D I T O	46,931.62
01.07 - ARROZ	
RECEITAS	15,699,648.76
VENDAS	9,074,440.23
TRANSFERENCIAS	6,625,208.53
CUSTOS E DESPESAS	15,623,535.75
CUSTOS DE VENDAS	4,692,877.37
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	7,453,932.40
DESPESAS GERAIS	852,762.96
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	2,623,963.02
R E D I T O	76,113.01
01.08 - SORGO	
RECEITAS	261,576,322.17
VENDAS	62,036,950.46
TRANSFERENCIAS	199,539,371.71
CUSTOS E DESPESAS	250,248,309.18
CUSTOS DE VENDAS	45,886,051.21
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	113,527,165.19
DESPESAS GERAIS	27,988,091.24
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	70,847,001.54
R E D I T O	3,328,012.99
01.09 - CEVADA	
RECEITAS	113,890,160.65
VENDAS	76,579,198.55
TRANSFERENCIAS	37,310,962.10
CUSTOS E DESPESAS	112,179,146.39
CUSTOS DE VENDAS	21,120,561.83
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	37,200,756.88

DESPESAS GERAIS	20,183,101.03
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	33,586,726.65
R E D I T O	1,711,014.26
01.10 - LINHACA	
RECEITAS	8,084,602.69
VENDAS	5,681,160.83
TRANSFERENCIAS	2,403,441.86
CUSTOS E DESPESAS	8,068,981.97
CUSTOS DE VENDAS	2,419,046.39
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	2,057,398.30
DESPESAS GERAIS	1,493,366.86
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	2,099,170.42
R E D I T O	15,620.72
01.11 - COLZA	
RECEITAS	23,529,791.78
VENDAS	12,023,205.50
TRANSFERENCIAS	11,506,586.28
CUSTOS E DESPESAS	23,510,258.95
CUSTOS DE VENDAS	6,856,433.16
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	7,866,753.63
DESPESAS GERAIS	3,539,146.12
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	5,247,926.04
R E D I T O	19,532.83
01.12 - FORRAGEIRAS	
RECEITAS	83,137,793.95
VENDAS	52,103,952.97
TRANSFERENCIAS	31,033,840.98
CUSTOS E DESPESAS	82,070,467.35
CUSTOS DE VENDAS	24,311,471.68
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	25,108,948.75
DESPESAS GERAIS	8,954,379.74
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	23,615,667.18
R E D I T O	1,067,326.60
01.13 - HORTIGRANJEIROS	
RECEITAS	276,027,462.54
VENDAS	41,048,717.95
TRANSFERENCIAS	234,978,744.59
CUSTOS E DESPESAS	275,886,090.96
CUSTOS DE VENDAS	22,768,870.74
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	224,819,455.01
DESPESAS GERAIS	22,000,253.96
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	6,297,511.25
R E D I T O	141,371.58
01.14 - AVEIA	
RECEITAS	24,009,682.40
VENDAS	23,204,400.40
TRANSFERENCIAS	805,282.00
CUSTOS E DESPESAS	23,559,656.78
CUSTOS DE VENDAS	5,900,004.87
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	703,222.23
DESPESAS GERAIS	8,034,955.41
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	8,921,474.27
R E D I T O	450,025.62
01.15 - OUTROS GRAOS	
RECEITAS	65,487,421.69
VENDAS	35,422,303.34
TRANSFERENCIAS	30,065,118.35
CUSTOS E DESPESAS	65,107,318.01
CUSTOS DE VENDAS	26,173,377.05
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	28,768,306.62
DESPESAS GERAIS	6,492,086.11
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	3,673,548.23
R E D I T O	380,103.68
01.16 - BOVINOS DE CORTE	
RECEITAS	251,327,638.80
VENDAS	235,040,650.78



TRANSFERENCIAS	16,286,988.02
CUSTOS E DESPESAS	<u>251,308,310.44</u>
CUSTOS DE VENDAS	192,446,539.11
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	13,518,200.06
DESPESAS GERAIS	12,806,437.82
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	32,537,141.45

R E D I T O 19,320.36

01.17 - LAS E FRUTOS DO PAIS

RECEITAS	<u>13,832,241.29</u>
PRESTACAO DE SERVICOS	2,752,110.20
TRANSFERENCIAS	11,080,131.09
CUSTOS E DESPESAS	<u>13,392,520.70</u>
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	5,685,284.67
DESPESAS GERAIS	1,934,525.59
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	5,772,718.64

R E D I T O 439,712.39

01.18 - LEITE

RECEITAS	<u>1,973,301,789.85</u>
VENDAS	1,930,083,256.54
OUTRAS	43,218,533.31
CUSTOS E DESPESAS	<u>1,972,763,798.84</u>
CUSTOS DE VENDAS	1,817,748,457.28
DESPESAS GERAIS	77,346,036.17
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	77,669,305.39

R E D I T O 537,991.01

01.19 - SUINOS

RECEITAS	<u>969,842,339.92</u>
VENDAS	917,866,317.81
TRANSFERENCIAS	51,976,022.11
CUSTOS E DESPESAS	<u>969,801,406.85</u>
CUSTOS DE VENDAS	789,639,494.46
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	51,976,022.11
DESPESAS GERAIS	36,871,977.19
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	91,313,913.09

R E D I T O 40,933.07

01.20 - FABRICA DE OLEO

RECEITAS	<u>2,348,125,190.48</u>
VENDAS	1,636,799,010.33
TRANSFERENCIAS	711,268,770.15
OUTRAS	57,410.00
CUSTOS E DESPESAS	<u>2,344,657,058.50</u>
CUSTOS DE VENDAS	1,477,222,841.01
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	628,650,966.85
DESPESAS GERAIS	163,213,115.67
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	75,570,134.97

R E D I T O 3,468,131.98

01.21 - FABRICA DE RACAO

RECEITAS	<u>1,023,266,628.97</u>
VENDAS	659,074,766.54
TRANSFERENCIAS	364,191,862.43
CUSTOS E DESPESAS	<u>1,021,511,488.67</u>
CUSTOS DE VENDAS	582,886,855.50
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	347,664,476.80
DESPESAS GERAIS	49,501,540.66
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	41,458,615.71

R E D I T O 1,755,140.30

01.22 - ERVA MATE

RECEITAS	<u>23,892,659.00</u>
VENDAS	220,704.00
PRESTACAO DE SERVICOS	1,731,461.30
TRANSFERENCIAS	21,940,493.70
CUSTOS E DESPESAS	<u>23,799,784.10</u>
CUSTOS DE VENDAS	130,805.56
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	15,376,701.09
DESPESAS GERAIS	3,044,351.41
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	5,247,926.04

R E D I T O 92,874.90

01.23 - MOINHO

RECEITAS	<u>3,749,526.14</u>
PRESTACAO DE SERVICOS	3,749,526.14
CUSTOS E DESPESAS	<u>3,748,794.08</u>
DESPESAS GERAIS	3,748,794.08

R E D I T O 732.06

01.24 - CEREALISTA

RECEITAS	852,332,270.10
VENDAS	703,642,886.25
TRANSFERENCIAS	148,689,383.85
CUSTOS E DESPESAS	<u>846,428,736.14</u>
CUSTOS DE VENDAS	336,457,911.00
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	137,838,860.47
DESPESAS GERAIS	224,140,450.35
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	147,991,514.32

R E D I T O 5,903,533.96

01.25 - CENTRAL DE MADEIRAS

RECEITAS	<u>11,930,768.08</u>
VENDAS	6,766,740.77
TRANSFERENCIAS	4,850,167.31
EVENTUAIS	313,860.00
CUSTOS E DESPESAS	<u>11,811,859.52</u>
CUSTOS DE VENDAS	5,807,246.39
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	4,850,167.31
DESPESAS GERAIS	1,154,445.82

R E D I T O 118,908.56

01.26 - INSUMOS

RECEITAS	<u>2,840,608,668.17</u>
VENDAS	2,652,082,967.42
TRANSFERENCIAS	188,525,700.75
CUSTOS E DESPESAS	<u>2,800,125,285.35</u>
CUSTOS DE VENDAS	1,325,622,242.87
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	188,525,700.75
DESPESAS GERAIS	320,358,950.41
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	965,618,391.32

R E D I T O 40,483,382.82

01.27 - LOJAS E MERCADOS

RECEITAS	<u>5,552,929,268.75</u>
VENDAS	4,947,491,197.57
TRANSFERENCIAS	605,438,071.18
CUSTOS E DESPESAS	<u>5,481,002,509.38</u>
CUSTOS DE VENDAS	1,422,258,570.92
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	605,438,071.18
DESPESAS GERAIS	1,762,424,177.27
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	1,690,881,770.01

R E D I T O 71,926,679.37

01.28 - SEMEN

RECEITAS	<u>10,019,901.00</u>
VENDAS	5,579,203.18
OUTRAS	4,440,697.82
CUSTOS E DESPESAS	<u>9,633,380.05</u>
CUSTOS DE VENDAS	3,077,257.00
DESPESAS GERAIS	2,357,782.22
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	4,198,340.83

R E D I T O 386,520.95

01.29 - SACARIA

RECEITAS	<u>130,031,715.24</u>
VENDAS	27,920,038.49
TRANSFERENCIAS	102,111,676.75
CUSTOS E DESPESAS	<u>128,573,470.50</u>
CUSTOS DE VENDAS	18,260,464.69
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	75,664,893.02
DESPESAS GERAIS	8,408,402.59
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	26,239,630.20

R E D I T O 1,458,244.74

01.30 - D.A.M.S.	
RECEITAS	240,196,106.66
PRESTACAO DE SERVICOS	240,196,106.66
CUSTOS E DESPESAS	240,110,643.05
DESPESAS GERAIS	237,486,680.03
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	2,623,963.02
R E D I T O	85,463.61
01.31 - OUTROS PRODUTOS	
RECEITAS	52,309,408.72
VENDAS	31,535,185.00
OUTROS	20,774,223.72
CUSTOS E DESPESAS	51,568,236.23
CUSTOS DE VENDAS	23,935,257.21
DESPESAS GERAIS	6,641,274.86
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	20,991,704.16
R E D I T O	741,172.49
RESULTADO OPERACIONAL DA REGIAO	215,028,704.43

01.32 - PROVISAO P/CREDITO DE LIQUIDACAO DUVIDOSA.....	(33,374,267.00)
REVERSAO	4,349,153.30
(-) FORMACAO	(37,723,420.30)
01.33 - PROVISAO CONTRIBUICAO SOCIAL - OPERACOES COM TERCEIROS (LOJAS E MERCADOS).....	(172,545.60)
01.34 - PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA OPERACOES C/TERCEIROS (LOJAS/MERCADOS).....	(647,046.14)
01.35 - FATES RESUL. OPERAC. C/ 3os (LOJAS/MERCADOS).....	(1,509,809.00)
RESULTADO DA REGIONAL	179,325,036.64
01.36 - RESERVAS DE SOBRAS FUNDO DE RESERVA	(35,865,007.33)
FATES	(53,797,510.99)
RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO	89,662,518.32

02 — REGIÃO RIO GRANDE

02.01 - TERMINAL	
RECEITAS	1,090,547,916.14
PRESTACAO DE SERVICOS	940,158,065.63
EVENTUAIS	6,713,555.95
RECEITAS FINANCEIRAS LIQUIDA	143,676,294.56
CUSTOS E DESPESAS	1,073,354,864.64
DESPESAS GERAIS	1,073,354,864.64
R E D I T O	25,193,051.50
02.02 - CANTINA	
RECEITAS	16,977,620.64
VENDAS	12,728,995.65
TRANSFERENCIAS	4,248,624.99
CUSTOS E DESPESAS	16,262,107.88
CUSTOS DE VENDAS	9,612,288.98
CUSTOS DE TRANSFERENCIAS	3,292,756.93
DESPESAS GERAIS	3,357,061.97
R E D I T O	715,512.76
02.03 - COLONIA FERIAS	
RECEITAS	11,337,308.59

VENDAS E HOSPEDAGEM	11,337,308.59
CUSTOS E DESPESAS	10,117,426.09
CUSTOS DE VENDAS	253,368.76
DESPESAS GERAIS	9,864,057.33
R E D I T O	1,219,882.50

RESULTADO OPERACIONAL DA REGIAO	27,128,446.76
02.04 - PROVISAO P/CREDITO DE LIQUIDACAO DUVIDOSA.....	(965,953.77)
REVERSAO	201,076.94
(-) FORMACAO	(1,167,030.71)
02.05 - PROVISAO CONTRIBUICAO SOCIAL - OPERACOES C/TERCEIROS - TERMINAL	(1,866,185.83)
02.06 - PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA OPERACOES C/ TERCEIROS (TERMINAL)	(6,998,196.86)
02.07 - FATES RESULTADO OPERACOES REGIONAL RIO GRANDE.....	(17,298,110.30)
RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO	0.00

03 — REGIÃO DOM PEDRITO

03.01 - TRIGO INDUSTRIA	
RECEITAS	235,635,808.93
VENDAS	234,665,479.97
ARMAZENAGEM	970,328.96
CUSTOS E DESPESAS	235,263,503.98
CUSTOS DE VENDAS	233,755,471.62
DESPESAS GERAIS	221,647.09
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	1,286,385.27
R E D I T O	372,304.95
03.02 - TRIGO SEMENTE	
RECEITAS	9,621,855.00
VENDAS	9,621,855.00
CUSTOS E DESPESAS	9,215,858.37
CUSTOS DE VENDAS	7,635,937.51
DESPESAS GERAIS	266,165.69
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	1,313,755.17
R E D I T O	405,996.63

03.03 - SOJA INDUSTRIA	
RECEITAS	717,903,173.78
VENDAS	242,500,219.24
TRANSFERENCIAS	475,402,954.54
CUSTOS E DESPESAS	697,138,888.83
CUSTOS DE VENDAS	150,350,135.92
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	293,573,361.64
DESPESAS GERAIS	66,336,826.74
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO	186,878,564.53
R E D I T O	20,764,284.95

03.04 - SOJA SEMENTE	
RECEITAS	432,368,425.67
VENDAS	341,617,441.43
TRANSFERENCIAS	90,750,984.24
CUSTOS E DESPESAS	429,190,971.05
CUSTOS DE VENDAS	275,049,560.15
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	84,101,486.84
DESPESAS GERAIS	13,685,301.01

ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	56,354,623.05
R E D I T O	3,177,454.62
03.05 - MILHO	
RECEITAS.....	28,271,021.76
VENDAS.....	16,523,185.93
TRANSFERENCIAS.....	11,747,835.83
CUSTOS E DESPESAS.....	27,191,955.51
CUSTOS DE VENDAS.....	13,545,178.92
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	8,945,838.98
DESPESAS GERAIS.....	1,006,001.18
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	3,694,936.43
R E D I T O	1,079,066.25
03.06 - FEIJAO PRETO	
RECEITAS.....	5,410,311.60
VENDAS.....	760,461.60
TRANSFERENCIAS.....	4,649,850.00
CUSTOS E DESPESAS.....	5,309,754.75
CUSTOS DE VENDAS.....	396,806.40
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	4,649,850.00
DESPESAS GERAIS.....	44,139.16
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	218,959.19
R E D I T O	100,556.85
03.07 - ARROZ	
RECEITAS.....	6,857,388,915.04
VENDAS.....	4,481,890,826.78
TRANSFERENCIAS.....	2,375,498,088.26
CUSTOS E DESPESAS.....	6,842,521,561.48
CUSTOS DE VENDAS.....	2,735,753,467.85
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	1,577,157,475.54
DESPESAS GERAIS.....	874,512,479.11
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	1,655,098,138.98
R E D I T O	14,867,353.56
03.08 - SORGO	
RECEITAS.....	26,076,691.61
VENDAS.....	11,549,941.20
TRANSFERENCIAS.....	14,526,750.41
CUSTOS E DESPESAS.....	23,893,255.34
CUSTOS DE VENDAS.....	7,284,012.68
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	6,867,908.62
DESPESAS GERAIS.....	2,241,981.58
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	7,499,352.46
R E D I T O	2,183,436.27
03.09 - FORRAGEIRAS	
RECEITAS.....	15,183,318.59
VENDAS.....	11,664,377.59
TRANSFERENCIAS.....	3,518,941.00
CUSTOS E DESPESAS.....	13,984,907.10
CUSTOS DE VENDAS.....	5,670,040.40
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	3,138,001.29
DESPESAS GERAIS.....	1,044,010.59
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	4,132,854.82
R E D I T O	1,198,411.49
03.10 - HORTIGRANJEIROS	
RECEITAS.....	5,329,000.00
VENDAS.....	1,547,170.00
TRANSFERENCIAS.....	3,781,830.00
CUSTOS E DESPESAS.....	4,670,914.96
CUSTOS DE VENDAS.....	446,435.03
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	701,301.40
DESPESAS GERAIS.....	1,278,846.78
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	2,244,331.75
R E D I T O	658,085.04
03.11 - LAS	
RECEITAS.....	354,408,982.31
VENDAS.....	352,954,662.31

TRANSFERENCIAS.....	1,454,320.00
CUSTOS E DESPESAS.....	336,119,173.71
CUSTOS DE VENDAS.....	175,930,382.74
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	1,454,320.00
DESPESAS GERAIS.....	37,308,920.91
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	121,425,550.06

R E D I T O **18,289,808.60**

03.12 - FRUTOS DO PAIS

RECEITAS.....	33,713,980.22
VENDAS.....	24,018,030.43
TRANSFERENCIAS.....	9,695,949.79
CUSTOS E DESPESAS.....	29,960,446.68
CUSTOS DE VENDAS.....	12,833,175.28
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	3,507,975.01
DESPESAS GERAIS.....	4,067,201.47
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	9,552,094.92

R E D I T O **3,753,533.54**

03.13 - FRIGORIFICO

RECEITAS.....	2,380,319,211.99
VENDAS.....	1,888,518,749.71
TRANSFERENCIAS.....	491,800,462.28
CUSTOS E DESPESAS.....	2,661,553,456.94
CUSTOS DE VENDAS.....	1,350,715,254.31
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	392,168,463.91
DESPESAS GERAIS.....	474,514,174.19
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	444,155,564.53

R E D I T O **(281,234,244.95)**

03.14 - SUINOS

RECEITAS.....	46,945,301.51
VENDAS.....	46,913,303.51
TRANSFERENCIAS.....	31,998.00
CUSTOS E DESPESAS.....	45,488,733.08
CUSTOS DE VENDAS.....	36,785,494.38
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	1,782.24
DESPESAS GERAIS.....	3,630,024.98
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	5,063,431.48

R E D I T O **1,456,568.43**

03.15 - FABRICA DE RACAO

RECEITAS.....	29,131,440.35
VENDAS.....	26,683,690.75
TRANSFERENCIAS.....	2,447,749.60
CUSTOS E DESPESAS.....	27,931,203.95
CUSTOS DE VENDAS.....	25,916,876.44
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	757,458.84
DESPESAS GERAIS.....	627,360.99
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	629,507.68

R E D I T O **1,200,236.40**

03.16 - INSUMOS

RECEITAS.....	360,931,852.85
VENDAS.....	331,070,009.03
TRANSFERENCIAS.....	29,861,843.82
CUSTOS E DESPESAS.....	325,092,775.84
CUSTOS DE VENDAS.....	162,416,079.11
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	30,589,835.82
DESPESAS GERAIS.....	23,972,607.42
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	108,114,253.49

R E D I T O **35,839,077.01**

03.17 - MERCADOS

RECEITAS.....	859,251,484.05
VENDAS.....	687,635,666.37
TRANSFERENCIAS.....	171,615,817.68
CUSTOS E DESPESAS.....	834,368,303.28
CUSTOS DE VENDAS.....	390,400,015.42
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	171,774,567.68
DESPESAS GERAIS.....	202,865,764.77

ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	69,327,955.41
R E D I T O.....	24,883,180.77
03.18 - SEMEN	
RECEITAS.....	25,958,879.02
VENDAS.....	25,958,879.02
CUSTOS E DESPESAS.....	25,483,266.88
CUSTOS DE VENDAS.....	18,434,971.26
DESPESAS GERAIS.....	5,433,471.55
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	1,614,824.07
R E D I T O.....	475,612.14
03.19 - SACARIA	
RECEITAS.....	8,179,579.80
VENDAS.....	1,947,911.00
TRANSFERENCIAS.....	6,231,668.80
CUSTOS E DESPESAS.....	6,720,114.45
CUSTOS DE VENDAS.....	1,666,541.66
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	3,304,785.34
DESPESAS GERAIS.....	270,812.88
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	1,477,974.57
R E D I T O.....	1,459,465.35
03.20 - D.A.M.S.	
RECEITAS.....	5,628,231.73
PRESTACAO DE SERVICOS.....	5,628,231.73
CUSTOS E DESPESAS.....	5,836,406.11
DESPESAS GERAIS.....	5,836,406.11
R E D I T O.....	(208,174.38)

03.21 - OUTROS PRODUTOS	
RECEITAS.....	2,543,089.00
VENDAS.....	2,480,000.00
OUTRAS.....	63,089.00
CUSTOS E DESPESAS.....	2,133,483.23
CUSTOS DE VENDAS.....	593,365.07
DESPESAS GERAIS.....	226,362.99
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	1,313,755.17
R E D I T O.....	409,605.77

RESULTADO OPERACIONAL DA REGIAO.....	(148,868,380.71)
03.22 - PROVISAO P/CREDITO DE LIQUIDACAO DUVIDOSA.....	(12,195,239.81)
REVERSAO.....	642,107.40
(-) FORMACAO.....	(12,837,347.21)
03.23 - PROVISAO CONTRIBUICAO SOCIAL - OPERACOES C/TERCEIROS (LOJAS E MERCADOS).....	(30,116.48)
03.24 - PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA OPERACOES C/TERCEIROS (LOJAS/MERCADOS).....	(112,936.79)
03.25 - FATES	
RESUL. OPERAC. C/ 3os (LOJAS/MERCADOS).....	(263,835.01)
RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO.....	(161,470,508.80)

04 — REGIÃO MATO GROSSO DO SUL

04.01 - TRIGO INDUSTRIA	
RECEITAS.....	13,064,221,815.10
VENDAS.....	12,799,233,015.78
ARMAZENAGEM.....	264,988,799.32
CUSTOS E DESPESAS.....	13,007,683,823.02
CUSTOS DE VENDAS.....	12,582,995,530.82
DESPESAS GERAIS.....	172,657,934.29
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	252,030,357.91
R E D I T O.....	56,537,992.08
04.02 - TRIGO SEMENTE	
RECEITAS.....	672,669,010.71
VENDAS.....	468,320,201.93
TRANSFERENCIAS.....	204,348,808.78
CUSTOS E DESPESAS.....	659,118,172.62
CUSTOS DE VENDAS.....	360,002,825.24
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	178,947,423.65
DESPESAS GERAIS.....	59,909,897.16
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	60,258,026.57
R E D I T O.....	13,550,838.09
04.03 - SOJA INDUSTRIA	
RECEITAS.....	8,916,598,854.43
VENDAS.....	7,933,369,825.50
TRANSFERENCIAS.....	983,229,028.93
CUSTOS E DESPESAS.....	8,881,369,590.55
CUSTOS DE VENDAS.....	7,364,563,319.20
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	961,530,139.68
DESPESAS GERAIS.....	398,047,604.76
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	157,228,526.91
R E D I T O.....	35,229,263.88
04.04 - SOJA SEMENTE	
RECEITAS.....	3,292,621,239.79
VENDAS.....	2,051,297,555.33

TRANSFERENCIAS.....	1,241,323,684.46
CUSTOS E DESPESAS.....	3,251,394,825.56
CUSTOS DE VENDAS.....	1,627,283,440.45
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	1,241,217,570.36
DESPESAS GERAIS.....	198,711,826.09
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	184,181,988.66
R E D I T O.....	41,226,414.23

04.05 - MILHO	
RECEITAS.....	1,824,941,500.02
VENDAS.....	1,531,664,275.49
TRANSFERENCIAS.....	293,277,224.53
CUSTOS E DESPESAS.....	1,809,769,778.09
CUSTOS DE VENDAS.....	1,360,425,090.55
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	269,409,195.00
DESPESAS GERAIS.....	111,932,218.34
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	68,003,274.20
R E D I T O.....	15,171,721.93

04.06 - FEIJAO PRETO	
RECEITAS.....	55,577,257.75
VENDAS.....	5,175,434.61
TRANSFERENCIAS.....	50,401,823.14
CUSTOS E DESPESAS.....	54,782,016.65
CUSTOS DE VENDAS.....	3,173,395.45
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	41,983,827.61
DESPESAS GERAIS.....	6,061,979.68
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	3,562,813.91
R E D I T O.....	795,241.10

04.07 - ARROZ	
RECEITAS.....	1,149,314,215.01
VENDAS.....	752,429,268.27
TRANSFERENCIAS.....	396,884,947.54
CUSTOS E DESPESAS.....	1,138,954,179.69
CUSTOS DE VENDAS.....	665,403,268.80

CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	340,477,038.94
DESPESAS GERAIS.....	87,222,005.89
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	45,851,865.97
R E D I T O.....	10,360,036.21
08 - SORGO	
RECEITAS.....	43,909,976.85
VENDAS.....	36,558,287.48
TRANSFERENCIAS.....	7,351,689.37
CUSTOS E DESPESAS.....	42,154,940.41
CUSTOS DE VENDAS.....	19,737,721.81
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	4,721,988.98
DESPESAS GERAIS.....	10,104,886.94
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	7,590,342.68
R E D I T O.....	1,755,036.44
09 - FORRAGEIRAS	
RECEITAS.....	82,358,472.46
VENDAS.....	62,315,016.90
TRANSFERENCIAS.....	20,043,455.56
CUSTOS E DESPESAS.....	82,276,706.42
CUSTOS DE VENDAS.....	53,760,737.29
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	11,790,114.92
DESPESAS GERAIS.....	16,106,234.40
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	619,619.81
R E D I T O.....	81,766.04
1.10 - AVEIA	
RECEITAS.....	31,810,082.72
VENDAS.....	17,833,573.77
TRANSFERENCIAS.....	13,976,508.95
CUSTOS E DESPESAS.....	29,643,871.51
CUSTOS DE VENDAS.....	7,816,679.45
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	3,577,260.89
DESPESAS GERAIS.....	9,110,538.97
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	9,139,392.20
R E D I T O.....	2,166,211.21
4.11 - FABRICA DE RACAO	
RECEITAS.....	104,668,626.49
VENDAS.....	36,330,862.32
TRANSFERENCIAS.....	68,337,764.17
CUSTOS E DESPESAS.....	102,061,487.59
CUSTOS DE VENDAS.....	39,795,367.05
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	38,785,232.64
DESPESAS GERAIS.....	11,553,206.55
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	11,927,681.35
R E D I T O.....	2,607,138.90
04.12 - INSUMOS	
RECEITAS.....	5,821,301,650.34
VENDAS.....	3,368,075,455.62
TRANSFERENCIAS.....	2,453,206,034.72
CUSTOS E DESPESAS.....	5,729,763,812.81
CUSTOS DE VENDAS.....	2,580,543,102.49
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	2,453,206,034.72
DESPESAS GERAIS.....	291,757,851.32
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	404,456,831.28
R E D I T O.....	91,337,837.53
04.13 - MERCADOS	
RECEITAS.....	3,486,853,550.10
VENDAS.....	3,147,084,605.25
TRANSFERENCIAS.....	339,768,944.85
CUSTOS E DESPESAS.....	3,411,272,435.87
CUSTOS DE VENDAS.....	1,057,869,267.70
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	339,768,944.85
DESPESAS GERAIS.....	874,392,377.09
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	339,241,846.23

R E D I T O.....	75,581,114.23
04.14 - SACARIA	
RECEITAS.....	103,840,147.56
VENDAS.....	36,030,362.38
TRANSFERENCIAS.....	67,817,785.18
CUSTOS E DESPESAS.....	103,145,999.93
CUSTOS DE VENDAS.....	23,206,887.86
CUSTO DE TRANSFERENCIAS.....	67,817,785.18
DESPESAS GERAIS.....	9,178,133.59
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	2,943,194.10
R E D I T O.....	702,147.63
04.15 - D.A.M.S.	
RECEITAS.....	47,981,986.53
PRESTACAO DE SERVICOS.....	47,981,986.53
CUSTOS E DESPESAS.....	54,105,711.67
DESPESAS GERAIS.....	54,105,711.67
R E D I T O.....	(6,123,725.14)
04.16 - OUTROS PRODUTOS	
RECEITAS.....	21,205,798.50
VENDAS.....	18,716,360.90
TRANSFERENCIAS.....	2,489,437.60
CUSTOS E DESPESAS.....	20,656,763.19
CUSTOS DE VENDAS.....	16,149,063.90
DESPESAS GERAIS.....	2,493,934.91
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDO.....	2,013,764.38
R E D I T O.....	549,035.31
RESULTADO OPERACIONAL DA REGIAO.....	341,528,102.67
04.17 - PROVISAO P/CREDITO DE LIQUIDACAO DUVIDOS.....	(42,206,121.54)
REVERSAO.....	1,700,153.50
(-) FORMACAO.....	(43,906,275.04)
04.21 - PROVISAO CONTRIBUICAO SOCIAL - OPERACOES C/TERCEIROS (LOJAS E MERCADOS).....	(586,926.05)
04.18 - PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA OPERACOES C/TERCEIROS (LOJAS/MERCADOS).....	(2,200,972.70)
04.19 - FATES	
RESUL. OPERAC. C/ 3os (LOJAS/MERCADOS).....	(5,135,709.65)
RESULTADO DA REGIONAL.....	291,398,372.73
04.20 - RESERVAS DE SOBRRAS	
FUNDO DE RESERVA.....	(58,279,674.55)
FATES.....	(87,419,511.82)
RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO.....	145,699,186.36
RESULTADO LIQUIDO DAS REGIONAIS.....	73,891,195.88
05 - ENCARGOS FINANCEIROS - ADMINISTRACAO GERAL.....	(2,146,897,387.61)
DESPESAS FINANCEIRAS.....	2,539,537,955.87
RECEITAS FINANCEIRAS.....	392,640,568.26
06 - RESULTADO EQUIVALENCIA PATRIMONIAL.....	(62,661,737.54)
07 - SALDO CREDOR CORRECAO MONETARIA.....	3,837,647,904.85
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO.....	1,701,979,975.58
08 - DESTINACAO DO RESULTADO	
RESERVAS DE SOBRRAS INFLACIONARIAS.....	1,628,088,779.70
SOBRRAS A DISPOSICAO DA A G O.....	73,891,195.88

1 JUN - RS - 31 DE DEZEMBRO DE 1988

[Signature]
OSWALDO OLIVIO MEOTTI
PRESIDENTE
CPF. 028504780-91

[Signature]
CELSO BOLIVAR SPEROTTO
VICE-PRES.REG.PIONEIRA
CPF. 012998670-49

[Signature]
NEDY RODRIGUES BORGES
VICE-PRES.REG.MATO GROSSO DO SUL
CPF. 005492730-34

[Signature]
OSCAR VICENTE SILVA
VICE-PRES.REG.D.PEDRITO
CPF. 00548670-15

[Signature]
WALTER FRANTZ
SUPERINT.REG.PIONEIRA
CPF. 078976040-20

[Signature]
LOTARIO BECKERT
SUPERINT.REG.MATO GROSSO
CPF. 065308690-34

[Signature]
EDUARDO A. P. NENEZES
SUPERINT.REG.D.PEDRITO
CPF. 096023300-82

[Signature]
CARLOS GILBERTO KRAUSE
TECNICO CONTABIL
CPF. 093483010-04
CRC RS 31357

NOTAS EXPLICATIVAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo congrega agricultores e pecuaristas, promovendo a compra em comum de artigos necessários a sua produção e subsistência, classificando, padronizando, armazenando, beneficiando, industrializando e comercializando a sua produção.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade de uso comum no país, adequadas ao estabelecido para as sociedades cooperativas e legislação complementar expedida pelos órgãos competentes.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis foram as seguintes:

- 3.1. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída sobre as contas de Duplicatas a Receber e Créditos de associados, em valores considerados suficientes para cobrir possíveis perdas;
- 3.2. Os estoques encontram-se avaliados com base nos seguintes critérios:
 - Produtos Agrícolas: ao preço de liquidação à nível de produtor;
 - Produtos beneficiados: com base nos percentuais regressivos do preço de venda;
 - Produtos Industrializados: ao custo de produção;
 - Mercadorias, Insumos, Sacaria e Almoarifados: ao preço da última compra.
 Os estoques tributáveis encontram-se liquidados de ICM.
Todos os valores são inferiores aos preços de mercado na data do balanço.
- 3.3. Os investimentos em Sociedades Controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no Patrimônio Líquido das mesmas em 31.12.1988. Os investimentos em outras empresas estão valorizados ao custo de aquisição acrescidos de correção monetária, com base na variação das OTN's.
- 3.4. Os bens integrantes do Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente pela variação das OTN's. As depreciações são calculadas sobre o custo corrigido pelo método linear, de acordo com o tempo de vida útil e econômico previsto para os bens.
- 3.5. O Patrimônio Líquido está atualizado com base na variação das OTN's.
- 3.6. As obrigações junto as Instituições Financeiras, encontram-se com seus encargos apropriados até a data do encerramento do exercício social, de acordo com os termos contratuais.

NOTA 04 - ESTOQUES

A composição dos Estoques em 31.12.1988 era a seguinte

EXISTÊNCIAS	VALOR
PRODUTOS AGRÍCOLAS.....	10.174.202.260,04
PRODUTOS PECUÁRIOS.....	740.412.748,75
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS.....	759.839.711,78
PRODUTOS BENEFICIADOS.....	441.223.563,99
MERCADORIAS - INSUMOS.....	2.517.836.709,00
MERCADORIAS - LOJAS E MERCADOS.....	4.518.031.351,02
COMÉRCIO EM GERAL.....	180.970.989,19
OUTROS ESTOQUES.....	67.990.216,39
TOTAL.....	19.400.507.550,16

NOTA 05 - INVESTIMENTOS

A) As Participações em Empresas Controladas e Colgadas apresentam a seguinte posição:

EMPRESAS EVENTOS	COTRIEXPORT CIA COM. INTERNAC.	INST. RIOGRAND. FEBRE AFTOSA	COTRIDATA PROC. DADOS LTDA	HOSPITAL BOM PASTOR S/A	TRANSCOOPER TRANSP. LTDA
CAPITAL SOCIAL	300.000.000,00	28.500.000,00	22.000.000,00	16.684.000,00	3.300.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(102.797.799,34)	1.199.021.996,16	218.132.868,73	258.200.775,17	157.263.434,46
PARTIC.ACIONÁRIA	(102.756.176,51)	167.863.079,46	215.951.540,04	252.856.019,12	148.980.682,83
PARTICIPAÇÃO %	99,95951%	14,0938%	99,00%	97,93%	94,666%
RESULTADO LÍQUIDO	185.448.253,76	15.171.930,67	3.188.253,57	(44.155.712,00)	6.242.101,29
SALDO EM CTA. CORR.	(171.497.081,83)	475.504.277,89	(13.792.752,27)	373.466,23	89.240.675,39
PARTICIP. TERCEIROS	0,04049%	85,9962%	1,00%	2,07%	5,334%
TOTAL AÇÕES/COTAS	300.000.000	2.850.000	22.000.000	16.684.000	330.000
AÇÕES/COTAS POSSUÍDAS	299.878.533	399.100	21.780.000	16.338.412	312.400

B) Os demais investimentos permanentes correspondem a:

Particip. em Cooperativas Centrais.....	Cz\$ 1.215.293.698,48
Particip. p/Incentivos Fiscais.....	Cz\$ 11.185.814,54
Outras Participações.....	Cz\$ 184.929.929,75

Nos saldos em Conta Corrente (*) devem ser considerados os valores da Cotriexport Caymann Ltd., Cz\$ 652.675.474,98 credor e Cotriexport Corretora de Seguros Ltda., Cz\$ 1.093.806,52 devedor.

5.1. As demonstrações Contábeis da empresa controlada Cotriexport Cia. Comércio Internacional não contempla os reflexos de equivalência patrimonial de sua controlada integral Cotriexport Caymann Ltd., em razão do encaminhamento de providências para encerramento das atividades daquela empresa junto aos órgãos competentes. Conseqüentemente também na Cotrijul estes reflexos não foram reconhecidos, face as tratativas estarem em fase final de negociação.

NOTA 06 - IMOBILIZADO

É a seguinte a posição dos valores em 31.12.88

CONTAS	REGIÃO	PIONEIRA	MATO GROSSO DO SUL	DOM PEDRITO	RIO GRANDE	TOTAL
Terrenos		1.303.860.534,68	643.918.152,34	443.317.978,39	94.651.483,70	2.485.748.149,11
Prédios		28.850.791.769,10	22.664.196.630,58	5.932.195.558,93	20.949.795.682,04	78.396.979.640,65
Móveis e Utensílios		997.619.231,86	463.175.854,48	170.041.823,59	119.288.442,99	1.750.125.352,92
Máquinas e equipamentos		4.489.726.945,36	4.397.907.533,56	1.654.792.732,65	5.658.166.216,21	16.200.593.427,78
Instalações		550.043.097,57	329.989.307,36	239.544.605,17	637.305.095,74	1.756.882.195,84
Veículos		1.137.181.352,98	298.806.790,28	254.761.837,85	110.085.421,59	1.800.835.402,70
Construções em andamento		786.530.332,77	1.369.389.756,65	131.680.499,34	- 0 -	2.287.600.588,76
Reflorestamento		7.014.102,70	- 0 -	- 0 -	- 0 -	7.014.102,70
Marcas e Patentes		12.628.371,14	2.356.134,31	1.320.633,27	165.001,13	16.470.139,85
Semoventes		1.655.596,94	- 0 -	953.153,80	- 0 -	2.608.750,74
Equip. em Construção		405.036.558,75	- 0 -	11.124.382,60	- 0 -	416.160.941,35
Benf. em Prédios de 3º		21.862.755,56	53.053.233,57	4.057.647,92	57.845,21	79.031.482,26
Soma		38.563.950.649,41	30.222.793.393,13	8.843.790.943,51	27.569.515.188,61	105.200.050.174,66
(-) Deprec. Acumulada		7.336.625.944,88	5.685.541.576,30	1.937.709.187,62	7.517.233.020,30	22.477.109.729,10
TOTAL		31.227.324.704,53	24.537.251.816,83	6.906.081.755,89	20.052.282.168,31	82.722.940.445,56

A correção monetária líquida do exercício foi de Cz\$ 73.538.220.814,59 e as depreciações montaram Cz\$ 1.122.209.056,85

NOTA 07 - FINANCIAMENTOS

Os financiamentos apresentam a seguinte posição:

FINALIDADE	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
CAPITAL DE GIRO	4.953.505.190,24	4.032.853.931,95	8.986.359.122,19
SAFRAS	9.721.516.702,55		9.721.516.702,55
REPASSE	2.223.839.369,32	302.473.111,02	2.536.362.480,34
IMOBILIZADO	330.687.278,72	1.509.412.024,96	1.840.099.303,68
TOTAL	17.239.598.540,83	5.844.739.067,93	23.084.337.608,76

Os empréstimos foram contratados a encargos financeiros de até 21,46% a.m. e/ou variação monetária mais juros de até 1,9% a.m.
Os financiamentos a longo prazo apresentam vencimento a partir de janeiro de 1990 a outubro de 1998.
As garantias oferecidas compreendem hipoteca, NP, penhor e aval dos diretores.

NOTA 08 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Integralizado e sua respectiva evolução apresenta a seguinte composição:

REGIÕES	FORMAS DE CAPITALIZAÇÃO	ATÉ 31.12.87	CAPITALIZAÇÃO NO PERÍODO	ATÉ 31.12.88	% DE VARIA.	% S/ TOTAL
PIONEIRA	INTEGRALIZAÇÕES	102.287.010,07	456.834.498,81	559.121.508,88	446,62	32,38
	CORREÇÃO	392.704.861,07	4.480.960.074,31	4.873.664.935,38	1.141,05	47,26
	SOMA	494.991.871,14	4.937.734.573,12	5.432.786.444,26	997,55	45,34
DOM PEDRITO	INTEGRALIZAÇÕES	10.137.076,85	41.483.788,35	51.620.865,20	409,23	2,94
	CORREÇÃO	93.830.131,63	889.022.198,43	982.852.330,06	947,48	9,38
	SOMA	103.967.208,48	930.505.986,78	1.034.473.195,26	895,00	8,54
MATO GROSSO DO SUL	INTEGRALIZAÇÕES	94.244.736,48	912.744.049,66	1.006.988.786,14	963,48	64,68
	CORREÇÃO	312.642.706,25	4.110.435.075,35	4.423.077.781,60	1.314,74	43,36
	SOMA	406.887.442,73	5.023.179.125,01	5.430.066.567,74	1.234,54	46,12
SUB - TOTAL	INTEGRALIZAÇÕES	206.668.823,40	1.411.062.336,82	1.617.731.160,22	682,76	100,00
	CORREÇÃO	799.177.699,95	9.480.417.348,09	10.279.595.047,04	1.186,27	100,00
	SOMA	1.005.846.522,35	10.891.479.684,91	11.897.326.207,26	1.082,82	100,00
REALIZADO POR FINANCIAMENTO		-	116.865.268,11	116.865.268,11	-	-
TOTAL		1.005.846.522,35	11.008.344.953,02	12.014.191.475,37	-	-

NOTA 09 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS

- a) Permanece pendente de julgamento o crédito de ICM-RS referente exportação de farelo de soja, ocorrido em 1984, no valor principal de Cz\$ 10.002.636,72, cuja decisão da 4ª Vara da Fazenda Pública em 15.12.87, foi favorável à esta Cooperativa, podendo o Estado recorrer de tal decisão em instância superior;
- b) Processo de Execução Fiscal, pendente de julgamento na Comarca de Ponta Porã-MS, referente a autos de infração da Secretaria da Receita Federal no valor principal de Cz\$ 426.829,86;
- c) Processo de Execução Fiscal referente a autos de infração de ICM-MS, pendentes de julgamento judicial, no valor principal de Cz\$ 5.262.249,20.

NOTA 10 - RESULTADO INFLACIONÁRIO

O Saldo Credor da Correção Monetária do Balanço teve a seguinte utilização:

- Reconhecido o Resultado do Exercício, até os limites dos encargos financeiros líquidos da Administração Geral e Perdas por Equivalência PatrimonialCz\$ 2.209.559.125,15
 - Transferido para Reserva Sobras InflacionáriasCz\$ 1.628.088.779,70
- TOTAL SALDO CREDORCz\$ 3.837.647.904,85

PARECER DOS AUDITORES
20 de fevereiro de 1989

Ilmos. Srs.

Membros dos Conselhos de Administração Fiscal da
COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUÍ
Ijuí - RS

- 1 - Examinamos os balanços patrimoniais da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUÍ, levantados em 31 de dezembro de 1988 e 1987 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, conseqüentemente, incluíram as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.
- 2 - As demonstrações contábeis da empresa controlada COTRIEXPORT CIA. DE COMÉRCIO INTERNACIONAL, não contemplam os reflexos da equivalência patrimonial de sua controlada integral COTRIEXPORT CAYMAN LTD., em razão do encaminhamento de providências, em fase final de negociação com os órgãos competentes, para encerramento das atividades daquela empresa. Conseqüentemente, também nas demonstrações contábeis da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUÍ, não foram reconhecidos tais reflexos.
- 3 - Em nossa opinião, sujeita ao descrito na Nota Explicativa nº 9 e parágrafo 2 acima, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, lidas em conjunto com as Notas Explicativas do Conselho de Administração, representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUÍ, em 31 de dezembro de 1988 e 1987 e o resultado das operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, aplicados de maneira uniforme com o exercício anterior.

NARDON, NASI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RS Nº 542 - OCB N 15CIRO WEBER
Contador Responsável
CRC-RS nº 28.061

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Artigo 52 do Estatuto Social da Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. reuniu-se o Conselho Fiscal desta entidade, nesta data, a fim de proceder ao exame do Balanço Patrimonial Demonstrativo de Sobras e Perdas e os documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1988. Com base no parecer de Nardon, Nasi & Cia. Auditores Independentes e tendo examinado os documentos relativos às demonstrações contábeis, encontramos tudo em ordem e emitimos o nosso parecer favorável, recomendando à Assembleia Geral a sua aprovação.

Ijuí, (RS), 22 de fevereiro de 1989

PEDRO AFFONSO PEREIRA

REALDO CERVI

JAYME WENDER



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS FIDENE IJUÍ

Elaboração: Mariluz da Silva Lucchese
Datilografia: Derci Fátima Mariani



Naquele dia, Camila contou para o irmão o seu segredo:

- Rodrigo, estou fazendo uma nova coleção.
- Coleção de que? Você já guarda figurinhas, chaveiros, chapinhas de garrafa...
- Não, seu bobo.
- Colecionar não é só guardar.
- A gente acaba estudando as coisas, comparando, separando e procurando novos tipos. E essa coleção que eu vou fazer é especial: é uma coleção de sementes.
- Sementes? Não vai ser fácil você completar essa coleção...
- É, eu sei. Mas estou começando com essas que encontramos todos os dias. Já consegui vários tipos de feijão, arroz, milho, grão-de-bico, alpiste,

lentilha...

- Chega, já entendi. Mas como você vai fazer para conservar isso tudo?

- Ah! Aí é que está o segredo. A tia Cláudia, outro dia, quando você estava na casa do Marcos, me ajudou a começar a coleção.

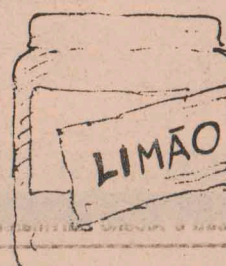
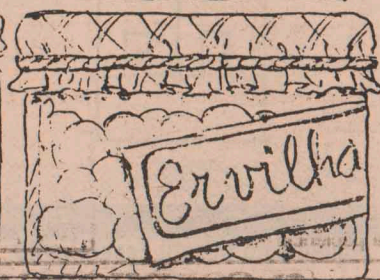
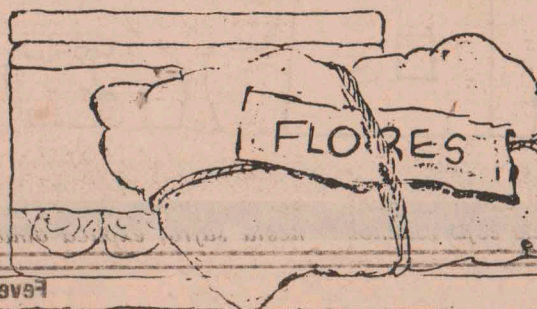
Você se lembra que andei pedindo vidro de remédio para todo mundo. Já era para isso: vidros de remédio ficam bem fechados. Depois a tia fez para mim um preparado que a gente não pode fazer sozinha, porque leva inseticida, coisa não muito boa para criança mexer. Ela moeu uma parte de naftalina e misturou com duas partes de álcool. Depois colocou mais ou menos um dedo dessa mistura em cada vidro. Deixei os vidros destampados lá na área de serviço, que é um lugar bem ventilado.

- Bem que eu vi...

- Todo o álcool evaporou e a naftalina ficou depositada no fundo dos vidros. Depois coloquei algumas sementes de cada tipo em um vidro diferente, sem esquecer de colocar a etiqueta com o nome das sementes e o lugar onde as peguei. Aí eu tampei os vidros para a naftalina não se evaporar, porque é ela que vai conservar as sementes. Eu ia esquecendo de falar que não podemos comprar sementes embaladas em saquinhos de alumínio. Elas normalmente passam por um tratamento químico com inseticidas e fungicidas, que além de alterar o aspecto das sementes podem fazer mal à saúde. E, depois para aumentarmos a nossa coleção, podemos pedir novas sementes aos institutos de pesquisa agrícola e hortos florestais, que são ótimas fontes de material para os colecionadores de sementes.

E aí nós começamos a estudar como elas germinam, como são suas plantas...

Walter Rodrigues da Silva
Suplemento Infantil da Revista Ciência
Hoje nº 6.



Página do Leitor

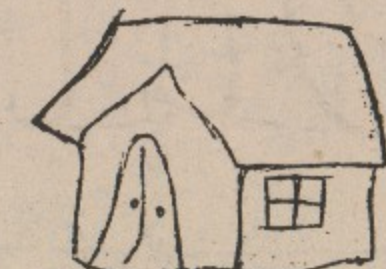
O menino

Era uma vez um menino chamado Alex, Alex é um menino muito bom, ele tem doze anos e vai na quinta série. A professora dele é a Maristela. Alex gosta de sua professora. Ele tem um cachorrinho chamado Zezé, Zezé vai sempre junto com Alex para a escola, mas Zezé não pode entrar na sala de aula. Um dia, Alex e Zezé foram em casa e a mãe dele fez uma boa sopa e Alex e seu cachorrinho comeram. Outro dia, Alex e Zezé foram tirar uma foto que ficou uma graça. Zezé tirou uma foto em cima do tapete e Alex em cima de uma árvore. Outro dia, Alex e Zezé foram pegar as fotos e Alex pagou muito caro; ele pagou pelas fotos, um mil cruzados. Alex pegou as fotos e foi embora. A mãe dele achou as fotos muito bonitas.

Jovane Inês Weimer
E.E. de 1º Grau Inc. Dr. Pestana - A. Pestana



Jovane Inês Weimer



Anderson L. Cunha Martins
E. M. Taquarémbozinho
D. Pedrito

Problemas na agricultura

Desde muito tempo, os agricultores vêm enfrentando uma série de problemas na prática da agricultura. Problemas como a erosão, empobrecimento do solo, plantações perdidas, trabalho botado fora, muitos gastos para comprar combustíveis e solucionar o problema da fertilidade do solo. Todos esses problemas aconteceram porque quando os imigrantes aqui chegaram, não havia lugar para suas casas e lavouras. Então começou o desmatamento em alguns lugares. Alguns desmatavam para sua sobrevivência e outros, mais tarde, para enriquecerem e também por maldade e ignorância. As florestas que existiam nunca mais serão refeitas, nunca mais haverá tantas espécies de animais diferentes, pois conforme se derrubavam as matas, seus habitantes iam fugindo. Para evitar todos esses problemas, muitas coisas podem ser feitas, como por exemplo, criar projetos de conservação do solo e da natureza, ter mais amor pelas florestas que aqui existem. Em nosso município, Jóiá, já está se fazendo o projeto de microbacias, mas muitos colonos, não prejudicados em suas lavouras, não concordam. Esse projeto combate a erosão e conserva o solo. Se não se combater a erosão, o empobrecimento do solo, não se conservar um pouco do mato e não se plantar mais; se continuar o desmatamento como vem acontecendo, com o passar do tempo, o solo estará supergasto e aí o agricultor não vai mais ter lucro com a lavoura, nem que ele tente, gaste, se encha de dívidas, pois isso não vai resolver nada se o solo já estiver todo destruído.

Rubens da Silva e Obranex Trema
E.E. de 1º Grau Cacique Sepé - Jóiá

As abelhas estão no colmeia.	As abelhas estão buscando o néctar.	As abelhas estão tirando o néctar das flores.	As abelhas já saíram da árvore.
As abelhas estão chegando de novo na colmeia.	Papai está tirando o mel.	Os favos estão passando na máquina.	O mel já está pronto para se consumir.

Wanderlei Timler
E. M. 1º G. J. Dr. Pestana

A natureza

A natureza faz parte da vida, ou melhor, é a vida. Possui água, o ar, o solo, os vegetais, etc. Mas há um problema: os homens a destroem. Eu me pergunto: porque destroem, se ela nos dá tudo que precisamos? Eu acho que os homens devem parar com essa guerra contra a natureza, mas muita gente pensa o contrário. Que pessoas sem lógica! Será que não sabem que destruindo a natureza estão se destruindo? Para isso devemos parar de derrubar árvores, conservar o solo... E, se não fizermos isso, logo morreremos.

Viviane Fontana
E.E. de 1º Grau Cacique Sepé - Jóiá



Ângela Marisa Ceribola
Rincão do Progresso

Alimentação é saúde

A alimentação é muito importante para a nossa saúde. Para a alimentação não fazer mal para a nossa saúde, devemos lavar as frutas antes de comer e conservar os alimentos em lugares limpos e frescos, tapando-os bem. Também para não fazer mal para a nossa saúde, não devemos só tomar refrigerantes, mas sim fazer suco natural, como de laranja e outras frutas. Também não botar muito extrato de tomate e caldo de galinha nas comidas, porque isto poderá fazer mal daqui alguns tempos. Nós não devemos comer estas coisas porque são artificiais, mas sim comer alimentos naturais que vêm da natureza, que nós mesmos plantamos e colhemos. Os alimentos que não devemos comer muito são: chocolate, bala, todas as coisas que são doces. Se nós queremos ter boa saúde, não devemos comer muitos produtos comprados, porque a maçã por exemplo, eles apanham das árvores e botam um produto para ela não apodrecer, porque às vezes, vai ficar muito tempo sem ninguém comprar nos supermercados. Também em outros alimentos como o feijão, para não ficar carunchado eles botam alguns produtos. E para termos uma boa saúde, devemos dar vacinas nas crianças pequenas, porque é muito fácil pegar doenças. Para termos uma boa saúde devemos comer o que faz bem para a nossa saúde e não o que faz mal.

Márcia Eliziane Soares Carneiro
Escola Est. 1º Grau Inc. Dr. Pestana - A. Pestana



Anderson Luis Cunha Martins

O ninho de passarinho

Era ontem que nós estávamos andando de bicicleta. Nós fomos ver um ninho de passarinho que tínhamos achado esses tempos, no poteiro. Tinha dois ovinhos, pintados de verde e umas bolinhas marrom. E daí, quando nós fomos olhar de novo, os passarinhos estavam grandes e um voou dentro do rio e o outro caiu nas macegas. Este, a Carla conseguiu tirar ele de lá, mas o que caiu na água, nós não conseguimos tirar da água.

Ângela Marisa Ceribola
Rincão do Progresso - Augusto Pestana

As plantações

As plantações dependem muito do clima, pois elas precisam de sol, chuva e terra adubada. As plantas têm cinco partes: raiz, caule, folha, fruto e flor. Em algumas plantas podemos comer a raiz, por exemplo, da mandioca e cenoura. Outras, comemos o caule, exemplo: cana. Do repolho e da alface, comemos as folhas. Também podemos comer a flor, por exemplo, da couve-flor e o fruto da taranjeira, do pessegueiro. As diferenças das plantas e dos animais é que as plantas possuem clorofila (cor verde dos vegetais), não se movimentam sozinhas. Os animais não possuem clorofila, mas se movimentam sozinhos. As plantações podem ser feitas a mão ou com o trator e a plantadeira. Sem as plantas ninguém poderia viver, porque elas nos fornecem o oxigênio, também elas fornecem alimentos como: trigo, que dá farinha, da qual podemos fazer o pão. Também o feijão, arroz, milho, etc. Para as plantas germinarem, não deve chover muito e nem muito pouco; a terra deve ser arada e bem adubada. No tempo da colheita, não pode chover muito, senão os produtos molham e começam a apodrecer.

Sandra Heuser - Augusto Pestana

A criação

Existem vários tipos de animais como: vaca, galinha, porco, cão, gato, mosca, abelha, mosquitos e outros. A vaca é útil para nós porque ela nos dá a carne, leite, couro, etc. O cão, o gato, galinha, também são úteis ao homem. Também tem animais que se desenvolvem dentro da barriga da mãe, como: o terneiro, gato, cão, leitão, ovelha e mais alguns. E os que se desenvolvem fora do corpo da mãe é o pinto, o pato, o peru, a angolista, o peixe, os pássaros, etc. Um terneiro leva nove meses para nascer, um leitão, três meses e vinte e oito dias; todos os animais tem um tempo determinado para nascer. Os animais vertebrados são aqueles que possuem ossos, exemplo: galinha, porco, vaca, cavalo, cobra, etc. E os invertebrados são os que não possuem ossos, exemplo: mosca, formiga, minhoca, mosquito, aranha e mais outros. O cavalo é útil para nós porque serve para montar e é um meio de transporte. A formiga é nociva, ela come as verduras e faz estragos nas lavouras.

Luciane Schunemann
E.E. de 1º Grau Inc. Dr. Pestana - A. Pestana

O Negrinho do Pastoreio

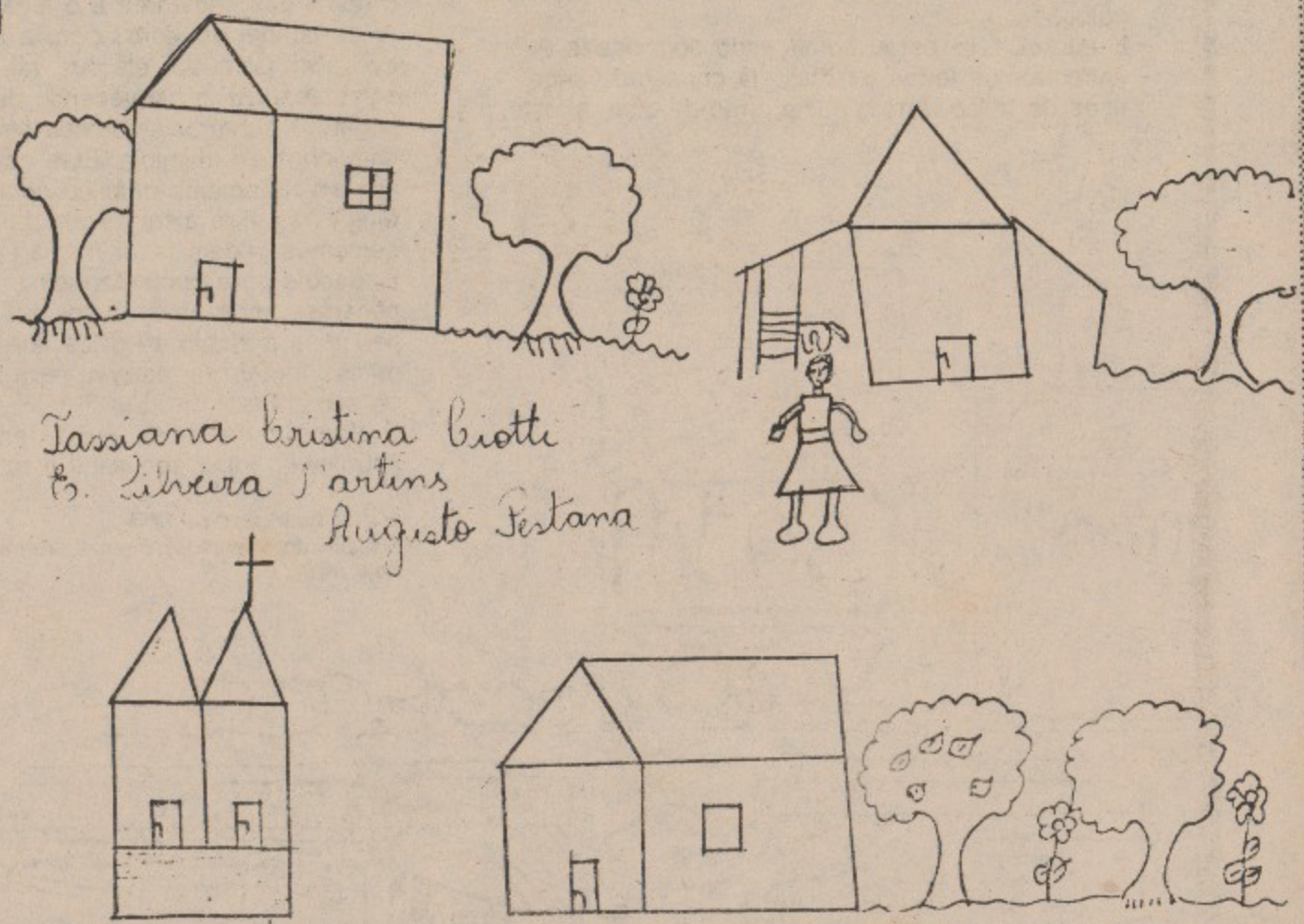
Vivia nos Pampas, o Negrinho do Pastoreio.	Aqui o Negrinho do Pastoreio vigiando o gado.	Aqui um dos escravos que não tinha pai e nem mãe.
Aqui estava contando a história da madrinha.	Aqui é a madrinha do Negrinho do Pastoreio.	O estancieiro maltratava o Negrinho do Pastoreio.
Quando estava cuidando do gado, ele ouviu um tiro: Bum...	Quando as vacas fugiram pelas campinas,	O Negrinho do Pastoreio procurou por toda parte e não achou nada.
O estancieiro ficou revoltado porque o Negrinho estava dormindo.	O Negrinho do Pastoreio encontrou os cavalos.	O Negrinho cansado do dia e dormiu.
O estancieiro mandou chicotear-lo.	Aqui estava atado num formigueiro.	O Negrinho do Pastoreio galopando nas noites de lua cheia.

Graciane Ribas de Almeida
E. M. 1º G. Inc. Luíza Nicoletti

O município

O nosso município é um lugar muito próspero. Ele tem tantas belezas, excelente agricultura com terras férteis, onde são plantadas muitas espécies de mudas de árvores frutíferas, que produzem gostosos frutos. Também são plantados: soja, trigo, milho, arroz e muitas outras variedades de alimentos. A pecuária leiteira ocupa lugar de destaque no município, por sua boa produção. A nossa cidade não é muito grande, mas é linda. Tem casas, lojas, mercados, igrejas, ruas, jardins floridos. Também a praça ajuda a dar vida e beleza à cidade pestanense. Ela é habitada por pessoas que se compreendem e se ajudam umas às outras.

Tassiana Cristina Ciotti
Esc. Silveira Martins - A. Pestana



Tassiana Cristina Ciotti
E. Silveira Martins
Augusto Pestana

Anderson L. Cunha Martins

Passatempo

CALENDÁRIO 1989

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
D 1 8 15 22 29	D 5 12 19 26	D 5 12 19 26	D 2 9 16 23	D 7 14 21 28	D 4 11 18 25
S 2 9 16 23 30	S 6 13 20 27	S 6 13 20 27	S 3 10 17 24	S 1 8 15 22 29	S 5 12 19 26
T 3 10 17 24 31	T 7 14 21 28	T 7 14 21 28	T 4 11 18 25	T 2 9 16 23 30	T 6 13 20 27
Q 4 11 18 25	Q 1 8 15 22	Q 1 8 15 22 29	Q 5 12 19 26	Q 3 10 17 24 31	Q 7 14 21 28
Q 5 12 19 26	Q 2 9 16 23	Q 2 9 16 23 30	Q 6 13 20 27	Q 4 11 18 25	Q 1 8 15 22 29
S 6 13 20 27	S 3 10 17 24	S 3 10 17 24 31	S 7 14 21 28	S 5 12 19 26	S 2 9 16 23 30
S 7 14 21 28	S 4 11 18 25	S 4 11 18 25	S 1 8 15 22 29	S 6 13 20 27	S 3 10 17 24
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
D 2 9 16	D 6 13 20 27	D 3 10 17 24	D 1 8 15 22 29	D 5 12 19 26	D 3 10 17 24
S 3 10 17 24 31	S 7 14 21 28	S 4 11 18 25	S 2 9 16 23 30	S 6 13 20 27	S 4 11 18 25
T 4 11 18 25	T 1 8 15 22 29	T 5 12 19 26	T 3 10 17 24 31	T 7 14 21 28	T 5 12 19 26
Q 5 12 19 26	Q 2 9 16 23 30	Q 6 13 20 27	Q 4 11 18 25	Q 1 8 15 22 29	Q 6 13 20 27
Q 6 13 20 27	Q 3 10 17 24 31	Q 7 14 21 28	Q 5 12 19 26	Q 2 9 16 23 30	Q 7 14 21 28
S 7 14 21 28	S 4 11 18 25	S 1 8 15 22 29	S 6 13 20 27	S 3 10 17 24	S 1 8 15 22 29
S 1 8 15 22 29	S 5 12 19 26	S 2 9 16 23 30	S 7 14 21 28	S 4 11 18 25	S 2 9 16 23 30

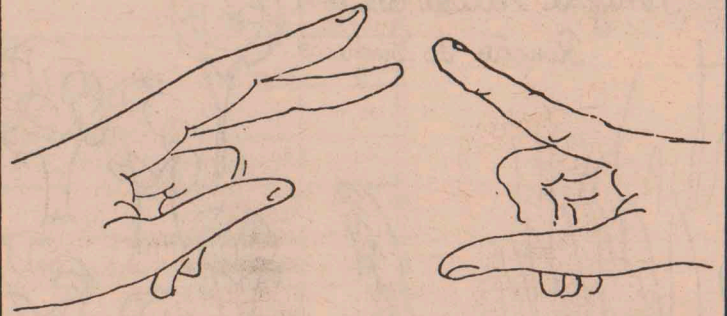
jogo de cálculo

Nessa conta de somar, alguns números estão representados por figuras. Será que conseguimos descobrir quais os algarismos que correspondem a cada uma das figuras?

Atenção: uma figura corresponde apenas a um número, que não pode ser repetido por outra figura.

$$\begin{array}{r}
 \begin{array}{ccc} \square & \bigcirc & \triangle \\ + & \diamond & \square \\ \hline \end{array} & \begin{array}{ccc} & & 3 \\ & & 4 \\ \hline \end{array} \\
 \hline
 3 & 8 & 3
 \end{array}$$

Par ou ímpar



Depois, João ensinou aos amigos como, num jogo de par ou ímpar, existe um meio de saber o resultado sem ter que contar todos os dedos que foram postos.

Quando uma criança colocou um número par de dedos e a outra também, qual o resultado? Par ou ímpar?

E se as duas crianças colocarem número ímpar de dedos?

E se uma das crianças colocar número par e a outra número ímpar?

Música é arte. Agrada as pessoas. Descubra o nome da música que é muito cantada pelas crianças, usando o código:

Código

1=A 2=B 3=E 4=C
5=B 6=P 7=R 8=N
9=S 10=O

6	1	7	1	2	3	8	9

1			5	10	4	3	

CÓDIGO SECRETO



Nos emaranhados de letras estão escritos os períodos do ano em que estes simpáticos detetives saem em férias. Descubra!



- ROTSEEBM.....
- IOMA.....
- OMRAÇ.....
- BZROEDME.....
- HOLJU.....
- NRIEJOA.....
- RIALB.....
- VNOBERM.....
- SAOTOG.....
- OJHNO.....
- TUOORBU.....
- RVFERIEEO.....